

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Soraya Nór

**PAISAGEM E LUGAR COMO REFERÊNCIAS CULTURAIS
RIBEIRÃO DA ILHA - FLORIANÓPOLIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta

Florianópolis

2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

N822p Nór, Soraya

Paisagem e lugar como referências culturais [tese] :
Ribeirão da Ilha - Florianópolis / Soraya Nór ; orientadora,
Margareth de Castro Afeche Pimenta. - Florianópolis, SC, 2010.
231 p.: il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Patrimônio cultural - Ribeirão da Ilha
(Ilha de Santa Catarina, SC). 3. Cidades e vilas - Ribeirão da
Ilha (Ilha de Santa Catarina, SC). 4. Paisagens - Ribeirão da
Ilha (Ilha de Santa Catarina, SC). I. Pimenta, Margareth de
Castro Afeche. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

**Paisagem e lugar como referências culturais
Ribeirão da Ilha - Florianópolis.**

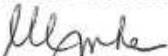
Soraya Nór

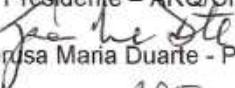
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final
para obtenção do título de

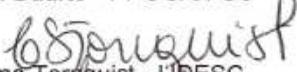
DOCTORA EM GEOGRAFIA

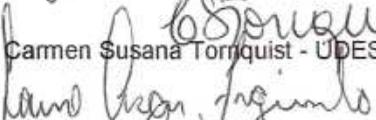
Área de Concentração: **Desenvolvimento Regional
e Urbano**

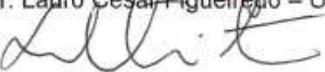
Banca Examinadora


Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta - Orientadora e
Presidente - ARQ/UFSC


Dra. Gerusa Maria Duarte - PPGG/UFSC


Dra. Carmen Susana Tornquist - UDESC


Dr. Lauro Cesar Figueiredo - UFSM


Dr. Leonardo Barci Castriota - UFMG

Prof^a. Dr^a. Magaly Mendonça
Coordenadora do PPGGeo/UFSC

Florianópolis, 06 de dezembro de 2010

Este trabalho é dedicado aos meus pais, *Marlene* e *Merson*, ao *Paulinho*, *Caio*, *Fábio* e *Mariana*, que me ensinam a caminhar em direção ao horizonte.

AGRADECIMENTOS

Neste processo de aprendizagem pude contar com a preciosa colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de poder contar com o ensino público brasileiro e a todos que lutam pela sua manutenção e aperfeiçoamento.

Agradeço, de forma especial, à professora *Margareth de Castro Afeche Pimenta* por sua dedicação na orientação desta tese, por seu empenho no aprimoramento da abordagem a que me propus e por seu profundo conhecimento das questões urbanas, que muito enriqueceram minha formação acadêmica e profissional.

Ao professor *Leonardo Barci Castriota* de quem recebi contribuições decisivas para a construção do conhecimento a respeito do patrimônio cultural, agradeço pela sua atuação na Banca de Qualificação e pela atenção ao longo da elaboração desta tese.

Aos professores *Carmen Susana Tornquist*, *Gerusa Maria Duarte* e *Lauro Cesar Figueiredo* por terem, gentilmente, aceitado o convite para participar da Banca e enriquecê-la com sua experiência.

Meu reconhecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC pelas muitas lições que recebi e também aos colegas acadêmicos, pela cumplicidade, amizade e incentivo.

Sou grata aos colegas professores e aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL pelas valiosas contribuições.

Agradeço à ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., em especial, aos colegas do Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente, por termos trilhado caminhos e desafios comuns.

Dentre as pessoas que cordialmente dispuseram-se a oferecer conhecimento, experiência, tempo, informações, instalações, meios, materiais, dados – todos fundamentais para que esta pesquisa fosse empreendida, agradeço:

Alécio Heidenreich, Prof. Alícia Castells, Ana Claudia Aguiar, Ana Paula de Freitas Plácido, Anelise Cristine Macari, Anísio Borges, D. Anita Lopes, Arnaldo N. O. Martins, Prof. Carlos Espíndola, Christiane C. Coelho, D. Cristina (rendeira), D. Dalva (rendeira), Daniela Bussolo Cunha, Fabiano Teixeira dos Santos, Joaquim Aguiar, Joel José Vieira, Kota Matsunaga, Prof. Leila Christina Dias, Marli Heidenreich, Maristela Ferrari, Maristela Mendes, Maycon Bettoni, Natália da Silva Arruda, Prof. Nereu do Vale Pereira, Rodrigo Nelson Pereira, Samuel Abati, Silvia Ribeiro Lenzi, Vera Bridi, Vicente Napolini.

Sou também muito grata aos moradores do Ribeirão da Ilha, por terem compartilhado comigo suas histórias, temores e sonhos.

Ser original é voltar às origens.

GAUDÍ

RESUMO

Esta tese trata do estudo das categorias geográficas paisagem e lugar compreendidas por meio da evolução de seus conceitos e articuladas com as novas perspectivas no âmbito do patrimônio, que se fundamentam nas interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial. Para tanto, foi examinado o desenvolvimento das noções de cultura e patrimônio, ao longo do tempo, no âmbito dos organismos internacionais e nacionais. Na compreensão da paisagem e do lugar como referências culturais, à luz da História, estudou-se o Ribeirão da Ilha, por ser considerado o local que melhor conservou a herança cultural da conformação social da cidade de Florianópolis - SC. A pesquisa, com a população local, se deu por meio do acompanhamento das reuniões distritais para discussão do Plano Direto Participativo, bem como, entrevistas abertas e estruturadas e elaboração de mapas mentais. Constatou-se que o lugar e a paisagem apresentam-se como categorias espaciais reveladoras dos modos de viver e conceber a vida, ancorados no processo histórico de produção e interação com o meio natural. Concluiu-se que o Ribeirão da Ilha apresenta as possibilidades de ter reconhecida sua paisagem cultural, seu “espírito de lugar” e ser caracterizado como lugar, nos termos de patrimônio imaterial. Observou-se, entretanto, que as transformações socioespaciais promovidas pela crescente influência dos setores imobiliário e turístico, compreendidas como vinculadas ao processo de evolução do modo de produção capitalista, ameaçam a manutenção de sua memória coletiva e identidade cultural. Empreendeu-se uma reflexão sobre esse processo e suas tendências, bem como sobre a necessidade de encontrar outras formas de promover o planejamento e a gestão da cidade. Defende-se que estes devam estar vinculados com a conservação cultural e ambiental, centrados no homem e no valor de uso da cidade, em detrimento do mercado.

Palavras-chave: Cultura. Lugar. Paisagem. Patrimônio. Ribeirão da Ilha.

RESUMÉ

Cette thèse s'articule autour de l'étude de deux catégories géographiques, à savoir le paysage et le lieu. Ces catégories sont comprises à partir de l'évolution de leurs concepts, mais sont aussi mises en relation avec les nouvelles perspectives liées au patrimoine, qui sont fondées sur les interactions entre les aspects: naturel et culturel, matériel et immatériel. Ainsi, nous avons analysé, au cours du temps, le développement des notions de culture et de patrimoine au sein d'organismes internationaux et nationaux. Le site du *Ribeirão da Ilha* a été choisi pour étudier la compréhension du paysage et du lieu en tant que références culturelles à la lumière de l'histoire. Ce choix s'explique puisque c'est à cette localité que l'héritage culturel de la conformation spatiale de la ville de Florianópolis – SC (Brésil) a pu se conserver le mieux. La recherche auprès de la population locale s'est structurée autour de trois principales démarches : le suivi des réunions de district au sujet du Plan Directeur Participatif, la réalisation d'entretiens dirigés et semi-dirigés, ainsi que l'élaboration de cartes mentales. Nous avons constaté que le lieu et le paysage se présentent en tant que catégories spatiales révélatrices des modes de vie et des façons de concevoir la vie, ancrés dans le processus historique de production et d'interaction avec le milieu naturel. Nous avons pu conclure que le *Ribeirão da Ilha* présente les possibilités d'avoir son paysage culturel et son "esprit de lieu" reconnus, et d'être caractérisé en tant que lieu, selon les termes du patrimoine immatériel. Cependant, nous avons pu remarquer que les transformations socio-spatiales observées, résultantes des influences croissantes des secteurs mobilier et touristique, et en étroite relation avec le processus d'évolution du mode de production capitaliste, menacent le maintien de la mémoire collective et de l'identité culturelle de cette localité. Nous avons entrepris une réflexion concernant ce processus et ses tendances, de même qu'une analyse par rapport à la nécessité de trouver d'autres alternatives pour promouvoir la planification et la gestion de la ville. Nous préconisons que ces démarches doivent être couplées à la conservation de la culture et de l'environnement, centrés sur l'homme et sur la valeur d'utilisation de la ville, au dépit du marché.

Mots-clés: Culture. Lieu. Paysage. Patrimoine. Ribeirão da Ilha.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de localização da área de estudo.	26
FIGURA 2 - Localização dos distritos administrativos de Florianópolis.	36
FIGURA 3 - Hipsometria, classes de altimetria - Ribeirão da Ilha.	37
FIGURA 4 - Localidades do Ribeirão da Ilha.	38
FIGURA 5 - Foto aérea da Ilha de Santa Catarina.	39
FIGURA 6 - Freguesia, área mais urbanizada.	40
FIGURA 7 - Caieira da Barra do Sul.	40
FIGURA 8 - Praia de Naufragados, extremo sul da Ilha.	40
FIGURA 9 - Zoneamento – Freguesia do Ribeirão da Ilha.	41
FIGURA 10 - Oficina do Plano Diretor Participativo.	42
FIGURA 11 - Ribeirão da Ilha, delimitação do distrito administrativo.	44
FIGURA 12 - Ribeirão da Ilha, delimitação segundo leitura comunitária.	44
FIGURA 13 - Capela no Alto Ribeirão.	47
FIGURA 14 - Linha do tempo, com marcos da ocupação europeia.	48
FIGURA 15 - Povoamento na zona costeira de Santa Catarina.	49
FIGURA 16 - Povoamento na Ilha de Santa Catarina.	50
FIGURA 17 - Permanências da vida rural.	51
FIGURA 18 - Renda de bilro confeccionada no Ribeirão da Ilha,	54
FIGURA 19 - Trabalho artesanal exposto na residência do artesão.	56
FIGURA 20 - O cemitério fica ao lado da igreja.	93
FIGURA 21 - Praça em frente ao mar.	95
FIGURA 22 - Antigos locais de trabalho e moradia de escravos.	97
FIGURA 23 - Orla e encosta do Ribeirão da Ilha.	107
FIGURA 24 - Vista aérea da orla do Ribeirão da Ilha.	107
FIGURA 25 - Vista da Freguesia a partir do Morro do Ribeirão.	108
FIGURA 26 - Beira-seveira e terminação do telhado em peito de pomba.	111
FIGURA 27 - Igreja matriz de Nossa Senhora da Lapa.	112
FIGURA 28 - Edifício do Império do Espírito Santo.	112
FIGURA 29 - Cortejo imperial, 2007.	113
FIGURA 30 - Corte no edifício do Império, 2006.	113
FIGURA 31 - Cantoria do Divino na escadaria da Igreja N. S. da Lapa.	114
FIGURA 32 - Casario histórico da Freguesia do Ribeirão.	115
FIGURA 33 - Vida no Ribeirão (Freguesia).	115
FIGURA 34 - Antiga casa de engenho na Costeira do Ribeirão da Ilha.	117
FIGURA 35 - Residência no Ribeirão da Ilha.	117
FIGURA 36 - Traçado urbano do centro de Florianópolis.	119
FIGURA 37 - Configuração da Freguesia do Ribeirão.	120
FIGURA 38 - Ocupação atual da Freguesia do Ribeirão.	120
FIGURA 39 - Alto Ribeirão, habitat rural açoriano.	123
FIGURA 40 - Parcelamento no Alto Ribeirão.	124
FIGURA 41 - Parcelamento na Freguesia do Ribeirão.	124
FIGURA 42 - Localização das Santas Cruzes, nos acessos ao Ribeirão.	126

FIGURA 43 - Localização e foto da Cruz no Trevo do Erasmo.....	127
FIGURA 44 - Localização e foto da Cruz no Canto do Rio.	127
FIGURA 45 - Peculiaridade do Ribeirão.....	128
FIGURA 46 - Ocupação do lote com várias moradias.	129
FIGURA 47 - Ribeirão da Ilha - Fotografia aérea de 1957s.....	133
FIGURA 48 - Ribeirão da Ilha - Fotografia aérea de 1977.....	133
FIGURA 49 - Linha do tempo principais transformações	135
FIGURA 50 - Imóvel a venda na orla do Ribeirão da Ilha.	137
FIGURA 51 - Gráfico da projeção da população do Ribeirão da Ilha.	137
FIGURA 52 - Rodovia Baldicero Filomeno.....	139
FIGURA 53 - Maricultores do Ribeirão da Ilha.	140
FIGURA 54 - Trabalho familiar, com as lanternas de ostras.....	141
FIGURA 55 - Reaproximação dos habitantes com o mar.....	141
FIGURA 56 - Bóias vistas a partir do mar, no Ribeirão da Ilha.	142
FIGURA 57 - Fazendas marinhas na paisagem.	142
FIGURA 58 - Imagem de divulgação de restaurante no Ribeirão da Ilha.	143
FIGURA 59 - Ocupação no Alto Ribeirão, em área de preservação	145
FIGURA 60 - Ocupação das encostas dos morros, Caiacangaçu.	145
FIGURA 61 - Poligonal de visibilidade.	158
FIGURA 62 - Fotografias dos ângulos de observação.	159
FIGURA 63 - Levantamento fotográfico a partir do mar.	160
FIGURA 64 - Locação e posicionamento das torres	161
FIGURA 65 - Imagem das torres inseridas nas fotografias panorâmicas	162
FIGURA 66 - Estudo de perspectiva.	163
FIGURA 67 - Estudos de escala.....	164
FIGURA 68 - Posicionamento das torres em relação à igreja.	165
FIGURA 69 - Perfis da encosta do Morro do Ribeirão.	166
FIGURA 70 - Posicionamento das torres a partir da praça.....	167
FIGURA 71 - Posicionamento das torres a partir do edifício do Império.	168
FIGURA 72 - Posicionamento das torres a partir do adro da igreja	169
FIGURA 73 - Transporte dos componentes da Linha de Transmissão.....	170
FIGURA 74 - Linha de Transmissão.....	171
FIGURA 75 - Antena de telefonia celular, no Ribeirão da Ilha.....	173

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Publicidade do Loteamento Portal do Ribeirão.	147
QUADRO 2 - Textos publicitários sobre o Recanto do Ribeirão.	148
QUADRO 3 - Texto publicitário do Jardim Ribeirão.	150
QUADRO 4 - Indicadores de impacto para aspectos cênicos.	176
QUADRO 5 - Indicadores de impacto para aspectos sociais.	178
QUADRO 6 - Indicadores de impacto para aspectos econômicos.	179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População de Florianópolis e do Ribeirão da Ilha.	134
TABELA 2 - Índices de impacto.	175
TABELA 3 - Valores de impacto para aspectos cênicos.	177
TABELA 4 - Valores de impacto para aspectos sociais.	179
TABELA 5 - Valores de impacto para aspectos econômicos.	180
TABELA 6 - Atribuição de índice de impacto na paisagem.	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMASI – Associação dos Maricultores do Sul da Ilha
COOPERILHA – Cooperativa Aquícola da Ilha de Santa Catarina
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LAGA – Laboratório de Gestão Ambiental na Indústria
NEA – Núcleo de Estudos Açorianos
ONU – Organização das Nações Unidas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	28
1.2	ESTRUTURA DA TESE	33
1.3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
1.4	BREVE HISTÓRICO	46
2	PATRIMÔNIO CULTURAL	57
2.1	EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO	58
3	TEMPO, MEMÓRIA E HISTÓRIA	64
3.1	A IDÉIA DE TEMPO	65
3.2	MEMÓRIA COLETIVA	67
3.3	HISTÓRIA	71
3.4	MEMÓRIA NO RIBEIRÃO	73
4	ESPAÇO, LUGAR E O “ESPÍRITO DO LUGAR”	79
4.1	ESPAÇO	79
4.2	LUGAR	81
4.3	LUGAR COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL	85
4.4	O LUGAR RIBEIRÃO DA ILHA	89
5	PAISAGEM	99
5.1	PAISAGEM CULTURAL	103
5.2	PAISAGEM CULTURAL DO RIBEIRÃO	106
6	TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS	130
7	ANÁLISE DA PAISAGEM NOS ESTUDOS DE IMPACTO	155
7.1	ESTUDOS DE INTERFERÊNCIA VISUAL NA PAISAGEM	156
7.2	PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE IMPACTOS ..	172
8	CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL	182
8.1	ENFRENTANDO TENDÊNCIAS	183
8.2	PATRIMÔNIO VIVO	189
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
	REFERÊNCIAS	195
	BIBLIOGRAFIA	206
	APÊNDICES	215

1 INTRODUÇÃO

A presente tese consiste em estudar aspectos do patrimônio cultural a partir do espaço. Nesse sentido, procurou-se analisar o patrimônio como resultado da acumulação dos tempos históricos, que marcaram, com traços culturais, a paisagem e o lugar.

No alicerce teórico sobre o qual se refletiu para enfrentar a problemática da pesquisa, buscou-se relacionar as noções geográficas de espaço, lugar e paisagem com a preservação da cultura e da memória.

Desse modo, o estudo desenvolveu-se por meio de uma interação entre as noções geográficas e as novas categorias de patrimônio, em especial o patrimônio imaterial, entre as quais o lugar se inclui, bem como a paisagem cultural, que abrange aspectos da história e do meio ambiente.

Realizou-se, primeiramente, uma investigação a respeito da evolução das concepções de cultura e de patrimônio, ao longo do tempo. A dimensão temporal, intimamente vinculada ao patrimônio, foi apreendida por meio do tempo, da História e da memória. De forma similar, procedeu-se uma aproximação com os conceitos de espaço, lugar e paisagem e suas trajetórias no âmbito da área de conhecimento da Geografia, procurando compreender suas nuances, abrangências e significados.

A partir das determinações de cada uma dessas categorias de análise, voltou-se para o exame das mesmas na área de estudo, com objetivo de compreender sua espacialização, à luz do processo histórico.

A pesquisa foi realizada no Ribeirão da Ilha, distrito do município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (FIGURA 1), com intuito de examinar a presença, e como se articulam, os elementos significativos no âmbito de seu patrimônio cultural, bem como conhecer a história de seu espaço.

Procurou-se, para tanto, identificar locais, práticas e marcos relevantes para população, em suas diversas atividades, cotidianas ou excepcionais, vernáculos ou oficiais, verificando como se configuram moradia, trabalho, culto, diversão, ao longo do tempo, e como se articulam no espaço e se materializam na paisagem.

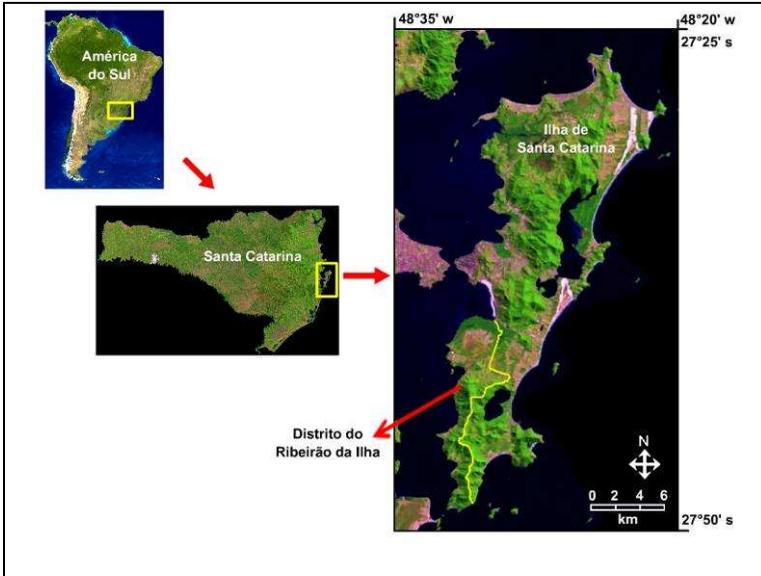


FIGURA 1 - Mapa de localização da área de estudo.

O Ribeirão da Ilha guarda traços marcantes da ocupação açoriana, que ocorreu no litoral de Santa Catarina, e desencadeou um processo de produção espacial, que está demarcado na paisagem e na conformação do lugar. De tal forma que o Ribeirão configura-se hoje como um dos últimos – e mais significativos – testemunhos desse processo, fato que motivou sua escolha como objeto de estudo.

A comunidade do Ribeirão manteve-se, de certa forma, consolidada até a década de 1970, quando as transformações socioeconômicas vivenciadas pela cidade de Florianópolis começaram a provocar alterações mais expressivas em seu modo de vida.

A partir dessas transformações, o patrimônio herdado, a paisagem cultural e a memória social do lugar passaram a correr o risco de serem apagados.

Essa tendência de perda do sentido de lugar e da memória social está vinculada ao avanço da especulação e da valorização turístico-imobiliária, a exemplo do que ocorreu em outras localidades da Ilha de Santa Catarina. O município tem experimentado a transformação de comunidades agrícolas e pesqueiras em balneários turísticos e, posteriormente, em locais atrativos para a expansão e densificação

urbana, por meio da verticalização das edificações e implantação de condomínios residenciais.

Nesse processo, observa-se em muitos locais de Florianópolis a conseqüente deterioração natural, descaracterização da paisagem, desarticulação das comunidades tradicionais, perdas do substrato histórico, combinados com a expulsão da população local.

A pressão do capital imobiliário e do setor turístico, o enfraquecimento das instituições públicas, em consonância com o modelo econômico neoliberal, têm afastado os valores culturais das concepções de planejamento urbano vigentes na atualidade, com a crescente eliminação de vestígios do passado e uma expectativa pelo novo.

Por outro lado, experimenta-se também um processo inverso, com um novo fascínio pela história, tradição e memória, a partir do final do século XX, em função da velocidade das mudanças que as sociedades vivenciam, promovidas pela globalização econômica, causando impactos sobre a constituição da identidade, tanto individual quanto coletiva (HARVEY, 1992; ARANTES, 1998).

Porém, mesmo com a demanda social legítima na busca por raízes, há um direcionamento do capital que acaba por transformar o passado em mercadoria, atraindo seu consumo. Nessa linha atuam os segmentos turístico e o imobiliário.

Essa ambivalência, que se dá em cada lugar segundo uma determinada lógica particular de organização, pressupõe um confronto e, muitas vezes, um conflito (MONASTIRSKY, 2006).

Com este paradoxo, o conflito competitivo entre o velho e o novo, sobre a valorização da memória social e do patrimônio cultural, reafirma-se a necessidade de novos enfoques intelectuais sobre o tema.

O presente estudo foi então concebido no sentido de reconhecer o Ribeirão da Ilha como patrimônio cultural. Verificar em que medida as crescentes transformações colocam em risco esse patrimônio e quais os meios para salvaguardá-lo.

Desse modo, consistiu como premissa desta pesquisa partir da reflexão acerca dos conceitos e concepções de cultura, patrimônio, memória, lugar e paisagem, para estruturar os critérios e parâmetros de análise da realidade empírica do Ribeirão da Ilha, vista como resultado das relações entre seus elementos espaciais, sociais e simbólicos, à luz do movimento histórico.

1.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa científica insere-se no campo da problematização e da reflexão, que possibilitam uma abstração do mundo e não uma explicação da realidade. A realidade, desse modo, deve ser compreendida pela articulação do particular com o geral, pela unidade contida no todo e não, como supunha o paradigma clássico, mediante a análise dos fenômenos reais reduzidos às suas partes.

As maneiras que dispomos para compreender a realidade são, em grande parte, produto de nossa percepção histórica e social. Ao desenvolver uma pesquisa científica, procura-se alicerçar e estruturar a análise proposta por meio de conceitos e concepções teóricas, de acordo com o procedimento de método adotado.

Milton Santos (1985) indica que as formas geográficas estão sempre mudando de significação, pois na medida em que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções. Assim, no espaço ocorre o movimento dialético entre forma e conteúdo.

Para o autor, o espaço deve ser considerado como uma totalidade, mas para apreendê-lo recomenda separar, analiticamente, suas características formais de seu conteúdo social.

Essa separação é possível mediante os elementos do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas; que são intercambiáveis e redutíveis uns aos outros, a sua interação recupera a totalidade social e espacial.

Os elementos do espaço são considerados como variáveis, quantitativas e qualitativas, cujo valor se dá segundo seu papel no interior de um conjunto, conforme o contexto e o movimento histórico.

Tal sistema é comandado pelo modo de produção, em relação à escala do espaço em questão, o que remete ao processo histórico.

Outra noção indispensável é, por conseguinte, a de periodização. É por meio do significado particular, específico, de cada segmento do tempo, que se apreende o valor de cada coisa num dado momento, “porque uma mesma coisa deixa de ser o que antes ela era através do percurso da História, à medida que muda o seu conteúdo histórico” (SANTOS, 1997, p.84).

Não há possibilidade de compreender um fato social senão por meio da História, pois cada tempo engendra seus conceitos e não o contrário, devendo a História ser considerada como critério de verdade, e não a prática. Ao conferir à prática o papel de confirmar ou não as teorias, incorre-se numa indesejável postura positivista.

A história dos homens está na forma em que estes produzem sua existência. Para compreendê-la, Marx (1999b) aponta como procedimento de método adequado, partir-se das determinações abstratas para chegar ao concreto, ou seja, a partir das categorias simples (trabalho, capital, consumo etc.) e por meio de suas relações diversas, chegar-se ao real, ao concreto.

Posto que este concreto é um processo de síntese de muitas determinações, é a unidade do diverso, é, portanto, um resultado e não deve ser analisado como ponto de partida.

Desse modo, nesta pesquisa, não se pretende empreender uma análise do Ribeirão da Ilha, ou de seu patrimônio histórico (que representariam o concreto), sob pena de se construir uma representação caótica do todo. Será a partir da combinação de relações diversas que se buscará apreender esse concreto, como decorrência.

Entretanto, alerta Marx, “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto” (Marx, 1999b, p.40).

As categorias (como capital e trabalho) existem apenas como uma relação unilateral, abstraídas de um todo vivo já dado, ou seja, não é a categoria que explica o mundo, é o mundo que explica a categoria.

“As categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são [...] igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas” (MARX, 1999b, p.43).

O procedimento de método para o desenvolvimento do tema, mediante um enfoque geográfico, está também alicerçado na compreensão dos conceitos que nortearam a pesquisa. Tais conceitos estão apresentados com maior reflexão ao longo da tese, entretanto, são necessárias algumas referências conceituais para melhor compreender o procedimento metodológico a ser seguido.

Primeiramente, é necessário compreender o sentido dos objetos geográficos.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são tudo que se cria fora do

homem e se torna instrumento material de sua vida (SANTOS, 1999, p.59).

Milton Santos considera que as necessidades humanas levam os homens a agir para utilizar, ou para criar, os objetos. De tal forma que há uma constante interação entre *sistema de objetos* e o *sistema de ações*.

Santos (1999) observa que o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.

Desde que escolhidos e localizados, os novos objetos, com suas características de função e de comportamento, renovam o sistema local de relações, redefinindo o meio que os acolhe (SANTOS, 1999).

Desse modo, na análise empreendida, pretendeu-se estabelecer, permanentemente, a vinculação entre os objetos e as ações, para compreender o sentido de sua geografização.

Ainda segundo Santos (1999), “o espaço é o presente”. Esse pressuposto apontou para a necessidade de investigar e reconhecer o valor social dos objetos geográficos que compõem o Ribeirão da Ilha a partir do presente, indo desse para o passado, ou seja, procurou-se analisar como as ações no presente incidem sobre objetos vindos do passado. Considerando tais objetos como testemunhos atuais da ação, embora possam ter sido forjados pelo conjunto de condições e características de uma outra época.

De forma semelhante, Marc Augé (1994) alerta sobre a necessidade de se trabalhar sobre o presente, como questão de método também na Antropologia, pois é necessário investigar os aspectos da vida social contemporânea e, a partir dessa contemporaneidade, pode-se empreender uma comparação com a precedência do que se investiga.

A utilidade e o simbolismo dos objetos geográficos – sejam atuais ou passados – advêm dos grupos culturais que os criaram, ou que os herdaram das gerações anteriores, e seu papel pode ser diferenciado ao longo do tempo.

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras [...] Quando há

mudança morfológica, junto aos novos objetos criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função. [...] Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando uma nova geografia (SANTOS, 1999, p. 77 e 78).

Desse modo, Milton Santos estabelece uma relação entre História e Geografia bastante pertinente à pesquisa geográfica sobre patrimônio cultural, a qual também orienta o procedimento de método a ser adotado.

A pesquisa está, então, voltada para analisar as mudanças morfológicas, funcionais e culturais que ocorreram no Ribeirão da Ilha, especialmente relacionadas à produção do espaço, e expressas, na atualidade, nas categorias de paisagem e lugar, como decorrência dos processos de trabalho e das relações sociais, em diferentes épocas.

De posse deste enfoque de método, a pesquisa desenvolveu-se na busca de uma constante interação entre os conceitos e a prática empírica, permitindo o discurso e a intervenção de ambos. Buscou-se neste processo, nesse movimento, ou diálogo, os nexos que possam qualificar o conhecimento acerca da realidade estudada e talvez possibilitar responder à questão de como se forjam os “espíritos” dos lugares e como conservar a paisagem cultural.

Após a demarcação conceitual ter sido estabelecida, a investigação, num primeiro momento, passou a ser realizada a partir do reconhecimento dos objetos geográficos do Ribeirão, que possuem uma dimensão concretamente apreensível. Para tanto, foi realizado um levantamento fotográfico da paisagem, por terra, por mar e pelo ar, acompanhado de pesquisa cartográfica e histórica para aprofundar o conhecimento sobre o lugar.

Os resultados dessa primeira aproximação foram, em seguida, ressignificados pela oportunidade de participação de uma série de reuniões e oficinas comunitárias para discussão do Plano Diretor Participativo do Distrito Ribeirão da Ilha, que ocorreram no final do ano de 2007 e durante 2008.

A leitura comunitária elaborada pelos moradores, a expressão de suas angústias e necessidades, bem como a convivência com as lideranças comunitárias e com técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF foram de grande importância para

aprofundar as informações e revelar particularidades, que dificilmente seriam percebidas de outra forma.

Essas atividades foram determinantes para identificar as pessoas consideradas “memórias vivas” do lugar e direcionar algumas das entrevistas. Também foram oportunas para estabelecer, de certa maneira, um canal de confiabilidade para conversas informais, às vezes mais reveladoras do que as próprias entrevistas.

Realizaram-se entrevistas estruturadas com moradores do Ribeirão, indicados como pessoas notáveis do lugar. Foram indicadas 12 pessoas, das quais foi possível entrevistar 10.

Nas conversas informais e nas entrevistas, o enfoque foi direcionado para o que os atores sociais tinham a oferecer como conhecimento sobre o Ribeirão da Ilha. Estimulou-se a descrição dos lugares e acontecimentos revisitados pela memória dos moradores mais antigos e, por meio de suas recordações, buscou-se reconstituir a apropriação do espaço, as relações sociais e identificar os contextos que lhes davam sentido.

A base da investigação foi reconhecer a identidade social configurada na paisagem e apreender o “espírito do lugar”.

Aplicaram-se também 44 questionários, abrangendo as oito localidades que compõem o Ribeirão da Ilha¹. As pessoas que responderam o questionário foram, posteriormente, convidadas a desenhar um mapa mental retratando o lugar, entre essas, 20 dispuseram-se a elaborar mapas.

As diretrizes das entrevistas, exemplos de um questionário e de mapas mentais e algumas fotografias da pesquisa de campo encontram-se em anexo (APÊNDICE A).

Os mapas mentais, utilizados como instrumentos auxiliares na leitura do lugar, foram solicitados com intuito de apreender a dimensão simbólica do espaço para os moradores, sabendo que essa é, necessariamente, uma forma de expressão plural e diversificada.

Dessa aproximação com as pessoas do lugar, resultou uma maior compreensão de como as formas sociais estão materializadas na paisagem e qual sua relação com a identidade do lugar.

¹ Localidades que compõem o Ribeirão da Ilha: Alto Ribeirão, Freguesia do Ribeirão, Costeira do Ribeirão, Caiacangaçu, Tapera da Barra do Sul, Caieira da Barra do Sul, Naufragados e Sertão do Ribeirão, segundo leitura comunitária e adotadas para a presente pesquisa.

1.2 ESTRUTURA DA TESE

Este trabalho é apresentado em nove capítulos. O primeiro, introdutório, apresenta o tema, os preceitos da tese e estabelece o procedimento metodológico.

Neste capítulo, caracteriza-se a área de estudo e as localidades que compõem o Ribeirão da Ilha, segundo a percepção dos moradores. Desenvolveu-se um breve histórico da evolução da área, com destaque para o processo de ocupação pela imigração açoriana, que formou as bases da cultura local, a qual se demarcou, gradativamente, na paisagem do lugar.

O segundo capítulo trata do patrimônio cultural, estabelecendo a compreensão de cultura e a evolução da noção de patrimônio, revelando como o conceito de patrimônio ampliou-se e passou a abranger a imaterialidade, incorporando o lugar e a paisagem como bens culturais, de especial interesse para o presente estudo.

Ao longo do terceiro capítulo foi feita uma reflexão acerca da dimensão temporal, estabelecendo-se, primeiramente, uma apropriação gradativa dos sentidos de tempo, memória e História, complementando as noções de cultura e de patrimônio, inerentes ao estudo empreendido.

Os aspectos culturais mais afetos à memória coletiva do Ribeirão da Ilha foram trabalhados em relação à herança histórica, e assim, a pesquisa buscou identificar a percepção que os moradores têm do lugar.

No quarto capítulo, foram articulados os conceitos geográficos de espaço e lugar com a noção de lugar como patrimônio imaterial, e as iniciativas para salvaguardar o “espírito” dos lugares.

Procedeu-se, então, o relacionamento das permanências culturais relativas ao lugar, no Ribeirão da Ilha, com os aspectos de identidade, relações sociais, territorialidade e apropriação do espaço.

De forma similar, ao longo do quinto capítulo, tratou-se da evolução do conceito de paisagem no âmbito da Geografia, posteriormente, esse entendimento foi associado à noção de paisagem cultural, uma nova categoria do patrimônio, que combina meio ambiente e ação humana, e suas transformações ao longo da história.

As permanências culturais na paisagem do Ribeirão foram consideradas por sua presença no meio natural, no patrimônio arquitetônico e na morfologia urbana.

O capítulo seis apresenta o processo histórico das transformações sócio-espaciais e culturais ocorridas no Ribeirão da Ilha. Foi possível identificar que, a partir da década de 1970, as transformações passam a

repercutir com maior intensidade e rapidez no modo de vida da população, alterando a consolidação da comunidade e, como consequência, passaram a ameaçar o patrimônio cultural herdado.

Os anos 70 foram assinalados pelas dificuldades associadas à sobrevivência a partir da pesca e da agricultura, as facilidades advindas da ligação rodoviária, as novas oportunidades de trabalho e de estudo no centro de Florianópolis.

Em cada uma das décadas subseqüentes, foi possível demarcar fatos que caracterizam o período e suscitam aprofundamento da análise espacial. Nos anos 80, houve a chegada de novos moradores, a atratividade turística e o início da especulação imobiliária. A partir da década de 90, desenvolveram-se a maricultura e a gastronomia e, atualmente, surgem os empreendimentos imobiliários.

Desse modo, procurou-se, a cada momento, compreender o espaço produzido à luz do desenvolvimento do modo de produção capitalista, compreendido como dinâmico e transformador da sociedade.

O sétimo capítulo versa sobre experiências práticas de análise de impacto na paisagem, com a participação profissional da autora, realizadas para o licenciamento de empreendimentos do setor elétrico. Apresenta-se parte dos estudos para implantação de uma linha de transmissão de energia, cujo traçado, inicialmente proposto em projeto, passava pelo centro histórico da Freguesia do Ribeirão. Entretanto, com base num estudo de simulação de interferência na paisagem realizado, foi possível antever a magnitude do impacto.

Por meio dessa experiência, constatou-se existirem, no Brasil, poucas análises, metodologias e diretrizes relativas a interferências na paisagem. Desse modo, elaborou-se, como contribuição, uma proposta metodológica para análise preliminar de empreendimentos potencialmente impactantes, com objetivo de avaliar seus possíveis efeitos sobre a paisagem e orientar a exigência de medidas preventivas, mitigadoras ou compensatórias, por parte dos órgãos licenciadores, bem como da sociedade.

O oitavo capítulo apresenta uma reflexão sobre os caminhos para a preservação cultural no Ribeirão da Ilha, face às transformações constatadas.

Este aspecto é associado ao estágio atual do processo produtivo, quando o capital circula em escala mundial e o espaço interage com a dinâmica da globalização. Nesse espaço em mudança, redefine-se a noção de lugar, para atender às necessidades do capital, numa tendência de atrelar cultura a turismo.

Para compreender esse processo, procurou-se verificar como as identidades locais e os valores culturais do passado podem ser transformados em atrativos do capital. Destaca-se, também, a redefinição do papel do poder público e do planejador urbano, que passam a atuar empresarialmente, por meio de estratégias que visam disponibilizar o lugar e a paisagem cultural para o consumo.

Assim, as transformações que vêm ocorrendo na área de estudo, em consonância com outras escalas espaciais, agravam a situação de risco de perda da memória cultural que o Ribeirão ainda preserva. Verifica-se que as ações empresariais e de planejamento (ou a sua ausência) reforçam esse processo. Entende-se, então, ser necessário um novo olhar para a preservação da cultura, com a participação da população nas estratégias de valorização e salvaguarda de seu patrimônio, com a substituição do foco no mercado pelos interesses sociais.

Finalmente, no capítulo conclusivo, empreendeu-se uma reflexão sobre os aspectos abordados ao longo da pesquisa, apontando para os resultados da análise. Entende-se que a paisagem e o lugar figuram como categorias espaciais reveladoras das dinâmicas históricas e sociais do Ribeirão da Ilha, contribuindo para a expressão de sua identidade cultural.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Florianópolis é formado pela Ilha de Santa Catarina (438,9 km²) e por uma parte continental (12,1 km²), separadas por um estreito canal de cerca de 500 metros de largura, separando as morfologias onde situam-se as Baías Norte e Sul (IPUF, 2004).

O Distrito do Ribeirão da Ilha possui população de 20.392 habitantes (IBGE, 2000), ocupa a parte meridional, costa oeste da Ilha de Santa Catarina, junto à Baía Sul, com área de aproximadamente 132 km². sendo 21 km a extensão, em linha reta, entre os extremos norte e sul.

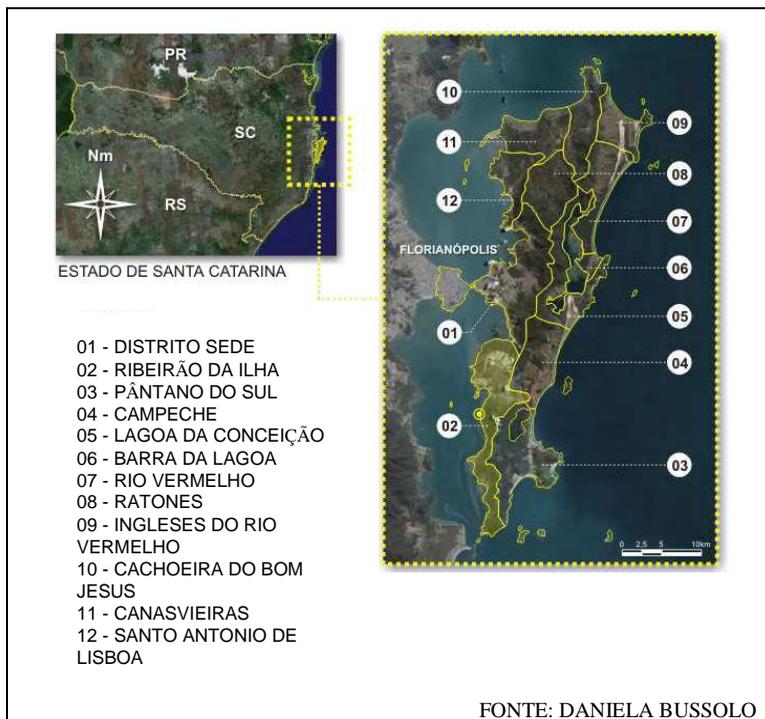
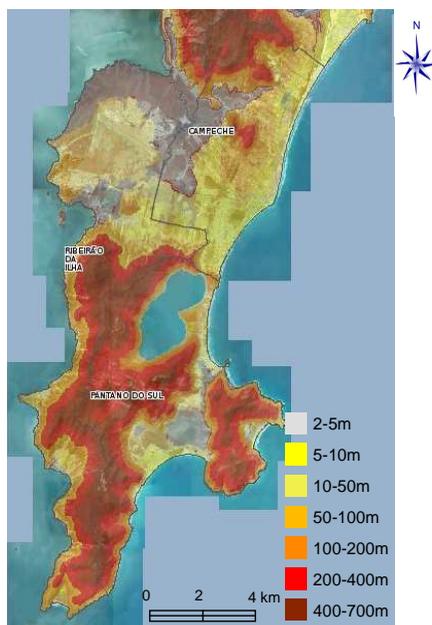


FIGURA 2 - Localização dos distritos administrativos de Florianópolis.

A delimitação do distrito, a leste, consiste no divisor d'água no topo dos morros, com destaque para o Morro do Ribeirão, com 532 metros de altitude, sendo ponto mais alto da Ilha (PEREIRA, 1990). No sentido sul seguem o Morro da Chapada, com 440 metros, o Morro do Trombudo, com 389 metros, o Morro da Tapera, com 381 metros e o Morro da Boa Vista, com 350 metros de altura (FIGURA 3).



FONTE: GEOPROCESSAMENTO PMF, 2007.

FIGURA 3 - Hipsometria, classes de altimetria - Ribeirão da Ilha.

O território do distrito é composto, de norte para o sul, pelas localidades de Carianos, onde se encontra o Aeroporto Internacional Hercílio Luz; a Tapera da Base, que sedia a Base Aérea da Aeronáutica; o Alto Ribeirão, com a localidade do Barro Vermelho; a Freguesia Nossa Senhora da Lapa, centro histórico e polarizador do Distrito (FIGURA 4 e FIGURA 5).

Na seqüência, encontram-se as áreas menos densificadas e com características mais rurais, conformadas pela Costeira do Ribeirão, Caiacangaçu, Tapera da Barra do Sul e Caieira da Barra do Sul, ponto onde termina a Rodovia Baldicero Filomeno, que margeia cerca de 25 km da orla e integra as localidades do Ribeirão.

No extremo sul da Ilha, encontra-se Naufragados, localidade pertencente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, cujo acesso só é possível através de uma trilha, ou por barco (FIGURA 8).



FONTE: GOOGLE EARTH 2009, ADAPTADO PELA AUTORA.

FIGURA 4 - Localidades do Ribeirão da Ilha.



FONTE: IPUF, 2006. ADAPTADO PELA AUTORA.

FIGURA 5 - Foto aérea da Ilha de Santa Catarina. Localidades do Ribeirão.



FOTO: IPUF, 2006.

FIGURA 6 - Freguesia, área mais urbanizada, com casario histórico.



FOTO: ANA PAULA FREITAS, 2008.

FIGURA 7 - Caieira da Barra do Sul, área mais rural.



FOTO: IPUF, 2006.

FIGURA 8 - Praia de Naufragados, extremo sul da Ilha.

Conforme zoneamento do Plano Diretor dos Balneários² (FIGURA 9), apenas a Freguesia é considerada área de preservação cultural (APC).



FONTE: IPUF, 2005.

FIGURA 9 - Zoneamento – Freguesia do Ribeirão da Ilha.

A Freguesia é oficialmente reconhecida como de preservação cultural, por ser onde se concentram as edificações históricas. Entretanto, pretende-se, nesse estudo, ampliar o entendimento do que consiste referência cultural no Ribeirão.

A identificação das fronteiras no interior do Ribeirão da Ilha foi bastante evidente nas manifestações dos moradores durante as reuniões do Plano Diretor Participativo³ e nas entrevistas e contatos com moradores.

A organização do espaço e a constituição das localidades são fortes na percepção dos grupos sociais. Esta é uma das características observadas entre os moradores do Ribeirão da Ilha, pois há uma clara demarcação das divisões do território do distrito.

É, praticamente, consenso que o Ribeirão começa no curso d'água que deu nome ao lugar e termina em Naufragados, extremo sul da ilha. Nos mapas de reconhecimento desenhados pelos moradores sobre base cartográfica da Ilha, foram facilmente identificados os limites e as localidades do Distrito (FIGURA 10).

² Plano Diretor - Decreto Municipal nº 2.193/85.

³ Reuniões no núcleo distrital do Ribeirão, ocorreram em 2007 e 2008, as quais foram presenciadas pela autora.



FIGURA 10 - Oficina do Plano Diretor Participativo.



Alto Ribeirão, 24/11/07.

FOTOS DA AUTORA, 2007.

Essa prática empírica colaborou para auxiliar na delimitação do recorte espacial da pesquisa. Constatou-se que a percepção do lugar e a configuração territorial reconhecidas pelos moradores contestam a delimitação oficial do distrito estabelecida pelos órgãos de planejamento.

Na visão dos moradores, os bairros Carianos e Tapera da Base são considerados externos ao Ribeirão, enquanto que o Sertão do Ribeirão, oficialmente pertencente ao distrito do Pântano do Sul, é considerado parte do Ribeirão da Ilha.

No grupo do Plano Diretor Participativo alegava-se, basicamente, que a maioria dos moradores dos bairros Carianos e Tapera da Base vieram de fora e, portanto, não faziam parte do Ribeirão. Em muitos discursos foram utilizados os termos "nós" e "eles".

Quando questionados sobre os critérios para excluir ou incluir localidades, constatou-se que persiste entre a população local uma rede de relações de parentesco e de compadrios, que aliada ao compartilhamento de costumes e tradições, são considerados como fatores determinantes para conferir unidade ao Ribeirão da Ilha.

Desse modo, observou-se que os laços de vizinhança estão entremeados com os laços de parentesco. Muitos dos habitantes reconhecem este espaço como um todo por ser habitado por famílias comuns, por haver vínculos produtivos e afetivos entre eles. Há, portanto, um processo histórico compartilhado na conformação do lugar.

A inclusão da localidade Sertão do Ribeirão está igualmente relacionada com essas redes de convívio existentes entre os moradores, com sua história comum.

Os mais velhos guardam recordações dessa convivência, e mesmo nas gerações atuais a sociabilidade está viva, pois várias das crianças do Sertão freqüentam a escola no Ribeirão, o uso do transporte público e as compras do dia a dia também são realizados no Ribeirão.

[...] havia contato do povo daqui com o povo do Sertão, ia-se a pé, subindo o morro para as festas. Eles vinham às festas aqui também. Quem tinha cavalo, ia de cavalo, era muito melhor. Tinha uma trilha que era usada pelo povo. Chegávamos lá na hora da Novena de Santa Cruz e depois tinha baile em alguma casa ou engenho.” (Seu Pedro)⁴

Havia se estabelecido, num primeiro momento, como recorte espacial da pesquisa todo o Distrito do Ribeirão da Ilha. Entretanto, a partir dessa configuração empírica, obtida mediante a leitura comunitária, considerou-se pertinente redefinir o recorte, adotando-se o que foi compreendido como "lugar Ribeirão da Ilha", a despeito da divisão administrativa, que se apresentou artificial e, portanto, inadequada para os propósitos desse estudo (FIGURA 11 e FIGURA 12).

Assim, na definição da área de estudo, optou-se por não incluir Carios e Tapera da Base, o que deturparia os resultados das pesquisas e entrevistas com a população local. Da mesma forma, sentiu-se necessidade de agregar o Sertão do Ribeirão.

⁴ Depoimento transcrito de Pereira (1990, p. 280).



FIGURA 11 - Ribeirão da Ilha, delimitação do distrito administrativo (linha azul). Com inclusão de Carianos e Tapera da Base (em destaque).

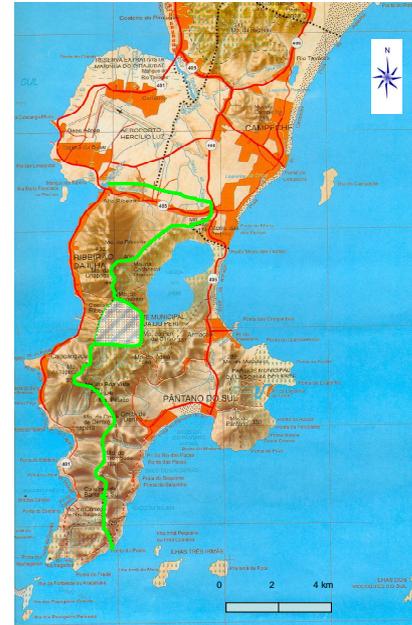


FIGURA 12 - Ribeirão da Ilha, delimitação segundo leitura comunitária (linha verde). Com inclusão do Sertão do Ribeirão (em destaque).

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000;
ADAPTADO PELA AUTORA.

Nas entrevistas realizadas, posteriormente, com os moradores⁵, confirmou-se essa visão de territorialidade do Ribeirão. Cerca de 80% consideram o Sertão do Ribeirão como pertencente ao Distrito, cerca de 3% incluem a Tapera da Base e nenhum dos entrevistados reconheceu Carianos como integrante do Ribeirão da Ilha.

O Sertão é do Ribeirão. O povo do Ribeirão é que fez o Sertão. Essa semana ainda, teve cavalgada (Adriano, 37 anos, Alto Ribeirão).

Carianos e Tapera da Base não faz parte, é fora da realidade daqui, tem muito movimento. Carianos é completo, tem tudo. Sertão do Ribeirão, eu acho que sim, são muito ligados com aqui, escola, professores, o pessoal está sempre por aqui (Catia, 37 anos, Caieira da Barra do Sul).

Carianos e Tapera da Base se faz parte não deveria fazer. Aquilo lá é outra coisa. Aquilo já é uma cidade (Adelson, 50 anos, Costeira do Ribeirão).

Carianos e Tapera da Base, nada a ver. A Tapera é nova, cresceu muito, são muitos imigrantes (de Lages e Joaçaba), e poucos manézinhos. O Sertão é do Ribeirão por causa da cultura (Aurélio, 40 anos, Sertão do Ribeirão).

Carianos e Tapera da Base, não porque fica mais pra aquele canto lá do Aeroporto. Tem bem pouco contato com o pessoal. Esses não tem nada ligado com o pessoal daqui. É tudo de fora. É tudo pessoal que vem do Oeste. Se fosse local não tava como tá. Tá muito perigoso (Joel, 42 anos, Sertão do Ribeirão).

Entende-se, desse modo, o lugar como historicamente constituído, o que pode ser socialmente reconhecido pelo sentimento de pertencimento⁶.

⁵ Entrevistas realizadas durante os anos de 2007 e 2008.

⁶ No Ribeirão da Ilha, 98% das pessoas entrevistadas declararam sentirem-se parte do lugar.

1.4 BREVE HISTÓRICO

A importância de se realizar um levantamento histórico da ocupação na área de estudo reside em compreender as diferentes ações que foram sendo processadas através do tempo e deixaram sua marca no espaço.

Para Santos (1990), a Geografia deve pesquisar como o tempo se torna espaço e como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual.

Investiga-se de que materialidade o espaço foi sendo construído, como os objetos geográficos tomaram novas formas e novos significados, ou mesmo como foram substituídos por novos objetos, mais adequados às mudanças em curso, configurando uma nova paisagem.

A presença dos primeiros europeus na Ilha de Santa Catarina remonta à época dos “descobrimientos marítimos”, por estar localizada na rota das expedições que buscavam o Oceano Pacífico com destino às Índias.

Há relatos de que, desde 1506, navegadores passavam pelo Ribeirão da Ilha em busca de água, madeira e frutas, estabelecendo contato com os índios Carijó, seus habitantes na época.

Em 1515, fixaram-se na localidade do Ribeirão 19 náufragos da expedição de Juan Dias Solis, os quais, em 1526, receberam Sebastião Cabotto, navegador que naufragou durante um temporal nos arredores da Ilha e permaneceu no Ribeirão por mais de três meses (CORRÊA, 2004)⁷.

Cabotto estabeleceu-se no local hoje denominado Barro Vermelho, no Alto Ribeirão, onde construiu uma nova embarcação e deixou casas, uma igreja e alguns desertores. “O Ribeirão da Ilha nascia, então, em 1526, sendo assim o povoado mais antigo da Ilha de Santa Catarina” (PEREIRA, 1990, p.52). Existe hoje, nesse local, uma capela, uma reconstrução no lugar da original (FIGURA 13).

⁷ A passagem de Sebastião Cabotto pelo Ribeirão resultou também na nomeação da Ilha de Santa Catarina, não se sabe ao certo se em homenagem a sua esposa, Catarina Medrano, ou em homenagem a Santa Catarina de Alexandria, comemorada em 25 de novembro, época de sua estada (CORRÊA, 2004).



FOTO DA AUTORA, 2007.

FIGURA 13 - Capela no Alto Ribeirão.

Desde essa época aparece registrado nos mapas um porto que existia na foz do Rio Ribeirão, em frente à Ilha D. Francisca, mais tarde denominado Porto do Contrato, o qual se manteve em atividade até 1940 (PEREIRA, 1990). Restos do molhe de pedras permanecem na praia⁸.

Apesar de esse ter sido o local onde a ocupação teve início, não se configurou como núcleo de expansão e poucos vestígios demarcaram-se na paisagem.

Em 1673, foi fundada a póvoa Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis), pelo bandeirante Francisco Dias Velho, ao adquirir uma sesmaria. Em 1726, ocorreu a elevação da mesma à condição de Vila, significando um princípio de organização política⁹ (CORRÊA, 2004).

Elevada à Capitania de Santa Catarina, em 1738, na Vila de Nossa Senhora do Desterro, sob comando do primeiro governador, Brigadeiro José da Silva Paes, implantou-se, até 1742, um complexo de fortificações para apoio e controle. Os regimentos militares dos fortes serviram de base para iniciar discretos núcleos de ocupação na Ilha.

⁸ No local, atualmente, há um restaurante com o nome Porto do Contrato.

⁹ A Vila Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de cidade em 1823, após a Independência, e passou a ser chamada apenas de Desterro. Com a Proclamação da República o nome da cidade mudou para Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (Decreto de 01/10/1894) (CORRÊA, 2004).

Nossa Senhora da Lapa (Ribeirão) foi elevada à Freguesia em 1809 (CORRÊA, 2004).

O interesse de Portugal na ocupação da Ilha de Santa Catarina estava vinculado à sua localização estratégica, a meio caminho do Rio de Janeiro e da Colônia de Santíssimo Sacramento, no Prata. Fato que determinou a fortificação e o desenvolvimento de núcleos coloniais, ocupando pontos ao longo do território insular.

Entretanto, a ocupação mais significativa só ocorreu a partir de 1748, quando Portugal procurou consolidar seu domínio em disputa com os espanhóis e, para tanto, organizou a vinda de aproximadamente 6.000 açorianos e 50 madeirenses para o povoamento da zona costeira sul do Brasil (IPUF, 2004) (FIGURA 14).



FIGURA 14 - Linha do tempo, com marcos da ocupação europeia na Ilha de Santa Catarina. Em laranja, episódios isolados. Em amarelo, processo de colonização portuguesa.

Dessa ocupação açoriana forjaram-se os aspectos culturais que caracterizam a área de estudo da presente pesquisa.

A Carta Régia de novembro de 1746 (APÊNDICE B) estabelecia as condições para a emigração, procurando atender tanto os interesses da Coroa quanto os da população dos Açores, na época afligidos por uma grave crise econômica e por freqüentes abalos sísmicos (CARNEIRO, 1987).

Nem tudo foi cumprido conforme o documento real determinava e muitas foram as vicissitudes enfrentadas pelos imigrantes que conformaram os primeiros núcleos de povoamento. Os casais de açorianos e madeirenses foram instalados preferencialmente na Ilha e no

continente fronteiro, em Santa Catarina, algumas famílias migraram para o Rio Grande do Sul (PIAZZA, 1992; FLORES, 1995) (FIGURA 15).



FIGURA 15 - Povoamento na zona costeira de Santa Catarina.

Naquela época, a zona costeira catarinense era esparsamente habitada, basicamente por pequenas povoações vicentistas e portuguesas fundadas em meados do séc. XVII. Desse modo, os oito anos de implantação do projeto colonizador da Coroa Portuguesa (1748 a 1756) representaram um significativo impacto demográfico e demarcaram o quadro cultural da região (IPUF, 2004; ALTHOFF, 2008).

A partir desta data, vários núcleos foram fundados pelos açorianos. Na Ilha de Santa Catarina foram formadas quatro paróquias: Nossa Senhora do Desterro (hoje, o centro urbano de Florianópolis), Nossa Senhora das Necessidades, conhecida com o nome de Santo Antonio de Lisboa; Nossa Senhora da Conceição, junto à Lagoa e Nossa Senhora da Lapa (atual Ribeirão da Ilha) (PIAZZA, 1992) (FIGURA 16).



FIGURA 16 - Povoamento na Ilha de Santa Catarina.

Os grupos de imigrantes escolheram os sítios específicos para sua instalação, preferencialmente em portos naturais abrigados nas baías, situados em posições favoráveis para a defesa, próximos a fontes de água e em solos firmes e férteis (CORRÊA, 2004).

Os limites impostos por manguezais, lagoas, dunas, matas, morros e costões, característicos da Ilha de Santa Catarina, contribuíram para que a ocupação se desse de forma descontínua. Assim, as freguesias instalaram-se distantes umas das outras, o que as fez permanecerem praticamente isoladas e autônomas durante várias décadas.

Esse isolamento é ainda, relativamente, sentido pelos habitantes do Ribeirão da Ilha e, de certa forma, contribuiu para uma maior preservação de suas características culturais, uma vez que o Ribeirão demorou mais a vivenciar o processo de urbanização da cidade de Florianópolis, sendo ainda hoje possível encontrar indícios da vida rural (FIGURA 17).



FIGURA 17 - Permanências da vida rural, criação de animais no Ribeirão da Ilha.

O Ribeirão da Ilha foi, inicialmente, ocupado por cerca de 60 casais de açorianos (PEREIRA, 1990). A prioridade inicial era produzir para a manutenção, sendo parte da produção vendida para suprir algumas necessidades, como querosene, sal e fumo de corda. Era na família e nas relações de parentesco que repousavam essencialmente as relações de trabalho, alternado entre a roça e a pesca.

Esses laços sociais estão ainda vivos entre a população do Ribeirão, o parentesco e o compadrio permanecem como vínculo entre as localidades do distrito (LACERDA, 2003).

Com o tempo, as freguesias desenvolveram uma importante economia baseada na estrutura agrária da pequena propriedade, voltada para o mercado interno da Colônia. A farinha de mandioca, destinada ao abastecimento da população urbana, das tropas militares e de embarcações em trânsito, associada à atividade pesqueira, aos poucos, deu sentido econômico aos pequenos povoados (CAMPOS, 1991).

Assim, como as demais comunidades das zonas costeiras, os primeiros açorianos que habitaram o Ribeirão da Ilha dedicaram-se à agricultura e à pesca. Basicamente, do outono ao inverno, os homens estavam no mar e da primavera ao verão, em terra (LACERDA, 2003).

A pesca da tainha, da anchova e do camarão marcam esta sazonalidade da qual os homens participavam diretamente e as mulheres e os filhos, consecutivamente, pelo preparo e salga dos peixes.

Já o trabalho agrícola envolvia diretamente toda a família. No Ribeirão, os cultivos da mandioca e do café foram expressivos, chegaram a existir vários engenhos de farinha e fazendas de café, até o início do século XX (LACERDA, 2003).

Essas atividades produziram o espaço e demarcaram-se com intensidade a paisagem, os vestígios desse passado permeiam a memória e a identidade cultural do lugar Ribeirão da Ilha.

Foi igualmente importante o ciclo da baleia, a partir da segunda metade do século XVIII, que impulsionou a economia local com a extração do óleo, utilizado principalmente para iluminação pública e doméstica, também empregado nos curtumes, na fabricação de sabão e na construção civil. Foram estabelecidos estaleiros para a construção das chamadas baleeiras, embarcações que assimilaram a técnica da canoa indígena feita de garapuvu (ou gapuruvu), madeira abundante na Ilha (IPUF, 2004).

A pesca da baleia era monopólio do governo português, que concedia a particulares o direito de exploração. Nesse ciclo econômico teve destaque a presença do escravo negro.

O Ribeirão da Ilha apresentava boa produção pesqueira, tanto da captura do pescado na Baía Sul, como do volume capturado por seus pescadores em mar aberto, no Pântano do Sul e na Armação, que depois era comercializado pelo Porto do Contrato.

[...] a pescaria que era desenvolvida na costa leste nas comunidades de Pântano do Sul, Armação, Morro das Pedras e Campeche tomava a direção do Porto do Contrato para ser comercializada. Comercializava-se não só o peixe fresco como o salgado ou seco. Da pesca da baleia, especialmente o óleo era todo ele comercializado por esse porto (PEREIRA, 1990, p.84).

Existiram mais dois portos no Ribeirão da Ilha, o Porto da Freguesia e o Porto da Tapera. Pelo Porto da Freguesia ocorria o transporte de passageiros, realizado por meio de barcos e baleeiras, já que as estradas eram precárias, sendo a Baía Sul um caminho natural. O Porto da Tapera (ou Porto do Correia), destinava-se ao comércio, principalmente, do café e da farinha de mandioca, que saíam como contrabando, para não recolher os tributos (PEREIRA, 1990). Esses portos mantinham contato comercial regular com o porto do centro da cidade, sendo que a maior parte das trocas comerciais ocorriam em suas proximidades.

A existência desses portos no Ribeirão atesta ter havido produção e comercialização significativas no sul da Ilha. Entretanto, apenas a

polarização da freguesia perdurou-se na paisagem. Não restaram vestígios significativos dos demais portos.

A produção, denominada por Campos (1991) de “pequena produção mercantil açoriana”, proporcionou não apenas a formação do pequeno produtor independente, relativamente auto-suficiente e dono de seus meios de produção, mas também a produção de um considerável excedente exportável.

A comercialização dos produtos agrícolas e do pescado provenientes das freguesias se dava no mercado público e no porto, situados na Vila de Desterro (hoje, o centro urbano de Florianópolis). O porto da capital teve importante papel na dinâmica econômica da cidade, contribuindo para que a Vila exercesse uma posição centralizadora, congregando fluxos, movimento e animação (IPUF, 2004).

Havia uma dicotomia socioeconômica e espacial entre as freguesias do interior e o centro urbano da capital. No interior predominavam as comunidades quase autônomas, que viviam da pesca e da pequena produção familiar, enquanto na área central residiam funcionários públicos, militares e comerciantes (REIS, 2002).

A atividade comercial-portuária de Florianópolis foi expressiva durante todo o século XIX, até o início do século XX, quando, as mudanças tecnológicas e socioeconômicas, em escala nacional, afetaram o desenvolvimento da cidade.

Com o avanço da navegação a vapor, o porto de Florianópolis entrou em declínio por ser raso e não comportar as embarcações de grande calado, que passaram a ser utilizadas (IPUF, 2004).

O desenvolvimento industrial e comercial das cidades de colonização alemã e italiana dos vales catarinenses também contribuiu para diminuir a importância comercial de Florianópolis.

A implantação da grande indústria no setor pesqueiro, que aumentou os níveis de produtividade, igualmente ocasionou o enfraquecimento das formas precedentes de produção.

Nesta época, o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, começou a ser um pólo de atração. Muitos dos pescadores de Florianópolis passaram a transitar por vários portos do país.

A saída dos homens “embarcados” representou um movimento que promoveu a ligação das comunidades litorâneas com o mundo “de fora” (LAGO, 1996).

Entretanto, as mulheres ficaram com o maior ônus da sobrevivência cotidiana da família.

Nós saía de madrugada, esperava as embarcações, nós tinha que esperar o peixe para fazer a comida. Aí, de manhã cedo nós ia escalar o peixe. Saía, duas, três horas da madrugada, escalava o peixe [...] Quando não tinha peixe, nós sentava na renda [...] Aqui o que valia era a mulher. Se esperasse pelo marido, vou dizer [...] (Geni) (FLORES, 1995).

O afastamento dos homens, devido às dificuldades socioeconômicas enfrentadas nesse período, impulsionou o trabalho artesanal das mulheres na confecção de rendas de bilro (FIGURA 18). A tradição das rendeiras veio dos Açores e perdura até os dias atuais, faz parte do saber fazer das comunidades da Ilha e destaca o papel da produção feminina. Entretanto, esta prática enfrenta a ameaça de desaparecimento, devido ao desinteresse das novas gerações em aprender o ofício.



FOTO DA AUTORA, 2007.

FIGURA 18 - Renda de bilro confeccionada no Ribeirão da Ilha, por D. Catarina.

Hoje tem poucas rendeiras no Ribeirão, aqui no Império¹⁰ tem quatro, mas moça não tem nenhuma, elas não querem aprender. Eu aprendi sentada do lado da almofada da minha mãe (Cristina, 2007).

As meninas, na minha época, sentavam todas juntinhas em roda fazendo renda. As minhas filhas não sabem, eu ainda faço (D. Marli, 70 anos, 2007).

Além dos fatores externos apontados, houve perda da produtividade agrícola também devido às constantes queimadas, ao uso contínuo do solo e à sucessiva divisão das terras por herança (CAMPOS, 1991).

Observa-se que os processos econômicos aliados à produção da vida, na escala local, relacionam outras escalas espaciais e realçam aspectos culturais importantes. É dessa forma que a História demarca-se no lugar.

Essas mudanças transformaram o panorama do município de Florianópolis¹¹, o interior da Ilha que, tradicionalmente, abastecia a cidade e exportava, em maior escala, a farinha de mandioca, ressentiu-se com o declínio das atividades portuárias. Todo um comércio marítimo e suas relações de produção passaram gradualmente a desaparecer, resultando no empobrecimento das comunidades agrícolas, a exemplo do Ribeirão.

Alguns engenhos de farinha permaneceram em atividade, mas de modo geral, com o declínio comercial, a população do Ribeirão passou a viver de uma agricultura de subsistência, tendo a pesca artesanal, como atividade subsidiária.

O que caracterizava as comunidades do interior da Ilha era um forte isolamento social devido às dificuldades de articulação espacial entre os núcleos. Pela falta de estradas em boas condições, até meados do século XX a população urbana da área central praticamente

¹⁰ O edifício do Império do Espírito Santo, anexo à igreja, é utilizado para exposição e venda do artesanato local.

¹¹ A partir de meados da década de 40, o crescimento urbano da área central de Florianópolis sofreu um processo de relativa aceleração com o incremento das atividades administrativas da máquina estatal e de seu funcionalismo. Essa época coincide com a redução do desempenho das atividades portuárias (SUGAI, 1994).

desconhecia o interior da ilha e as freguesias permaneceram parcialmente isoladas (REIS, 2002).

O interior da Ilha é alcançado com dificuldade, através de duas estradas de rodagem, de mínima capacidade, orientadas no sentido Norte-Sul e acompanhando a Costa Oeste, tendo maior tráfego a que põe a Capital em contato com a planície arenosa de Canasvieiras ao Norte, mais habitada [...], conforme Wilmar Dias, do Departamento Estadual de Geografia e Estatística, na década de 1940 (CORRÊA, 2004, p. 325)

Foram essas condições de fechamento que proporcionaram a manutenção, em certa medida até os dias de hoje, de um universo cultural peculiar, caracterizado por uma série de hábitos e tradições, como o modo de falar, as festividades religiosas, a produção artesanal e a realização de trabalhos coletivos (FIGURA 19).

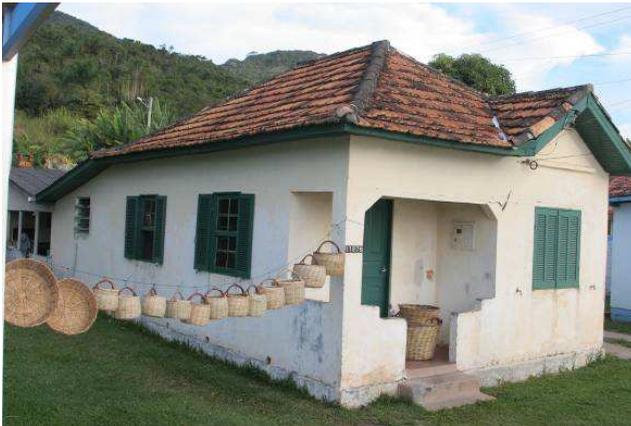


FOTO: ANÍSIO BORGES, 2006.

FIGURA 19 - Trabalho artesanal exposto na residência do artesão, no Ribeirão - confecção de balaios utilizados principalmente na pesca.

Compreender a demarcação dessas relações sociais na paisagem e no lugar é central nesse estudo.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Para analisar a paisagem e o lugar como referências culturais, considerou-se necessário compreender a evolução das noções de cultura e patrimônio através da História.

Ao empreender uma trajetória sobre a evolução das noções de patrimônio cultural é necessário, primeiramente, elucidar a compreensão de cultura.

As palavras cultura, culto e colonização advêm do latim e derivam do mesmo verbo latino “colo”, que significou *eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu cultivo o campo* (BOSI, 1992, p.11).

Entende-se cultura como a conjugação dos modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social, ou ainda, como todo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência (SANTOS, 1987; BOSI, 1992).

Assim, a cultura pode ser definida como o conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, que engloba, além das artes e letras, seus modos de viver, sistemas de valor, tradições e crenças¹².

Pode-se entender por cultura, o processo pelo qual o homem atribui sentidos ao mundo e interage com a realidade.

É importante destacar o caráter dinâmico da cultura, as mudanças ocorrem, em diferentes intensidades e visibilidades, motivadas por trocas, sincretismos, acontecimentos, que podem ocorrer de forma sutil, ou mesmo avassaladora. Faz parte desse processo a tensão entre a mudança e a permanência.

O movimento da sociedade é sempre compressivo, global, totalizado, mas a mudança pode ocorrer em diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras (SANTOS, 1985).

O patrimônio cultural, por sua vez, consiste nas referências consideradas como representativas de diferentes grupos sociais. O valor dessas referências culturais, conformadas pelos bens materiais e imateriais, é por sua vez atribuído em função de determinados critérios e interesses.

¹² Definição elaborada pela UNESCO, em 1982 (IPHAN, 2000).

É importante enfatizar que as referências culturais pressupõem a necessidade de sujeitos para os quais as mesmas façam sentido. Ou seja, os bens não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco, são determinados pelas relações sociais.

Os bens culturais expressam os processos de produção e reprodução da vida, bem como os mecanismos que articulam esses processos à formação do patrimônio e da memória social de um povo.

Assim, o patrimônio cultural não reside numa coisa, mas consiste numa relação, – a relação da vida social com indícios do passado, pertinentes ao processo histórico.

Deste modo, a idéia de patrimônio lida também com representações – que visam ser legítimas –, e seu sentido se dá quando faz o passado interagir com o presente, contribuindo para reforçar vínculos de pertencimento entre o indivíduo e seu grupo, entre este, o meio ambiente e a sociedade.

2.1 EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO

Ao longo da História, a noção de patrimônio foi adquirindo novos significados e ampliando sua abrangência, refletindo a incorporação de novas visões a respeito de cultura.

A noção de patrimônio traz em seu bojo a idéia de propriedade. Etimologicamente, patrimônio significa herança paterna (CHOAY, 2001; ABREU, 2003).

No Renascimento, a idéia de patrimônio reportava-se aos edifícios da Antiguidade Clássica, que eram vistos como exemplos e paradigmas de uma arte que se queria, naquele momento, não propriamente preservar, mas documentar para conhecer, admirar e suplantar, com vistas à confirmação de hipóteses históricas e ao estudo de sistemas construtivos e estilos arquitetônicos.

Foi apenas a partir do ideário desencadeado pela Revolução Francesa (1789) que o significado de patrimônio estendeu-se do privado, dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas – a nobreza –, para o conjunto dos cidadãos (CHOAY, 2001; ABREU, 2003).

Em oposição aos sentimentos revolucionários que ameaçavam destruir as realizações de épocas anteriores, houve uma reação contrária às práticas de “vandalismo”, fomentando um novo fervor patriótico.

Desse modo, os bens antes pertencentes aos nobres foram sendo apropriados como heranças do povo. Desenvolveu-se a concepção de

bem comum e a idéia de que os bens poderiam conformar a riqueza material e moral de uma nação (JEUDY, 1990; ABREU, 2003).

Assim, a emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico (e político) e a partir de um sentimento de perda, pois era preciso salvar as obras do passado, ameaçadas de destruição.

Jeudy (1990) explicita esse desejo de “reapropriação”, perante o risco de desaparecimento como inerente à noção de patrimônio: O que seria uma memória sem o esquecimento? O que seria um monumento sem a ruína? Questiona o autor.

No contexto da Europa após a Primeira Guerra Mundial, quando vários países contabilizavam perdas em seu patrimônio arquitetônico, foi elaborada a Carta de Atenas de 1931.¹³ Referia-se à conservação de edifícios tratados como “monumentos de interesse histórico, artístico, ou científico”, cuja tarefa de identificação cabia a um corpo de especialistas e a salvaguarda restringia-se à manutenção física dos bens (IPHAN, 2010).

No final da Segunda Guerra Mundial, no Preâmbulo da Convenção de Londres, de 1946, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO¹⁴ refletiu a tentativa de superar os antagonismos entre as nações. Em paralelo, houve a disseminação do conceito antropológico de cultura, que passou a valorizar as diversidades culturais contrapondo-se às idéias racistas daquele momento histórico, e um redirecionamento da concepção iluminista de cultura, vista como equivalente à civilização e erudição.

Nesse contexto, surgiu a vertente universalista da noção de patrimônio da humanidade, que reconheceu a existência e a necessidade de preservação do conjunto das realizações humanas, em diversas expressões.

Durante várias décadas, predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados “bens de pedra e cal” – igrejas, fortes, pontes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos.

No final do século XX, uma nova abordagem de patrimônio cultural passou a deslocar o foco dos bens materiais – que, via de regra, se impunham por sua riqueza e por sua relação com o poder – para uma nova perspectiva de atribuição de valores e sentidos (FONSECA, 2000).

¹³ Durante a Conferência do Escritório Internacional dos Museus e Sociedade das Nações.

¹⁴ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

Nessa diretriz, os parâmetros de monumentalidade, excepcionalidade e mesmo de materialidade foram ampliados, ou superados, e o campo dos bens elegíveis à categoria de patrimônio alargou-se a ponto de abarcar, potencialmente, as expressões culturais de todos os povos, abrangendo o vernacular, o cotidiano e também a imaterialidade.

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida.

UNESCO, Declaração do México, 1985 (IPHAN, 2010).

Vale destacar que para os povos orientais, especialmente no Japão, os objetos já não eram considerados como os principais depositários da tradição cultural, mas sim o saber que os produz. Sendo mais importante preservar e transmitir o conhecimento, permitindo a vivência da tradição no presente (SANT'ANNA, 2003).

No mundo ocidental, essa nova abordagem passou a ser denominada de patrimônio imaterial, por considerar também como formas de expressão cultural as festas, rituais, música, danças, indumentárias, lendas, medicina popular, culinária, línguas, saberes e fazeres¹⁵.

De tal modo que se reconhece que a essência cultural deva estar mais presente nas relações sociais e nas relações simbólicas do que nos objetos. Essa “desmaterialização” do centro de interesse é que origina e justifica a nova denominação – imaterial, ou intangível. Não implicando, no entanto, em que tais relações não possam estar também expressas de forma material.

A França foi um dos primeiros países ocidentais a criar instrumentos de preservação do patrimônio imaterial, que com base no sistema de “Tesouros humanos vivos” proposto pela UNESCO, implantou a política de *Les Métiers d'Art*, em 1994, para apoiar mestres de ofícios tradicionais, com vistas à transmissão de suas técnicas e

¹⁵ Inicialmente mediante aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, em 1972, que evoluiu para a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, aprovada na Conferência Geral da UNESCO de 1989.

conhecimentos para novas gerações de aprendizes (SANT'ANNA, 2003).

Em 2003, em Paris, por ocasião da Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, o mesmo foi definido como “práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

No Brasil, a arena do patrimônio cultural passou a vivenciar um novo momento a partir de 2000, quando se instituiu o inventário e o registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível¹⁶.

Esse registro não é um instrumento análogo ao tombamento, corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, por meios técnicos adequados, o passado e o presente dessas manifestações como processos sociais dinâmicos, em suas diferentes versões, com intuito de tornar tais informações amplamente acessíveis ao público (IPHAN, 2000).

Destaca-se também o caráter dinâmico do patrimônio imaterial, que ao ser transmitido de geração em geração, é constantemente recriado, gerando um sentimento de identidade e de continuidade.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial instituiu, para o registro desses bens, livros denominados: *Livro de registro dos saberes*; *Livro das celebrações*; *Livro das formas de expressão* e *Livro dos lugares*. Este último de especial interesse para o presente trabalho, destinado a inscrição de espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, referentes a grupos, que nesses espaços, efetuam trocas materiais e simbólicas (FONSECA, 2003).

É importante enfatizar que a denominação imaterial não significa uma referência a abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico.

¹⁶ O Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 institui as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível no Brasil e o Decreto Nº 2.504, de 29 de setembro de 2004, no Estado de Santa Catarina. As categorias de bens culturais passaram a incluir: *saberes*; *celebrações*; *língua e espaços* (IPHAN, 2000). A Resolução IPHAN n. 1, de agosto de 2006 complementa o Decreto.

A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão intangível fosse mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis (FONSECA, 2003).

Deve-se evitar uma falsa dicotomia entre material e imaterial. Há, na verdade, uma razão de interdependência e complementaridade entre os patrimônios material e imaterial, bem como do sentido, dos valores e dos elementos contextuais que o patrimônio imaterial atribui aos objetos e lugares.

Posteriormente, o IPHAN acrescentou ao entendimento de bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição. Sendo a tradição entendida em seu sentido etimológico, ou seja, através do tempo, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado (CASTRO *et al.*, 2008).

Os documentos internacionais relativos à preservação patrimonial refletem, ao longo do tempo, que houve uma profunda evolução dos conceitos de cultura e de patrimônio.¹⁷

Esse processo foi classificado por Françoise Choay (2001) como uma ampliação tipológica, cronológica e geográfica, ou seja, a noção de patrimônio passou a incluir o vernacular, extrapolando o campo restrito da arquitetura monumental; passou também a valorizar obras contemporâneas, prescindindo do valor de antiguidade e, por fim, extrapolou os limites espaciais da Europa, com a valorização da diversidade cultural.

A incorporação de valores simbólicos e imateriais trouxe para o âmbito patrimonial um caráter subjetivo e abrangente, que engloba idéias relativas a concepções de desenvolvimento e democratização da cultura.

Não se trata mais de apenas garantir, a diferentes camadas e grupos sociais, o acesso a informações e instrumentos culturais, com

¹⁷ Este processo destaca-se por meio do exame das Cartas Patrimoniais, registros que revelam a evolução dos debates internacionais a respeito tema, especialmente a partir da atuação da UNESCO. (APÊNDICE C).

As cartas patrimoniais consideradas mais significativas, para ilustrar a evolução cronológica da noção de cultura e patrimônio pertinentes a esse trabalho são: a Carta de Atenas de 1931 e de 1933; a Carta de Veneza, de 1964; as Normas de Quito, de 1967; a Recomendação de Paris, de 1972; a Declaração do México, de 1985; a Carta de Washington, de 1987; a Recomendação de Paris, de 1989; a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001; a Recomendação de Paris, de 2003 e as Declarações do ICOMOS de 2003, 2005 e 2008.

Pode-se ter acesso à íntegra de muitas das Cartas Patrimoniais no *site* do IPHAN: www.iphan.gov.br.

visões homogêneas e etnocêntricas de desenvolvimento, mas de reconhecê-los também como produtores de expressões culturais próprias (CASTRO *et al.*, 2008).

Evidenciam-se também significativas ressonâncias de um amplo debate contemporâneo a respeito do multiculturalismo, no qual transparece o interesse pela construção de sociedades mais plurais e inclusivas, em que o reconhecimento da diferença cultural associe-se a políticas públicas.

Essa tendência aponta para uma mudança de foco nas políticas de preservação, levando a uma das questões chaves desse debate, e da presente tese, quando as mesmas passam a enfatizar a importância instrumental do patrimônio para a sobrevivência de cada povo, para a sua reprodução social.

3 TEMPO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Uma premissa deste trabalho é que o Ribeirão da Ilha possa integrar as categorias de patrimônio cultural, por meio da paisagem e do lugar.

Após a compreensão do sentido de bem cultural e da abrangência dos conceitos de cultura e patrimônio, considera-se pertinente validar a premissa.

Para tanto, empreendeu-se, o que se considerou adequado denominar de leitura cultural do Ribeirão da Ilha, mediante a elucidação dos conceitos norteadores da análise proposta e seu relacionamento com a identificação empírica das permanências culturais significativas na área de estudo.

Optou-se em separar, analiticamente, no âmbito desse trabalho, as permanências culturais relativas à memória, ao lugar e à paisagem, apesar de muitas vezes as mesmas serem manifestas de forma indissociável.

Tal abordagem consiste num recurso que objetiva facilitar a análise, posto que se reconheça haver uma conjunção intrínseca entre esses elementos, que se apresentam como uma realidade complexa¹⁸, por meio da articulação do particular com o geral, e pela unidade contida no todo.

Portanto, para empreender uma reflexão acerca do patrimônio cultural de um grupo social, conforme a proposta do presente estudo, há necessidade de uma melhor compreensão da dimensão temporal, por meio das acepções de tempo, memória e História.

Constata-se que um conceito engendra o outro, numa sucessiva realimentação de significados.

¹⁸ No sentido concebido por Edgard Morin, que supõe um real complexo em oposição ao paradigma clássico, que partia da premissa de que a complexidade do real era apenas sua aparência e que fenômenos “aparentemente complexos” poderiam ser reduzidos às suas partes simples (MORIN, 1990, *apud* CASTRO, 1997, p.59).

3.1 A IDÉIA DE TEMPO

O que é o tempo? Se não me perguntarem, sei; se me pedissem para o explicar, seria incapaz.

(SANTO AGOSTINHO, 1999, p.322)

A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência de tempo. Entretanto, tal concepção não é um dado natural, como pode parecer à primeira vista, mas uma construção cultural (WHITROW, 1993; LE GOFF, 2003).

Desse modo, subtende-se que a concepção de tempo inerente a uma sociedade internaliza um sistema de atribuição de valores.

Prova disso são estudos antropológicos realizados com sociedades distintas, os quais revelam que alguns grupos sociais¹⁹ não possuem em suas línguas distinção entre passado, presente e futuro. De modo similar, para outros grupos²⁰, presente e futuro se sobrepõem. Experiências realizadas com crianças de Uganda e também com crianças aborígenes (Austrália) revelaram que essas não têm a mesma percepção que crianças ocidentais a respeito da duração do tempo (WHITROW, 1993).

Parece inegável a influência geral da noção de tempo sobre a atitude mental e o modo de vida de diferentes civilizações.

Na literatura grega, onde se ancora a gênese da cultura ocidental, apesar da crença de que o mundo em si mesmo fosse eterno, a primeira formulação explícita a respeito de que as coisas individuais estavam sujeitas à mudança e à degradação foi feita pelo filósofo Heráclito, por volta de 500 a.C., em seu famoso aforismo “Não se pode jamais tomar banho duas vezes no mesmo rio”.

A observação do movimento do Sol, da Lua, das estrelas, das estações passaram a determinar o decorrer do tempo. “O tempo é o curso do Sol” afirmavam Eratóstenes e Platão.

Aristóteles, próximo ao ano 360 a.C., questionava se podia haver tempo sem que houvesse seres pensantes, uma vez que não considerava o tempo uma mera sucessão, mas uma “sucessão na medida em que é numerada”, e nada podia ser numerado a menos que houvesse alguém para fazer as contas (WHITROW, 1993).

¹⁹ Os hopis do Arizona e os nuers das margens do Nilo (WHITROW, 1993).

²⁰ Os azandes do Sudão (WHITROW, 1993).

Kant pondera que o tempo não é algo em si mesmo, nem uma determinação objetivamente inerente às coisas. "O tempo nada mais é que a forma da nossa intuição interna. Se a condição particular da nossa sensibilidade lhe for suprimida, desaparece também o conceito de tempo, que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui" (KANT, 1999, p. 81).

Assim, o tempo seria uma condição subjetiva da mente humana. E justamente porque a intuição não oferece uma figura, procuramos substituir essa carência por analogias e acabamos por representar a sucessão temporal como uma linha que avança ao infinito.

Não obstante, no que tange aos fenômenos, o tempo é necessariamente objetivo, "na experiência jamais pode nos ser dado um objeto que não esteja submetido à condição do tempo" (KANT, 1999, p.80).

Não se pode suprimir o tempo em relação aos fenômenos, mas é possível eliminar do tempo os fenômenos. O que faz do tempo uma representação necessária, pois só nele é possível toda a realidade dos fenômenos.

Durkheim, segundo Halbwachs (2004), ponderou que um indivíduo isolado poderia ignorar o tempo, mas que a vida em sociedade implica que todos os homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem suas convenções. Há, portanto, uma representação social coletiva do tempo.

De alguma forma, parece estar clara a vinculação da idéia de tempo à nossa concepção cultural do mundo.

Em nosso contexto cultural, segundo Piaget (1978), a criança compreende o tempo quando se liberta do presente. Compreender o tempo, ou seja, distinguir presente, passado e futuro, é dar provas de reversibilidade, o que implica numa escalada na memória.

Santo Agostinho (1999, p.328) descreve a percepção de três tempos como: "lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras".

Desse modo, o tempo, um saber coletivo, contém a idéia de memória.

3.2 MEMÓRIA COLETIVA

A memória é irmã do tempo.

Gaia (Terra) e Urano (Céu) tiveram inicialmente 12 filhos, seis homens e seis mulheres, os Titãs e as Titânias. Alguns dos filhos sobressaíram-se pelo poder, outros se destacaram pela tragédia.

Representam as forças violentas que povoaram o mundo e iniciaram a longa e penosa História da humanidade, afirma o poeta grego Hesíodo, no século VIII a.C.

Mnemosine, uma das filhas, é a poderosa deusa da memória, conserva a lembrança na alma dos homens. Mnemosine é também mãe das nove musas, que inspiram a criação, protegem a arte e a História.

Cronos, deus do tempo, é um Titã trágico, possui um destino atarefado e desesperado. Cabe-lhe criar uma nova ordem, revolucionar constantemente a natureza e alterar o palco da vida.

Cronos é insaciável. O tempo devora tudo: seres, momentos, destinos, sem piedade e sem apego ao que passou.

Só Mnemosine contesta Cronos, preservando, quando pode, a lúcida matéria sobre a qual reina.

(RICCI, 1976)

A morte diferencia os homens dos deuses, que possuem um tempo eterno. A noção de tempo é fortemente marcada pela consciência da morte, que delimita a dimensão humana (WHITROW, 1993).

A constatação feita pelo homem de que ele, como todas as criaturas vivas, nasceu e vai morrer parece tê-lo conduzido a tentar sustar o fluxo incessante do tempo, buscando de algum modo prolongar sua própria existência.

O cuidado tomado com a rememoração dos mortos sugere uma forma de permanência. Na mesma medida em que seu esquecimento

está associado a desrespeito ou desonra. De tal modo que, na Idade Média, uma das punições impostas aos excomungados era que, após sua morte, nada pudesse ser escrito em sua memória e que seus nomes não poderiam ser mencionados nos altares (LE GOFF, 2003).

O silêncio relacionado ao banimento, assim como seu inverso, revelam a íntima relação entre linguagem e memória.

No nível da linguagem oral, a permanência de algo depende exclusivamente da memória. Na busca de um maior grau de permanência, os símbolos transitórios da fala foram convertidos nos símbolos da escrita. “As palavras e os pensamentos morrem, os escritos permanecem” (HALBWARCHS, 2004, p.85).

O aparecimento da escrita funda a História e está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. A escrita, o alfabeto e a impressão sobrepuseram-se aos suportes humanos das sociedades orais, ampliando a capacidade de armazenamento de informações e permitindo a comunicação através do tempo e do espaço, além dos limites físicos do corpo. A escrita expandiu a exteriorização e o registro da memória.

A alusão à memória parece, à primeira vista, remeter a uma capacidade inerente ao indivíduo, de forma que tal faculdade não possa existir a não ser em relação ao cérebro individual, como expressa Santo Agostinho.

Eis-me nos campos da minha memória, nos seus antros e cavernas sem número, repletas ao infinito, repletas de coisas que lá estão gravadas, ou por imagens, como os corpos, ou por si mesmas, como as ciências e as artes, ou então, por não sei que noções e sinais, como os movimentos da alma, os quais, ainda quando não a agitam, se enraízam na memória, posto que esteja na memória tudo o que está na alma (SANTO AGOSTINHO, 1999, p.277)²¹.

Entretanto, a memória, assim como o tempo, é também uma experiência social. Maurice Halbwachs (2004) em seu estudo sobre a memória coletiva insere a memória individual no âmbito social. Afirma o autor, que o homem está só apenas na aparência, pois seus pensamentos e seus atos explicam-se pela sua natureza de ser social, e

²¹ Para Santo Agostinho (1999), a memória é como o ventre da alma, a alegria e a tristeza seriam seu alimento, doce ou amargo.

que em nenhum instante o homem deixa de estar inserido em alguma sociedade. Nem mesmo no âmbito de sua memória.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 2004, p.30).

Também para Augé (1994, p. 23) “a individualidade absoluta é impensável: a hereditariedade, a herança, a filiação, a semelhança, a influência, são categorias por meio das quais se pode apreender uma alteridade complementar e, mais ainda, constitutiva de toda individualidade”. Para o autor, toda representação do indivíduo é, necessariamente, uma representação do vínculo social que lhe é consubstancial.

Assim, a evocação e a localização das lembranças têm como ponto de aplicação os quadros sociais reais, os quais servem de referência na reconstrução do que chamamos de memória. De forma que a memória individual não pode ser tomada como uma tabula rasa.

Entretanto, ainda na concepção de Halbwachs (2004), toda memória coletiva tem por suporte um grupo social limitado no espaço e no tempo.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 2004, p.38).

Desse modo, a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, de indivíduos que se lembram, como membros de um grupo, constituindo uma massa de lembranças comuns, que se apóiam umas sobre as outras. Pode-se dizer que cada memória individual possui um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Cabe destacar, nessa linha, a correlação e a delimitação estabelecidas para a memória coletiva, ou seja, a memória coletiva está condicionada à permanência das relações sociais. Pode-se, então, depreender que a memória não reside nos objetos ou no passado, mas na vivência do grupo.

A memória coletiva é a memória da sociedade, da totalidade significativa em que se inserem e transcorrem as micromemórias pessoais, elos de uma cadeia maior (DUARTE, 2003).

Da memória de um grupo destacam-se as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer da sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, com os quais têm contato mais freqüente (HALBWACHS, 2004).

Também nesse sentido, Pierre Nora define a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 2003, p. 467).

Além de ser necessário que esta reconstrução se opere a partir de noções comuns, ela só é possível se as lembranças fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade.

Dessa forma, é pertinente relacionar memória coletiva com o conceito geográfico de lugar, o qual expressa um espaço identificado com grupos sociais definidos, contextualizando suas atividades. O lugar contém um componente subjetivo que o identifica com um grupo, ao mesmo tempo em que participa, em alguma medida, da conformação de seus integrantes.

A delimitação e a relação entre grupos sociais vinculadas à memória coletiva são condicionantes bastante pertinentes e relevantes para compreender seu co-relacionamento com o espaço, aspectos importantes para este trabalho.

Para Le Goff (2003), a falta ou a perda da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva, como a amnésia pode causar perturbações graves na personalidade de um indivíduo.

De maneira análoga, afirma Milton Santos (1999, p. 263) “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Sendo assim, a memória é também um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, e sua busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades.

Lembrar e esquecer são atos pertinentes a todas as culturas, entretanto, para algumas sociedades o lembrar pode ocupar uma centralidade estruturante, enquanto que em outras a memória possui menor importância.

De acordo com Chauí (2005), o processo de renovação muitas vezes destrói os suportes materiais da memória e bloqueia os caminhos da lembrança. Deste ponto de vista, o resultado passa a ser a negação do próprio passado e a não-identificação, ou a desvalorização de quem o vivenciou.

Esta questão é bastante pertinente para balizar os efeitos das transformações urbanas que tem ocorrido, recentemente, no Ribeirão da Ilha em relação às memórias de seus habitantes.

3.3 HISTÓRIA

A matéria fundamental da História é o tempo. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a História e a alimenta.

Para Halbwachs (2004, p.85), “a História começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”.

Pode-se depreender dessa afirmação que a memória coletiva distingue-se da História por reter do passado apenas o que ainda está vivo, ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém e que não ultrapassa os limites desse grupo.

Para Le Goff (2003), o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da História, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

A cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor da História. O calendário representa o quadro temporal do funcionamento da sociedade. Entretanto, é importante desenvolver a reflexão numa abordagem histórica que renuncie a temporalidade linear (LE GOFF, 2003).

A dialética da História é constituída no diálogo entre passado e presente, um de seus objetivos pode ser entendido com construir uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer uma continuidade interrompida.

Essa construção não é neutra, mas subtende, ou exprime, um sistema de atribuição de valores. Assim, a História é uma prática social.

A História narra as lutas dos seres humanos que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto é, produzem e reproduzem relações sociais, pelas quais se distinguem da natureza e nas quais são instituídas as divisões sociais (CHAUI, 2005).

As diferentes formações sociais são determinadas pelo modo de produção e de reprodução da vida material dos homens. A História revela a maneira como se definem, em cada cultura, a propriedade e a divisão social do trabalho e como se organizam as instituições sociais e políticas. Assim, a História dos homens está na forma em que estes produzem sua existência.

Como desdobramento da oposição *passado, presente* e da atribuição de valores estão os pares *antigo e moderno*. Estabelece-se um diálogo entre rotina e progresso, simbolizando a rotina as práticas consolidadas para a sobrevivência do grupo, e o progresso a intervenção de inovações para uma sobrevivência melhorada.

Não é pretensão desse trabalho definir, ou abordar a complexidade inerente às concepções da História. E sim destacar a importância da abordagem histórica como base para o estudo proposto, da forma como formulam Le Goff e Santos, “História que fermenta a partir dos estudos dos lugares da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 467).

Toda cidade resulta da agregação do trabalho humano [...] Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar com mais propriedade de história [...] Não há maneira de pensar espaço significativo desacompanhado da história que o explique. Da mesma forma, é impossível imaginar história, ou mito, não referenciados a espaços reais ou imaginários (F. SANTOS, 1986, p. 59).

É importante destacar, após a apreciação empreendida sobre tempo, memória e História, sua íntima correlação e sua inerente construção social, a partir da qual podem mobilizar e afirmar a identidade de um grupo social no espaço.

Nesse sentido, procurou-se compreender como se manifestam no Ribeirão da Ilha os sentidos de identidade a partir da memória coletiva, engendrada pelo processo histórico da constituição do lugar.

Identidade entendida como uma representação de si mesmo, feita pelo sujeito, socialmente construído.

3.4 MEMÓRIA NO RIBEIRÃO

A memória dos grupos atribui sentidos aos seus locais de vida.

Santo Agostinho (1999, p.267) relaciona memória e imagem quando afirma que não são os próprios objetos que entram no receptáculo da memória, “mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis, sempre prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda”.

Com base na realização de entrevistas com moradores da área pesquisada, procurou-se explicitar o entendimento e a imagem que têm do Ribeirão como construção mental (TUAN, 1983).

Os sistemas simbólicos que compõem a cultura são transformados e interiorizados de modo individual, e nessa transformação nasce a representação, que é social porque contém valores e julgamentos tomados da experiência grupal.

A imagem mental é composta por diversos pontos de vista aglutinados simultaneamente, que são resultantes do intercâmbio da experiência com a alteridade, no processo do conhecimento e composição da memória.

As narrativas sobre o Ribeirão da Ilha, obtidas nas entrevistas com moradores, caracterizam o lugar da seguinte maneira:

- O Ribeirão da Ilha é um lugar tranquilo;
- O Ribeirão da Ilha possui grande beleza natural;
- A vida comunitária é valorizada no Ribeirão da Ilha;
- O Ribeirão da Ilha é um lugar isolado.

Alguns depoimentos podem melhor ilustrar essa percepção, os quais configuram a imagem que os habitantes têm do lugar:

É um lugar quieto, um lugar que não tem malandragem, não tem bandido. É uma área verde, é um lugar muito sossegado. Não tem problema com nada, graças a Deus. Qualquer nativo que você conversar vai ser a mesma conversa (Joel, 42 anos, Sertão do Ribeirão).

As minhas netas não gostam daqui, dizem que é muito parado, não tem o que fazer. A praia não tem onda, não tem onde elas saírem. Mas quando elas ficarem mais velhas, vão querer esse sossego que a gente velha gosta (Osvaldina, 81 anos, Caiacangaçu).

Existe uma beleza natural difícil de se igualar, não tem em outro lugar uma bela baía contrastando com uma mata exuberante, provocando um enorme prazer (Antonio, 52 anos, Freguesia do Ribeirão).

É o único lugar na Ilha que se encontra paz e tranquilidade e as pessoas ainda tem a mesma gentileza de quando eu era criança (Aparecida, 39 anos, Freguesia do Ribeirão).

O Ribeirão é um lugar bom, o pessoal 'são' tudo bom. E o povo daqui é tudo família (Maria, 61 anos, Naufragados).

É interessante constatar que essa imagem do Ribeirão, expressa pelos moradores, é compartilhada pelos habitantes da cidade, de modo geral, sendo reproduzida pela mídia, conforme demonstram trechos de matérias de jornais locais.

Chegar ao Ribeirão da Ilha é fazer uma viagem no tempo e na história e conhecer o lugar onde a cultura açoriana está mais forte, viva e preservada em Florianópolis. Não há lugar melhor para se conhecer a verdadeira alma da Ilha de Santa Catarina do que o Ribeirão. A história de Florianópolis passa, inevitavelmente, por lá (Fabio Mafra - Jornal Diário Catarinense).

O tempo passou, mas parece ter se esquecido de visitar o Ribeirão. A impressão mais forte é a que o relógio parou ou marca as horas de uma forma mais lenta. Caminhar pelas ruas da Freguesia do Ribeirão da Ilha é vislumbrar uma Florianópolis provinciana, com ares de cidade do interior,

pacata, ordeira e graciosamente encantadora.
(Débora Sanches - Jornal A Notícia).²²

A imagem é formada pelo conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver um determinado ambiente. Implica na concepção mental apreendida e estabelecida pelo indivíduo, que resume seu conhecimento, suas avaliações e preferências sobre o espaço em que vive.

As pessoas que compartilham situações similares no tempo e no espaço, expostas às mesmas experiências perceptivas, tendem a compor imagens mentais também semelhantes (LYNCH, 1988).

A relação do sujeito com seu espaço de vida passa por construções de sentido que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional, mas também no valor simbólico conferido ao ambiente construído pelas relações sociais. Os moradores das localidades do Ribeirão identificam-se com as representações atribuídas ao lugar.

Por meio da cartografia cognitiva, ou mapas mentais, buscou-se também identificar os referenciais do espaço consolidados na percepção dos moradores e, a partir dessas representações individuais, pode-se inferir uma representação coletiva para o Ribeirão da Ilha.

A imagem mental consiste numa associação da memória com seu sentido subjetivo e individual de valoração. Supõe-se que essa associação seja feita a partir das vivências e tenha por finalidade principal a orientação.

Em seu estudo clássico sobre como as cidades são percebidas, Lynch (1988) baseou-se na associação entre o imediatamente visível e o prontamente verbalizado na descrição de forma urbana. Lynch lidou com elementos urbanos recorrentes como “marcos” e “limites”.

A leitura desse tipo de mapa procura identificar como um conjunto de situações espaciais e idéias são utilizados para explicar um modo peculiar de relação com o bairro. “O desenho de mapas é evidência incontestável do poder de conceituar as relações espaciais” (TUAN, 1983, p. 86).

Assim, no exame dos mapas mentais elaborados pelos moradores, a partir da solicitação de que representassem o Ribeirão da Ilha, por meio de um desenho, constatou-se que o traçado das vias, as igrejas e o

²² Matérias de jornal disponíveis em <http://www.suldailha.com.br/content/view/99>. Acesso em 19.11.08.

mar foram os elementos que mais compareceram nos desenhos, sendo, portanto, os mais significativos do lugar.

As representações espaciais, vinculadas à memória, conferem sentido aos lugares. Para Piaget (1978), a representação pode significar tanto uma imagem mental, ou seja, um símbolo concreto, quanto conceitos abstratos.

As representações do espaço permitem melhor compreender como as sociedades engendram seu espaço e seu tempo sociais, e também, seus espaços de representação (LEFREBURE, 1991).

O espaço representa uma ordem social e, por esse motivo, presta-se ao jogo das interpretações, que pode ser analisado por meio das representações construídas pelos sujeitos sociais.

Os laços existentes entre o Ribeirão da Ilha e seus moradores são originários tanto da afirmação da especificidade do estilo de vida e do ambiente natural, quanto das atividades que produzem esse espaço.

Segundo Halbwachs (2004), a memória coletiva apóia-se em imagens espaciais e não existe memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Percebe-se que a memória dos moradores do Ribeirão é fortemente relacionada ao sentido de lugar.

A maior parte dos grupos, não somente aqueles que resultam da justaposição permanente de seus membros dentro dos limites de uma cidade, de uma casa ou de um apartamento, além de muitos outros, desenha de algum modo sua forma sobre o solo e reencontra sua lembrança coletiva no quadro espacial assim definido (HALBWACHS, 2004).

Quando questionados se consideravam o Ribeirão da Ilha um lugar especial, 93% dos moradores responderam afirmativamente. Ao responderem sobre o que gostariam de preservar do Ribeirão, para as gerações futuras, os entrevistados deixaram mais claro o que é valorizado, conforme alguns trechos significativos das entrevistas, transcritos a seguir:

Gostaria de preservar a praia, que se não mudar vai se acabar. Vão aterrar a praia. Não se sabe o dia de amanhã. Não sei se vou contar a história daqui para os meus netos, mas se não contar, não vai ter como eles saber como era. O que vai acontecer é que só vai ter coisas escritas, como a

gente está fazendo agora. Vai ser só assim (Paulo, 55 anos, Caiacangaçu).

Gostaria que mães e irmãs passassem a renda de bilro, para não esquecer. Engenho de farinha, para a gente é importante também (Alice, 72 anos, Costeira do Ribeirão).

Gostaria de preservar a praia, a Igreja. Existiam clubes que agora não existe mais, acabou devido à própria violência (Claudia, 41 anos, Freguesia do Ribeirão)

O local, o lugar. Que eles nunca abandonasse, que não vendesse, não botasse fora. 'Foi' nossos pais que deixou pra nós. Então 'nós poderia' deixar pra eles e eles não jogasse fora, é a coisa mais difícil, mais pode ser que tem algum que não. Conservar do jeito que tá e não deixa o pessoal de fora entrar. Porque se entra o pessoal de fora, os ricos de fora só vão destruir, já vão acabar mais ainda. Porque você sabe que o rico pode fazer tudo, quem tem dinheiro está acima de tudo. Vem um aí bota um hotel fazenda, faz uma pousada, e fazendo uma pousada só vem coisa ruim. Tem que morar só os nativos mesmo (Joel, 42 anos, Sertão do Ribeirão).

Queria preservar a natureza, a mata, as casas históricas, a Freguesia e a Igreja da Lapa (Acari, 52 anos, Sertão do Ribeirão).

Tudo. Principalmente que todas as minhas gerações futuras ainda possam se banhar neste mar. Ir nas festas do Divino e de Nossa Senhora da Lapa e nas festas aconchegantes da Igreja da Costeira. Possam admirar nossa linda arquitetura e ter em casa uma bela toalha de renda de bilro (Aparecida, 39 anos, Freguesia do Ribeirão).

Nos depoimentos evidenciam-se elementos do patrimônio histórico, da cultura e da natureza local. Na memória dos habitantes, normalmente, ocorre um processo de valorização dos elementos

percebidos como catalisadores de uma identidade positiva, da mesma forma que se procura descartar o que se concebe como negativo.

Percebe-se certo temor da perda, que se projeta na imagem de um mundo fechado e auto-suficiente, ao qual Augé (1994) chama de “tentação da totalidade localizada”.

Muitas vezes a idéia de lugar funda, une e congrega o grupo social, que deve, portanto, defender o lugar contra ameaças externas para que a linguagem da identidade conserve um sentido.

Para Tuan (1983), o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado, quando tem um valor reconhecido.

Na dimensão temporal, a duração da memória representa uma possibilidade de afirmação identitária, em termos de estabilidade, permanência e de coerência interna do grupo social.

O caráter histórico torna possível que os habitantes reencontrem nos vestígios culturais seus sinais de filiação. Quando as memórias que guardam a história e a cultura da cidade desaparecem, é a própria cidade que desaparece.

Torna-se, portanto, possível afirmar que o Ribeirão da Ilha é detentor de uma memória coletiva capaz de conferir sentido ao local de vivência; onde as relações sociais estão expressas nas representações simbólicas e também transparece um caráter identitário que amalgama o grupo social ao lugar.

Após empreender a análise, inicialmente, vinculada à dimensão do tempo (memória), verifica-se que as idéias abordadas foram constantemente permeadas por categorias de espacialidade, de forma que se torna pertinente, na seqüência, aprofundar o sentido do espaço no âmbito desse estudo, ou seja, do espaço produzido à luz da História.

4 ESPAÇO, LUGAR E O “ESPÍRITO DO LUGAR”

O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo.

(HARVEY, 1992 p. 190)

Tempo e espaço são para Kant (1999) formas puras de toda intuição sensível²³. Jamais é possível fazer uma representação de que não haja espaço algum, embora se possa pensar que não se encontre nenhum objeto nele. Sendo então o espaço considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes.

Somente a partir da investigação das práticas e dos processos materiais que servem à reprodução da vida social, pode-se fundamentar de maneira adequada os significados atribuídos ao tempo e ao espaço. Ou seja, cada modo distinto de produção, ou formação social, incorpora práticas e conceitos de tempo e espaço.

4.1 ESPAÇO

O conceito de formação sócio-espacial de Milton Santos (1985; 1997; 1999) explicita que uma sociedade só se torna concreta por meio de seu espaço, dos espaços que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível por meio da sociedade.

A sociedade, para Santos (1985), pode ser definida por meio do espaço, já que o espaço é o resultado da produção e uma decorrência de sua História. A História dos processos produtivos.

Assim, para o autor, a formação do espaço se dá de acordo com o modo de produção existente na sociedade.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e

²³ Para Kant diversos tempos não são simultâneos, mas sucessivos, em contrapartida, diversos espaços não são sucessivos, mas simultâneos. Tempos diferentes são apenas partes do mesmo tempo, do mesmo modo, só se pode representar um espaço uno, que tudo compreende.

objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1997, p.26).

Em uma abordagem mais elaborada, Santos (1999) considera que cabe à Geografia estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1999, p.51).

As ações resultam de necessidades humanas, as quais podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas. São elas que impulsionam os homens a agir, por meio da criação e do uso dos objetos geográficos.

Dessa maneira, Milton Santos demonstra que sistemas de objetos e sistema de ações interagem. Os sistemas de objetos condicionam a maneira como se dão as ações, e o sistema de ações se realiza sobre objetos existentes, ou leva à criação de novos objetos. É desse modo que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Assim, entende-se que as diversas necessidades do homem o levam a agir, sua ação (formas sociais) cria, transforma ou dá uso aos objetos (formas geográficas – naturais ou artificiais), que, por sua vez, condicionam as ações, numa interdependência dinâmica e histórica.

O espaço geográfico, como resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite também transitar do passado para o futuro, mediante reflexões do presente.

Para o enfoque da presente pesquisa, em relação ao patrimônio cultural, é particularmente importante compreender que esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes) (SANTOS, 1999).

Para Lobato Corrêa (1995), as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial. Consciência ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis a cada momento, que

fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial, já previamente diferenciadas.

A partir dessas bases conceituais sobre o espaço geográfico, num nível mais amplo, é possível empreender a análise do lugar.

4.2 LUGAR

Héstia e Hermes formam um casal na mitologia grega, ela simboliza o lume circular situado no centro da casa, o espaço fechado do grupo voltado para si mesmo, enquanto Hermes, deus do umbral e da porta, também das encruzilhadas e das entradas das cidades, representa o movimento e a relação com o outro.

(AUGÉ, 1994).

Héstia (ou Vesta) é o fogo doméstico, deste sentido polarizador do fogo que coze os alimentos e aquece a família adveio a concepção de lar – de lareira. Simboliza a moradia estável, onde se celebram as festas e acolhem os hóspedes. Héstia, por extensão, protege a cidade, no centro das antigas cidades do império romano ardia seu fogo sagrado. Hermes (ou Mercúrio), por sua vez, é o deus dos viajantes, protetor das estradas, por isso possui asas nos pés, tornou-se também o deus do comércio (RICCI, 1976).

Estas duas personagens mitológicas ilustram a temática dual do lugar, sua essência endógena e estável, em permanente relação com o que é lhe externo e dinâmico, que acaba por defini-lo.

A sociedade produz uma hierarquia de escalas espaciais – como nações, comunidades, lugares, lares –, com a qual organiza suas atividades e compreende seu mundo. Desse modo, o caráter das coisas afigura-se distinto quando analisado nas diversas escalas (global, continental, nacional, regional, local, ou do lar/pessoal).

O que parece relevante, ou faz sentido, numa determinada escala pode não se manifestar automaticamente em outra. Entretanto, não se pode entender o que acontece numa dada escala espacial fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas. Há uma interação dinâmica entre os planos escalares.

Entendendo as escalas não como imutáveis, ou “naturais”, mas como produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas (em destaque as

relativas a transporte e comunicações), de formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2004).

As escalas, portanto, podem ser constantemente redefinidas, contestadas e reestruturadas, em relação ao seu alcance, seu conteúdo e sua importância relativa.

O lugar comparece nesse estudo como uma escala espacial, não fixa, e em constante inter-relação com as demais escalas, na qual seres humanos buscam a realização de suas metas e organizam seus comportamentos coletivos.

Para Santos (1985), cada lugar atribui aos elementos do espaço um valor particular, devido ao fato de que as relações entre homens, instituições, meio ecológico e infra-estruturas são em grande parte ditadas pelas condições do lugar.

Cada lugar combina, de maneira particular, variáveis que podem ser comuns a vários outros lugares (SANTOS, 1997).

Segundo Massey (2000), o que dá a um lugar sua especificidade é o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. Cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as relações sociais locais.

Para Harvey (2004), há uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais.

Sendo, portanto, possível considerar o lugar como o espaço diferenciado, ou seja, diferenciado dos outros lugares por seu meio ecológico, pelas possibilidades técnicas disponíveis e desenvolvidas, pelas relações sociais estabelecidas e pelos padrões culturais próprios.

Claval (2007), por outro lado, acrescenta que o espaço não é um suporte neutro da vida social, desempenha também um papel na estrutura das personalidades e está intimamente associado ao mundo dos valores e aos fatos da cultura. O espaço é, assim, um elemento constitutivo do eu e seus grupos.

Também Santos (1985) identificou o lugar como um repositório de valores, mesmo que imaginários e simbólicos. O homem, de certa forma, guarda os lugares em suas emoções e lembranças, podendo identificá-los com afetos e experiências de vida, o que faz com que os lugares compareçam na formação complexa do seu próprio ser (SANTOS, 1985).

A partir dessas colocações, pode-se considerar o lugar como, de certo modo, fazendo parte do ser humano, contribuindo para sua

formação. Consta-se, dessa forma, que a abordagem do lugar é bastante permeada de subjetividade.

Ao apresentar o sistema de ações, Santos (1999) considera três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. O agir simbólico compreende as formas afetivas, emotivas e rituais²⁴. A força de transformação, de mudança, ou a recusa ao passado, vem desse agir simbólico, dos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência (dos indivíduos) vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis.

Na construção do lugar observam-se variações locais de modos de vida, de estruturas de sentimentos, de formas de relacionamento social e de produção, de estruturas sociológicas e de valores e crenças (HARVEY, 2004).

Contextualizando essa relação entre espaço e grupo social, que se auto-influenciam, Corrêa (1995) argumenta que, na década de 1970, houve uma retomada da Geografia Cultural e o surgimento da Geografia Humanista, inspirada nas correntes filosóficas do existencialismo e da fenomenologia²⁵, com atenção voltada para a subjetividade, intuição, sentimentos, experiências e simbolismos. O espaço passou a ser considerado a partir dos sentimentos ou idéias de um grupo, nesse contexto, o lugar tornou-se um conceito-chave para a Geografia.

Também a idéia de lugar antropológico contribui para o enfoque proposto, conforme entendido por Marc Augé (1994):

[...] o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa [...] Eles (os lugares antropológicos) se pretendem identitários, relacionais e históricos [...] O habitante do lugar antropológico não faz história, vive na história. (AUGÉ, 1994, p.52 e 54).

Os lugares são constituídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam, os habitam, como por aqueles que os visitam, todos participando ativamente da construção de seu sentido.

Dessa forma, segundo os autores estudados, o conceito de lugar expressa um espaço identificado com grupos sociais definidos,

²⁴ O agir técnico é relativo às técnicas e o formal refere-se aos formalismos jurídicos e econômicos.

²⁵ Basicamente, as correntes do existencialismo enfatizam o indivíduo e sua experiência de escolha, enquanto a fenomenologia refere-se à consciência, à intencionalidade e ao mundo da experiência (BLACKBURN, 1997).

contextualizando suas atividades. Pode-se depreender que o lugar contém um componente subjetivo que o identifica com um grupo e, por outro lado, o lugar está presente na própria subjetividade dos indivíduos.

Doreen Massey (2000), por outro lado, questiona como é possível pensar sobre localidade e sentido de lugar no mundo globalizado.

Para a autora, o espaço, o lugar e os tempos pós-modernos são vistos como uma nova fase, que coincide com o que Marx chamou de “a aniquilação do espaço pelo tempo”.

Fenômeno também chamado por Harvey (1992) de “compressão tempo-espaço”, advindo das experiências de globalização, aceleração do tempo e superação das barreiras espaciais. Sendo conformado um mundo que, gradativamente, comprime o tempo, dissolve as fronteiras e promove o fenômeno das identidades múltiplas, não mais ancorado nos valores iluministas²⁶, mas na abertura e fragmentação da chamada pós-modernidade.

Nesse contexto, sociedades, instituições, grupos e indivíduos contemporâneos vivenciam uma abertura, que em grande parte deriva das práticas do mercado, que impulsiona o consumo incessante, a necessidade de constante renovação e de crescente expansão.

Dessa compressão tempo-espaço decorre, como alegada consequência, um sentimento de insegurança e vulnerabilidade na sociedade pós-moderna. Essa sensação tem remetido, nas últimas décadas, a uma busca do sentido de lugar, como forma de escapismo ou refúgio.

Passando a haver, assim, uma valorização muitas vezes idealizada dos lugares. De maneira que algum tipo de localismo, ou comunitarismo, tem sido considerado como um ideal de vida (por vezes utópico) a que deveríamos aspirar (HARVEY, 2004).

Via de regra, essa busca de identidade dos lugares tem se construído a partir de uma história particular, baseada na sondagem do passado e na procura de origens internalizadas. Essa concepção do lugar parece exigir um traçado de fronteiras, que distingue interior de exterior, numa contraposição entre “nós” e “eles”.

Tal postura acaba por enfatizar alguns sentidos problemáticos de lugar, como antagonismos aos “estranhos”, localismos competitivos e obsessões introvertidas com a “herança” (MASSEY, 2000).

²⁶ Harvey refere-se aos fortes sentidos de identidades nacionais, em meio ao conhecimento das diferenças geográficas, do século XVIII.

Posto que muitas vezes, a ligação com esse “exterior”, é importante para a constituição do próprio lugar, na interação das escalas espaciais.

Massey (2000) chama atenção também para o equívoco de se identificar o lugar com a comunidade, a partir de uma noção idealizada desta como se fosse um grupo social coerente e homogêneo. A autora argumenta que as comunidades podem existir independentes do lugar.

Para Harvey (2004), comunidades bem fundadas na maioria das vezes excluem os forasteiros e definem-se em oposição a estes, erigem sinais de afastamento, internalizando a vigilância, os controles sociais e a repressão. A comunidade acaba por se configurar como uma barreira à mudança.

É, desse modo, necessário atentar para utilização de uma abordagem adequada dos lugares e das comunidades, sem que os mesmos sejam tomados como estereótipos vazios de conteúdo, ou em seu sentido reacionário.

Pontuados tais limites, a busca de um sentido adequado de lugar para o Ribeirão da Ilha deve considerá-lo como não estático, mas a partir das relações sociais e espaciais que o conformam, as quais são processos.

Assim, o lugar Ribeirão da Ilha pode ser compreendido como a espacialização das relações sociais, sendo que todas essas relações interagem com a história acumulada do lugar e com o que lhe é externo.

4.3 LUGAR COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A noção geográfica de lugar, anteriormente apresentada, está permeada de atributos que a adéquam sobremaneira à nova concepção de patrimônio imaterial, pois a dimensão social contida na abordagem geográfica alicerça a recente classificação patrimonial, que desvenda valores culturais imateriais no lugar.

No campo do patrimônio, utilizava-se tradicionalmente a classificação de *sítio histórico* para identificar conjuntos significativos. Assim, a categoria de lugar, como patrimônio imaterial, significa a superação dessa visão anteriormente centrada em edificações, ruas e marcos físicos.

Na nova concepção de lugar estão implícitos os laços sociais intangíveis que o conformam. Para constituir o patrimônio imaterial há que se considerar as pessoas e seus modos de vida.

Dessa forma, quando são atribuídos valores culturais ao que transcende a matéria, depara-se com uma rede subjetiva de significados, que demanda critérios para elucidar sua articulação.

Para se eleger um lugar como bem cultural, como no caso do Ribeirão da Ilha, é preciso considerar a dimensão física e a social, associar os elementos tangíveis com os intangíveis.

Assim, o lugar – como categoria do patrimônio cultural – constitui-se dessa mistura indissociável entre o material e o imaterial, posto que sua conformação física estabelece uma relação dialética com seu componente social. As práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas.

As discussões a respeito do patrimônio, conforme apresentado anteriormente, permeiam a questão da conservação, que se apresenta mais afeta à dimensão física. Assim surge um novo desafio, que consiste em como identificar e criar mecanismos de conservação para o que não é material.

No âmbito do lugar, coloca-se a importância de identificar e compreender seu “espírito”, por meio do reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que o caracterizam. Os quais podem ser essenciais para a preservação da identidade das comunidades que tenham criado locais e práticas culturais, e os tenham transmitido através de gerações. Retomam-se aqui as reflexões já empreendidas no âmbito da memória social.

É preciso ainda considerar que os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido.

Essa relação remete à idéia histórica do “Genius Locci”, ou “espírito do lugar”, divindade romana que presidia e identificava o centro de um lugar, ao mesmo tempo em que se desenvolvia e se fortalecia nesse local.

Na expansão do Império Romano, o sacerdote era encarregado de identificar o lugar de permanência do deus, depois de encontrado, este passava a ser o ponto central de cruzamento dos eixos perpendiculares *cardus* e *decumanus*, que configuravam o traçado de um novo assentamento humano, passando a ser também um local sagrado, dedicado às oferendas (ROSSI, 2001).

Acreditava-se que o comportamento dos homens interferia nos poderes da divindade, de forma que se o *espírito do lugar* fosse negligenciado, seus moradores poderiam sofrer infortúnios e, por outro

lado, quando seu espírito fosse devidamente cultuado e reverenciado, tinha ampliada sua capacidade de proteção.

A noção de “espírito do lugar” está vinculada à interação de componentes materiais e imateriais dos sítios naturais, ou construídos pelo ser humano. Trata-se de um aspecto essencial, já que o lugar é definido como um espaço caracterizado por sua singular identidade. Neste sentido, o “espírito” seria o elemento vital que expressa tal identidade, resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que se desenvolve.

Os componentes capazes de identificar o “espírito do lugar” estão presentes nos cenários da vida comunitária e em suas manifestações simbólicas, bem como nos espaços apropriados, ou construídos, pelo homem que expressam um modo particular de resolver as necessidades para o desenvolvimento da vida, através da História, conforme elucida Cozen (2009).

Ao longo do tempo, a paisagem constituída por uma extensa região, como um país, ou por uma pequena localidade como um núcleo urbano adquire um específico “genius locci”, que é a caracterização da sua cultura e da condição histórica que refletem igualmente não somente o trabalho e as aspirações da sociedade atual, mas, também, os que a precederam (COZEN, 2009, p. 50).

Dessa forma, a noção do “espírito do lugar” permite uma melhor compreensão do caráter ao mesmo tempo vivo e permanente dos monumentos, dos sítios e das paisagens culturais.

Na sua dinâmica relacional, o “espírito do lugar” incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos.

Assim, pode-se depreender que um lugar com “espírito” seja passível de ser considerado como bem cultural e possa vir a se tornar parte do patrimônio imaterial de uma sociedade. Acredita-se que o Ribeirão da Ilha possua os atributos necessários.

No âmbito dos organismos internacionais de patrimônio, tem havido uma constante preocupação com a salvaguarda e promoção do

espírito dos lugares, sobretudo seu caráter vivo e social, em especial na esfera do ICOMOS.²⁷

O “espírito do lugar” consiste no conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar, de tal modo que “o espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito” (Declaração de Quebec, ICOMOS, 2008).

Na prática, as instituições patrimoniais iniciaram ações que visam identificar e salvaguardar tais lugares. Como exemplo de lugares considerados como bens imateriais, destaca-se o registro do Mercado de Marrakesh na lista de “Obras primas do patrimônio oral e intangível da humanidade” da UNESCO, 2001, por apresentar “uma concentração única de tradições, tais como a dos contadores de história, curandeiros e várias formas de entretenimento, tanto quanto atividades comerciais” (CASTRIOTA, 2009a, p. 102).

No Brasil, o IPHAN classificou, em 2006, a Feira de Caruaru, em Pernambuco, como patrimônio nacional, reconhecendo-a como “um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio” (CASTRIOTA, 2009a, p. 103).

Desse modo, a preservação pode ser entendida como o conjunto de ações que permite a continuidade da manifestação de tal “espírito”.

Tais iniciativas, além de constituírem importantes marcos para a área patrimonial, abrem novas perspectivas para a análise geográfica no âmbito da cidade.

Entretanto, entende-se que o crescimento urbano e o turismo em massa configuram-se como ameaças que podem colocar em risco esse *espírito* (ICOMOS, 2008). No Ribeirão da Ilha, as tendências atuais

²⁷ O ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é uma organização de voluntários com atuação internacional, voltada para aperfeiçoar e aprofundar as questões relativas à defesa e valorização do patrimônio cultural. A cada três anos, a organização promove um simpósio científico, colocando determinado tema em debate. Em 2008, o tema foi o “espírito dos lugares”. A Declaração de Foz do Iguaçu (encontro latino-americano preparatório para o Simpósio no Canadá) e a Declaração de Quebec inscrevem-se numa série de medidas e ações adotadas para sua preservação.

apontam para essa situação. Pode-se temer que ao se deturpar suas características essenciais, o lugar perca seu *espírito*, bem como sua memória.

Faz parte dos objetivos da presente pesquisa verificar a adequação, ou a pertinência do Ribeirão da Ilha em relação aos conceitos e categorias analisados. Nesse sentido, foram investigados aspectos relativos ao Ribeirão como lugar.

4.4 O LUGAR RIBEIRÃO DA ILHA

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que aos objetos nos unem.

(SANTOS, 2000, p. 171).

Assim como a memória coletiva, a ligação com o lugar passa, muitas vezes, pela identidade e pelos relacionamentos sociais.

O lugar pode ser definido por seu caráter identificador; que permite que seus habitantes se reconheçam e se definam por meio dele. O caráter relacional do lugar possibilita a percepção dos laços sociais que os habitantes mantêm entre si (AUGÉ, 1994).

No Ribeirão da Ilha, 98% das pessoas entrevistadas²⁸ declararam se sentir parte do lugar. Um percentual bastante alto, que revela a importância do sentimento de pertencimento para essa população. A maioria considera que pelo fato de ter nascido e se criado no lugar seria, por si só, uma justificativa para essa relação, outros se referem à família e à comunidade.

Alguns trechos das entrevistas justificam esse posicionamento:

Pelo fato de ter nascido e me criado aqui, e meus pais, minha família toda. Eu me criei aqui no Ribeirão. Então isso aqui pra mim é um pedaço da gente (Claudia, 41 anos, Freguesia do Ribeirão).

Vivi tanto tempo aqui que já faço parte. Não conseguiria viver longe daqui (José Pedro, 65 anos, Alto Ribeirão).

²⁸ Entrevistas realizadas durante os anos de 2007 e 2008.

Conheço todo mundo (Dorvaliço, 82 anos, Caiacangaçu).

Eu *sou* esse lugar (Maria, 54 anos, Caieira da Barra do Sul).

A relação do sujeito, ou do grupo social, com seu espaço de vida passa por construções de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional, mas também no valor simbólico conferido ao ambiente, construído pela cultura e pelas relações sociais.

As vivências e as relações sociais manifestam-se no contexto arquitetônico e urbano dos lugares. Essas relações se dão também por meio de uma sobreposição de idéias, crenças, valores e sentimentos, vinculados à dimensão imaterial do lugar.

A imigração açoriana engendrou práticas culturais tão intensas, que, embora já tenham se passado algumas gerações, há marcas variadas e profundas no Ribeirão, evidenciadas não apenas na dimensão material, mas também nas atividades cotidianas, no imaginário popular, no comportamento social.

Num dos documentos da UNESCO, o tema da cultura tradicional esclarece a importância das manifestações das comunidades.

A cultura tradicional e popular consiste no conjunto de criações que emanam de uma comunidade fundadas na tradição, expressas por um grupo, ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade como expressão de sua identidade cultural e social.

(Recomendação de Paris, de 1989, IPHAN, 2010)

Dentre as tradições expressas, são de especial interesse para o lugar a sociabilidade ligada à vizinhança, não apenas em relação a sua dimensão física, mas também em relação aos comportamentos que se reproduzem a partir da proximidade. As relações de vizinhança estabelecem redes do cotidiano.

Esses comportamentos, no Ribeirão, decorrem do fato das pessoas se conhecerem há muito tempo, terem crescido juntas, de modo que se pode observar atitudes sociais que variam entre a fluência das práticas de ajuda mútua, a rivalidade e o olhar sempre vigilante de uns sobre os outros.

Entre as localidades que compõem o distrito do Ribeirão da Ilha, pode-se perceber que há uma identidade territorial, definida pela alteridade, pelas relações com o que lhe é externo.

As rivalidades reforçam as fronteiras espaciais entre as localidades do Ribeirão, conforme depoimentos dos moradores²⁹:

O pessoal do Alto Ribeirão ainda apresenta altas reservas em relação ao pessoal da Freguesia e vice-versa. O pessoal da Costeira não vai muito nas festas da Freguesia e vice-versa [...] Se passar para Barra do Sul, Naufragados ou Caieira, pior ainda. Tu vê que se botar lombada na Freguesia, por que é que não vai ter lombada no Alto Ribeirão? Tem que ter lombada! Se tem um clube no Canto do Rio, por que o Bandeirantes não faz uma sede nova? (S. Francisco).

Ali (na Freguesia) era a capital, era tudo ali. O outro era periferia, o Alto Ribeirão. A gente andava mais na moda, roupa, sapato, tudo. O pessoal era mais intelectual, mais esperto, mais estudado. E a Costeira do Ribeirão era mais em segundo plano do que o Alto Ribeirão. [...] Foi o Padre Ernesto quem introduziu a procissão dos Santos das 16 capelas do sul da Ilha, no dia da festa da padroeira do Ribeirão, com a intenção de chamar, de unir as comunidades, por causa da rivalidade (D. Marilena).

No dia 15 de agosto é realizada a festa de Nossa Senhora da Lapa, padroeira da Freguesia do Ribeirão, que culmina com a procissão da Santa e dos padroeiros das localidades vizinhas: Santa Rita de Cássia, de Carianos; São Lucas, da Tapera; Santo Estevão, do Alto Ribeirão; São José, da Costeira do Ribeirão; São Sebastião, do Campeche; Sant'Ana, da Armação e São Pedro, do Pântano do Sul. A identidade das localidades é reforçada pelas práticas sociais e religiosas, que articulam espaço e cultura.

Por outro lado, entre essas localidades ocorrem, especialmente na preparação de festas e procissões, intensas redes de troca, na forma de rifas, sorteios, bingos, ensaios e reuniões preparatórias – atividades

²⁹ Depoimentos transcritos de Lacerda (2003, p.182).

comunitárias que revigoram as relações sociais e o sentimento de pertencimento ao lugar, que conformam a unidade do Ribeirão da Ilha.

Parece haver, no vívido da comunidade, um pulsar entre a rivalidade e a união, num ritmo que define e reafirma o todo e a parte.

Se alguém tem algum problema eles se ajudam (entre os nativos) vai construir uma casa, rapidamente fazem mutirão. Aparece um peixe no mar eles vão pescar, emprestam a rede, o barco. Eu nunca vi um lugar onde os velhos são tão bem cuidados como aqui no Ribeirão. Quando alguém está doente, a família, os vizinhos, eles estão sempre visitando, nunca está sozinho. Eu nunca vi isso em lugar nenhum, eu já trabalhei em 20 postos de saúde aqui em Florianópolis, e aqui é 'sui generis'. (Médica do posto de saúde)³⁰

Essas organizações temporárias de ajuda-mútua parecem remeter às antigas práticas sociais coletivas das pescarias com rede de arrasto, do processamento da farinha de mandioca, do uso das terras comunais, renovando laços ancestrais e, ao mesmo tempo, criando formas de interação para as novas gerações, no intercâmbio das experiências cotidianas e na disseminação dos antigos saberes.

O conhecimento do mar, do tempo, das espécies de pescado e de seu comportamento, bem como o trabalho forjado num meio instável, dominado pelas forças naturais, que torna a atividade muitas vezes perigosa, reforça os vínculos entre o grupo de pescadores. A própria organização do trabalho é peculiar, com a importância do mestre de pesca, em geral, o dono da rede e a habilidade do vigia, que localiza os cardumes da praia e avisa o momento de dar início ao cerco dos peixes. Os companheiros de rede e os ajudantes na praia são recrutados informalmente, sem vínculo empregatício, e a partir dos laços de afetividade (parentela, vizinhança, compadrio, amizade) (LAGO, 1996).

Desse modo, as transmissões culturais entre gerações garantem não somente a salvaguarda do “espírito do lugar”, mas também, e principalmente, o desenvolvimento durável e a vitalidade da comunidade. (Declaração de Quebec, ICOMOS, 2008).

Tais relações sociais na área de estudo, ontem e hoje, se dão a partir da vizinhança, a partir do espaço. Talvez a diferença entre o

³⁰ Entrevista concedida em 17 de novembro de 2007.

passado e o presente esteja na diminuição do componente econômico, pois a produção da vida, no modo de produção capitalista, é cada vez menos coletiva.

De qualquer modo, nos dois momentos históricos, o amalgama das relações sócio-espaciais é a cultura. Cabe a reflexão de que se a cultura ao se desvincular, progressivamente, das práticas socioeconômicas fragiliza-se. Esse pode ser um precioso indício para orientar medidas de preservação cultural no Ribeirão.

Há outra associação comunitária peculiar no Ribeirão da Ilha, a “Sociedade da Saudade”, trata-se de um grupo de moradores antigos que criou um seguro informal para despesas com o próprio funeral, que é baseado no compromisso de pagamento de uma taxa anual, a qual é aplicada numa caderneta de poupança, para ser utilizada quando o associado vier a falecer.

Em entrevista, o responsável pela associação, Sr. Alécio Heidenreich³¹, revelou que o interesse de que sejam enterrados no lugar de nascimento e criação constitui a principal motivação do grupo que sustenta a “Sociedade da Saudade”. Há alguns membros que mesmo morando fora, desejam descansar no Ribeirão depois da morte. Nesse caso, parece haver uma mescla entre afetividade, pertencimento e identidade com o lugar (FIGURA 20).



FOTO: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 20 - O cemitério fica ao lado da igreja, na Freguesia.

³¹ Sr. Alécio Heidenreich nasceu no Ribeirão, em 1928, é integrante da banda Nossa Senhora da Lapa, fundador da Sociedade da Saudade e intitula-se “o último construtor de baleeiras do Ribeirão da Ilha”. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2007.

Outro aspecto espacial, que merece destaque, diz respeito ao público e ao privado. Nas festividades, não é novidade que ocorra a apropriação do espaço público, mas no Ribeirão ocorre também, por ocasião das cantorias dos Ternos de Reis, uma "abertura" do privado ao público.

As moradias recebem os Ternos e transformam-se em locais de encontro da vizinhança, onde se mistura o profano e o sagrado, a diversão e a reza. Nesses episódios reproduz-se mais do que a crença – os rituais religiosos funcionam como confirmação do grupo e como uma demarcação territorial –, na medida em que são escolhidas as casas que terão a honra de serem visitadas.

As visitas das cantorias também levam e obtêm notícias das pessoas, compadres, comadres, parentes, vizinhos e conhecidos. Sempre foi considerada uma benção, receber a cantoria dos reis nas casas que se iluminam e servem o que tem, para comungarem a oportunidade da união (COELHO, 2007).

As famílias notáveis não podem ser excluídas e os moradores novos, vindos de fora, raramente são visitados, a não ser que participem da vida comunitária e, de certa forma, tenham sido "aceitos" como pertencentes ao grupo, ao menos para colaborar com donativos para a festa.

Cada Santo tinha um terno. Tinha 25 de dezembro, tinha 6 de janeiro, dia dos Reis, tinha 15 de janeiro, dia de Santo Amaro. (D. Inácia).

É a coisa que eu mais tinha paixão na vida. Eu, meu marido e minha sogra fazíamos rosca de polvilho pra dar pra eles quando o terno vinha. (D. Francisca).³²

A cidade carrega sempre vestígios do passado, cuja importância reside nos significados que eles emanam e que vem transmitir a estabilidade do tempo, da qual tratou Halbwichs (2004).

O público e o privado confundem-se além das festividades de Reis, no Ribeirão. Há na orla da Freguesia uma pequena praça mobiliada pelo poder público, onde foram colocados bancos, mesinhas e árvores, entretanto, os moradores das casas em frente à praça consideram-se ainda os “donos” do lugar, assim, cada família ocupa as mesas e os bancos respectivamente dispostos em frente às suas

³² Depoimentos transcritos de Flores (1995, p. 123)

residências, sentindo-se invadidos se alguém os utiliza, ou se algum carro estaciona em frente.



FOTO: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 21 - Praça em frente ao mar.

Trata-se de uma reminiscência de quando o limite dos seus lotes era o mar, hoje há a rua, a praça e a praia – espaços públicos – a paisagem rural transformou-se em urbana, mas o comportamento dos moradores, mesmo que de forma inconsciente, procura resistir às mudanças. O “espírito” dos lugares é também o que se consegue perpetuar da atmosfera e da história de um tempo.

Uma demarcação espacial singular é lembrada pelos mais antigos habitantes da Freguesia do Ribeirão, a "rua rica" e a "rua pobre", denominações utilizadas para designar dois trechos de uma mesma rua, onde as tipologias das casas evidenciam a diferenciação socioeconômica de seus moradores.

Aqui tem duas ruas. Uma rua é rica porque tinha muitos negócios e muita produção e a outra pobre. A rica fazia ternos, bailes. Claro que a gente gostava de passear na rua dos ricos. Tinha o coral, mas quem cantava nele eram as mulheres da rua rica. Elas andavam sempre bem arrumadas. (Dona Nilza).³³

A memória ligada a acontecimentos é constantemente também vinculada aos lugares.

³³ Depoimento transcrito de Pereira (1990, p. 307).

A antiga rua rica é um trecho da atual rodovia Baldicero Filomeno, ao norte da praça e a rua pobre é o trecho da mesma rodovia, após a praça, ao sul. As praias em frente a esses trechos são também conhecidas como praia dos ricos e praia dos pobres.

A rua dos pobres era ocupada pelas moradias mais modestas, ainda hoje permanece um conjunto de pequenas casas geminadas, de frente para o mar, que faziam parte de um núcleo produtor do café, local onde os escravos trabalhavam e também dormiam.

A escravidão na Ilha de Santa Catarina não assumiu as mesmas proporções que em outras partes do Brasil, por estar desvinculada da economia agrária exportadora, pelo reduzido número de grandes propriedades agrícolas e também ao fato de que o açoriano não possuía recursos para adquirir expressivo número de escravos (PIAZZA, 1992; CARDOSO, 2002).

Entretanto, proporcionalmente, a população africana e afrodescendente no Ribeirão da Ilha foi expressiva (CARDOSO, 2002).

Em números absolutos, Desterro sempre obteve uma concentração maior de escravos, mas durante o ciclo da baleia, a Freguesia do Ribeirão chegou a apresentar taxas superiores.

[...] A maior parte dos escravos da Ilha de Santa Catarina concentrava-se na Freguesia da Capital, o que é facilmente compreensível quando temos presente a intensidade da exploração do braço escravo nos serviços domésticos. Apenas uma das freguesias apresentava uma taxa maior de escravos do que Desterro, a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Este fato se explica pela existência de uma armação, a da Lagoinha, nessa área, segundo dados de 1810, quando ainda havia a pesca da baleia [...] (CARDOSO, 2000, p. 134-135).

O ciclo da baleia exigia escravos para o serviço mais pesado, nas caldeiras e no transporte do óleo. Nesse período, as residências dos proprietários da Armação da Lagoinha eram na Freguesia do Ribeirão.

Em meados do século XIX surgiu o ciclo do café, a operação de colher, secar, descascar, torrar era também um serviço pesado e, portanto, destinado aos escravos.

Existem hoje poucos indícios visuais dessa diferenciação, mas para os moradores mais antigos há ainda a percepção desses espaços

como distintos, assim, permanece a denominação "dos ricos" e "dos pobres", uma espacialização da história do lugar.

Nas entrevistas, comentou-se também a existência de espaços distintos para negros e brancos, como igrejas e clubes, mas hoje restam apenas as antigas edificações geminadas com a alcunha "dos pobres" como referência material a esse período histórico (FIGURA 22).



FOTO: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 22 - Antigos locais de trabalho e moradia de escravos na rua dos "pobres".

A identidade dos lugares remete a dois aspectos importantes. Por um lado, está vinculada ao sujeito, às suas memórias, concepções, interpretações, idéias e afetos, sendo capaz de trazer um sentimento de segurança e bem-estar ao indivíduo. Por outro lado, a identidade pode emanar do próprio lugar, que se manifesta como seu "espírito", sendo possível reconhecê-lo e vivenciá-lo.

Pode-se constatar que o Ribeirão da Ilha é depositário de uma cultura "viva", onde as normas e os valores sociais transmitem-se oralmente ou por imitação, no trabalho, nos rituais e nos costumes.

As transformações e as permanências históricas e culturais das relações sócio-espaciais no Ribeirão da Ilha são indícios de um passado ainda presente de muitas maneiras em sua constituição material e imaterial como lugar.

Assim, a exemplo da memória coletiva, pode-se também depreender que o “espírito do lugar” está vivo no Ribeirão da Ilha, integrando seu patrimônio cultural.

A paisagem é outra categoria de destaque para o presente estudo, que entrelaça de uma maneira particular aspectos já abordados inerentes à memória e ao lugar e acrescenta novas luzes ao tema em estudo.

5 PAISAGEM

Dentre os outros conceitos fundamentais para a Geografia, como espaço, território, região e lugar, a paisagem foi abordada de maneira diversa pelos teóricos ao longo da evolução da disciplina, conforme se apresenta a seguir. Verifica-se que foi em grande medida concebida incorporando a dimensão cultural.

No início do século XX, Otto Schüter diferenciou paisagem natural de paisagem cultural, para designar aquela transformada pelo trabalho do homem. La Blache, por sua vez, considerou o homem como um ser dotado de iniciativa para transformar o meio físico e biológico, sendo cada grupo humano responsável por criar distintas paisagens, a partir do substrato natural fornecido pelo meio (CLAVAL, 2007; RIBEIRO, 2007).

No método morfológico de análise da paisagem desenvolvido por Sauer, em 1925, em oposição às teorias do determinismo geográfico então em voga, a cultura destacava-se como o agente transformador do meio natural. Essas idéias fundaram a Escola de Berkeley (EUA) e a chamada Geografia Cultural.

A Geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais na paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 1996, apud RIBEIRO, 2007).

Na concepção do autor, a paisagem expressa o trabalho do homem sobre o espaço sendo, portanto, sujeita a mudanças, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela imposição de uma outra cultura (RIBEIRO, 2007).

Segundo Claval (2007), a Geografia para Sauer restringe-se ao que é legível na superfície da Terra, sem considerar as dimensões sociais e psicológicas da cultura.

No final da década de 1960, a corrente humanista, em oposição ao positivismo³⁴, trouxe para a paisagem geográfica uma dimensão

³⁴ Termos utilizados no sentido de que o humanismo passou a considerar a subjetividade humana, enquanto o positivismo baseava-se no princípio da verificação, ou na negação ao que não pudesse ser verificado (BLACKBURN, 1997).

também simbólica, segundo a qual estariam introjetadas na paisagem as impressões deixadas pelo homem, que revelariam seu pensamento sobre o mundo.

Sendo assim possível empreender a percepção da paisagem, entendida como uma possibilidade de leitura do caráter subjetivo de valores estéticos, morais ou intelectuais alcançados pelo processo civilizatório.

Na década de 1980, uma nova corrente denominada “Nova Geografia Cultural”, que se opunha tanto à Geografia Cultural “Tradicional” da Escola de Berkeley, quanto aos humanistas, incorporou a idéia de que a interpretação da paisagem seria também subjetiva, pois cada grupo a interpretaria de forma diferente, segundo seus próprios conjuntos de símbolos e valores.

Nessa abordagem, a leitura da paisagem recebeu influência da antropologia hermenêutica, para a qual, segundo Geertz (1989), a função da cultura seria conferir um significado ao mundo e torná-lo inteligível, cabendo ao pesquisador a tentativa de interpretação dos símbolos de cada cultura.

Com base na concepção teórica do marxismo, a paisagem foi também analisada por meio das mudanças nas maneiras como os homens se organizam para produzir suas vidas.

Para Santos (1985), o intenso processo de produção e reprodução social que se concretiza no lugar é apreendido na paisagem. Nessa ótica, para compreender o conceito geográfico de paisagem seria importante, inicialmente, demarcar seu caráter material e sua dimensão visual.

Santos (1999) considera uma necessidade epistemológica estabelecer uma clara distinção entre espaço e paisagem. Esclarece que enquanto a paisagem é o conjunto de formas (possível de abarcar com a visão), o espaço consiste nessas formas mais a vida que as anima. O espaço resulta da intrusão da sociedade nas formas-objeto (paisagem).

Essas duas expressões – configuração geográfica e paisagem – substituem freqüentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora, a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social (SANTOS, 1999, p. 61).

Assim, paisagem e sociedade são variáveis complementares, cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. O espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente, formado, de um

lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro, animado pelas ações atuais, que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade (SANTOS, 1999).

Há também uma relevante articulação desses conceitos com a História, oportuna para esse estudo.

A paisagem quando produzida pela atividade transformadora do homem social³⁵, reproduz a concepção que o homem tem e teve do habitar, do trabalhar, do viver, como fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas. Seus conteúdos humanos, sociais e econômicos exprimem funções antigas que, mesmo desaparecidas, marcam a paisagem atual.

A paisagem, nessa perspectiva, é considerada a história congelada, mas que participa da história viva, mediante seu caráter de memória viva de um passado já morto, o que transforma a paisagem num precioso instrumento de trabalho, pois a imagem imobilizada permite rever as etapas do passado, numa perspectiva do conjunto (SANTOS, 1999).

Para o autor, é também importante pontuar as diferenças entre paisagem e espaço no aspecto histórico. Considera a paisagem como sendo transtemporal, pois une objetos passados e presentes. Já o espaço é sempre “um Presente”.

Também para Harvey (2004), as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográfico, pois estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos políticos, econômicos e sociológicos, que ocorrem no momento presente.

A paisagem congrega formas criadas em momentos históricos diferentes, que coexistem no momento atual. No espaço, as formas que compõem a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade.

A paisagem nos permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento (SANTOS, 1999, p. 86).

³⁵ Cabe destacar que há transformações na paisagem que independem da ação humana.

Desse modo, considerada em si mesma, a paisagem seria apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade advém da História e de sua associação com o espaço social.

Esse aspecto é bastante relevante para o presente estudo, pois remete à necessidade de acrescentar ao patrimônio cultural, além de seu valor como testemunho do passado e revelador do processo histórico, a importância de seu papel no presente, quando se articula com o espaço.

Também para Carlos (2005), a paisagem consiste em uma representação das relações sociais, que a sociedade cria em cada momento de seu processo de desenvolvimento. A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir da base material.

Por outro lado, Augustin Berque (CLAVAL, 2003; RIBEIRO, 2007) oferece também uma importante contribuição para ampliar o entendimento da paisagem. Para o autor, os homens impõem à paisagem a marca de sua cultura e ao mesmo tempo, a paisagem se constitui num dos contextos através dos quais a cultura se transmite, de um indivíduo a outro, de uma geração a outra.

A paisagem seria ao mesmo tempo matriz e marco – matriz na medida em que as estruturas e as formas contribuem para a perpetuação de usos e significados entre gerações – e marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade.

É igualmente oportuno acrescentar a estas considerações sobre paisagem a noção de Schier (2003) e de Claval (2007), na qual a paisagem é humanizada não apenas pela ação, mas igualmente pelo pensar, na medida em que se cria também a paisagem como uma forma intelectual, na qual os grupos sociais percebem, interpretam e constroem marcos significativos, segundo sua concepção cultural.

É importante reconhecer esse caráter quando se observa a maneira como as paisagens são representadas, seja em textos, pinturas, fotografias, filmes ou mapas, os quais revelam uma maneira particular de olhar.

Desse modo, pode-se depreender que a paisagem além da dimensão visual concreta, incorpora História, relações, valores e símbolos inerentes à cultura dos grupos sociais, e que pode ser também permeada pela subjetividade do observador. Assim, a paisagem não residiria somente no objeto e nem somente no sujeito, mas em sua complexa interação.

Constata-se, em relação aos conceitos espaciais estudados no presente trabalho – espaço, lugar e paisagem – que os mesmos são interdependentes e devem ser utilizados em conjunto. Tomando-se o espaço geográfico como conceito essencial, pode-se, de acordo com o

enfoque pretendido, lançar mão dos conceitos de lugar e de paisagem para iluminar aspectos específicos da análise, que se pretende realizar no presente estudo.

O sentido de lugar parece ser mais adequado para compreender os grupos sociais e suas interações, ou o sistema de ações de Santos (1999). Enquanto a paisagem, por sua vez, está mais identificada com a análise do sistema de objetos, articulado com o processo histórico. Considera-se essa uma demarcação importante, resultante da análise dos conceitos geográficos, que auxilia na identificação das especificidades de lugar e de paisagem.

Dessa forma, a paisagem possibilita uma leitura do lugar e uma interpretação cultural. E o lugar permite compreender a geografização de relações sociais específicas e diferenciadas.

5.1 PAISAGEM CULTURAL

Ainda na esfera da ampliação do conceito de patrimônio, a UNESCO tem também abordado, desde 1990, a idéia de paisagem cultural, combinando aspectos materiais e imateriais, aliados à interação entre homem e natureza (CASTRIOTA, 2009a)³⁶.

A paisagem cultural trata da interação entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente.

O documento denominado “Recomendação da Europa” para a conservação das áreas de paisagens culturais, elaborado em 1995, define paisagem cultural como sendo caracterizada pela maneira pela qual é percebida por um indivíduo, ou por uma comunidade, testemunhando, do passado ao presente, o relacionamento entre o homem e seu meio ambiente. Possibilitando, a partir de sua observação, especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Sendo as paisagens culturais formadas por combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade, seu estabelecimento e seu caráter, através do tempo e do espaço.

³⁶ A categoria de paisagem cultural foi consolidada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em Santa Fé (EUA), em 1992 (CASTRIOTA, 2009a).

Nas diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1999, a UNESCO apresentou a idéia de paisagem cultural de maneira mais detalhada:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem [...] são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões.

Nesses termos, em 1993, o Parque Nacional Tongariro, na Nova Zelândia, foi o primeiro bem inscrito na categoria patrimonial de paisagem cultural, pela importância cultural e religiosa de suas belas montanhas e por abrigar importantes ecossistemas, simbolizando a ligação espiritual entre o povo Maori e o meio ambiente (CASTRIOTA, 2009a).

Ao redor do mundo, os bens que passaram a ser considerados como paisagens culturais abrangem uma gama variada, como jardins, campos agrícolas, rotas de peregrinação e locais urbanos³⁷.

Na Europa, a paisagem cultural é particularmente considerada por emanar valores graças à presença de remanescentes físicos que revelam o uso e as atividades desenvolvidas no passado.

Nesta vertente são consideradas as experiências ou tradições particulares de um povo, os locais que foram palco de representações de obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali terem ocorrido fatos históricos marcantes.

No Brasil, o IPHAN, em 2009, definiu como paisagem cultural brasileira a “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas, ou atribuíram valores”³⁸.

³⁷ Constam da Lista do Patrimônio Mundial 55 paisagens culturais (CASTRIOTA, 2009a).

³⁸ Portaria IPHAN n.127, de 2009.

Nas diversas concepções, que se complementam, estão sendo consideradas nas paisagens culturais as características do meio ambiente, os sítios históricos, os sistemas de uso da terra e o conhecimento tradicional, que se entrelaçam na conformação do tecido social, em seus aspectos estéticos, simbólicos, espirituais, funcionais e ecológicos.

Sendo, igualmente, importante compreender como essa paisagem é socialmente apreendida, a história de sua formação e a natureza dos fatores que lhe provocaram mudanças.

A significação e a autenticidade dessas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, dependendo frequentemente da continuidade e da vitalidade de sistemas tradicionais de cultura e de produção, que criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e de um sentido único de lugar CASTRIOTA (2009a, p. 269).

Essa necessidade de "vida" desconstrói a idéia de paisagem cultural como uma cena congelada e demarca a força do conceito, na medida em que implica em interação social e relaciona-se com o lugar.

A paisagem cultural possui um caráter dinâmico, advindo da presença humana, em interação com os seus símbolos, testemunhos históricos, ambiente natural e processos de produção da vida.

De certo modo, as noções de paisagem geográfica e de paisagem cultural parecem bastante similares, pois há muitas sobreposições e complementações.

Vale mencionar que no âmbito patrimonial houve a preocupação de incluir a interação com o meio ambiente natural na categoria de paisagem cultural, sem qualificar cultural como o que difere do natural.

Destaca-se uma demarcação mais significativa – a noção de patrimônio inclui a preocupação com a conservação –, pois traz em seu cerne a necessidade de proteção e realce das áreas de paisagem cultural, por serem importantes para preservar a memória de um povo e a identidade cultural das sociedades humanas.

Os grupos que habitam o lugar, sobretudo quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam ser estreitamente envolvidos com a salvaguarda de sua memória, de sua vitalidade e de sua perenidade, ou mesmo de sua sacralidade (ICOMOS, 2008).

No âmbito da ação patrimonial, a dificuldade reside em conservar o que é dinâmico e vivo, pois, a depender de seu caráter, mudanças podem ameaçar a existência dos lugares e das paisagens culturais.

Nesse sentido, tem-se observado áreas de paisagem cultural tornarem-se recursos socioeconômicos empregados no desenvolvimento local. Tratam-se, contudo, de recursos não-renováveis e seu uso deve ser planejado visando preservar sua integridade e seu caráter peculiar (CASTRIOTA, 2009a).

O risco é que as paisagens culturais passem a integrar a categoria de mercadorias, na lógica de consumo do capital, perdendo assim a sua própria aceção.

Num primeiro olhar, as manifestações de memória coletiva, “espírito do lugar” e de paisagem cultural parecem bastante similares, pois há muitas sobreposições em função dos aspectos subjetivos inerentes a seus conceitos.

Entretanto, ao se procurar demarcações para singularizá-los, recorre-se à idéia de que à paisagem está implícita a possibilidade de visualização – do sistema de objetos (SANTOS, 1999), os quais são espacializados de acordo com o processo histórico.

Assim, pode-se entender, numa tentativa de congregar as idéias até então apresentadas, que em uma paisagem cultural, contempla-se a manifestação da História, da memória coletiva e do “espírito do lugar”.

5.2 PAISAGEM CULTURAL DO RIBEIRÃO

A paisagem do Ribeirão da Ilha é conformada por extensa orla com várias pequenas praias e pelos morros com exuberante cobertura vegetal, que desce as encostas até as águas calmas da Baía Sul, emoldurando a estreita faixa de terra ocupada linearmente pelo casario (FIGURA 23 e FIGURA 24).

Nesse cenário, observam-se traços das atividades produtoras de pescado e de atividades agrícolas que, ainda hoje, complementam a renda familiar, com a presença de pequenos barcos e redes de pesca, pomares, hortas e gado no pasto.

Conserva-se relativa integridade urbano-arquitetônica do período colonial, presente na morfologia do núcleo urbano e na manutenção da escala do casario, sendo possível encontrar, ao longo da orla, unidades arquitetônicas com tipologias rurais dos antigos engenhos, que

conformam o acervo do patrimônio histórico construído, com significativas edificações dos séculos XVIII e XIX.



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 23 - Orla e encosta do Ribeirão da Ilha.



FOTO: ANISIO BORGES, 2008.

FIGURA 24 - Vista aérea da orla do Ribeirão da Ilha, visada para o norte. Costeira do Ribeirão. Destaque para a cobertura vegetal das encostas e rodovia margeando o mar.

Os testemunhos de um tempo passado incrustam-se na paisagem como uma rugosidade, afirma Milton Santos (1985). No Ribeirão pode-se perceber tais testemunhos na ocupação do solo e na arquitetura, como marcos culturais.

Desse modo, a paisagem cultural do Ribeirão descortina-se entre o verde das encostas e a amplidão do azul do mar, onde se imbrica a ocupação humana, revelando formas tradicionais de viver e de se relacionar com a natureza (FIGURA 25).



FOTO: DANIELA BUSSOLO,
2007.

FIGURA 25 - Vista da Freguesia a partir do Morro do Ribeirão, visada para oeste.

Combinam-se um significativo conjunto edificado, composto por singelo casario, engenhos e pomares, que convivem com práticas de pesca artesanal, nas baleeiras esculpidas em troncos de garapuvu, mulheres que tecem rendas de bilro, em uma comunidade unida em celebrações festivas religiosas, que remontam sua origem açoriana.

O mar é um importante destaque na paisagem do Ribeirão. A orla marítima representa, ao mesmo tempo, limite e amplidão, contato e separação, acesso e distanciamento. A relação dos moradores com o mar também se modificou ao longo do tempo, mas permanece íntima.

No início da colonização, as comunicações entre os diversos pontos ocupados no território insular e no continente próximo foram estabelecidas pelas vias aquáticas, propiciadas pelas Baías Norte e Sul, somadas às lagoas e aos diversos cursos d'água. Estas rotas mantiveram-se durante muito tempo.

As montanhas e vastas matas virgens intransitáveis, habitadas por feras e cobras venenosas, impedem as comunicações com o interior. Por isso os habitantes constroem as casas à margem das baías ou nas fozes e nas margens dos rios navegáveis: todas as comunicações entre povoações próximas ou distantes se fazem pela água. Mesmo os vizinhos que moram nas costas dessa baía, a uma distância de meio quilometro,

usam canoas (assim se denominam pequenas embarcações feitas com troncos de uma árvore), para fazer visitas uns aos outros. Acham mais fácil comunicar-se desta maneira do que atravessar o mato, no qual nem sempre há sendas. Até o correio é mandado por mar. (Almirante russo Vassili Golovnin, relato de sua passagem pela Ilha, em 1808. HARO, 1996, p.203).

Desse modo, o mar foi o principal protagonista e cenário da vida das comunidades insulares durante dois séculos e meio de História. Por mar realizavam-se o intercâmbio de pessoas, gêneros, mercadorias e todo um elenco de atividades. As antigas freguesias no interior da Ilha e o centro histórico de Florianópolis expressam como herança essa relação com o mar.

Até a década de 1930, não havia transporte terrestre entre o Ribeirão e a Vila Nossa Senhora do Desterro (área central de Florianópolis), o mar era, além de fonte de sustento, muitas vezes, o melhor caminho. Marés, ventos e correntes fazem ainda parte do repertório cotidiano dos moradores.

É interessante notar que a contigüidade com o mar revela comportamentos culturais que estão esmaecendo, conforme evidenciaram as entrevistas. Há no Ribeirão, notadamente entre a população mais antiga, certa reverência em relação ao mar, que advém de uma relação de respeito pelo local de onde provém a subsistência, de onde se retira o alimento.

Por isso muitos, mesmo residindo ali desde que nasceram, nunca tomaram banho de mar. A maior parte dos pescadores não sabe nadar, entre outras razões, porque não consideram pertinente combinar lazer e trabalho. Nas entrevistas, muitas vezes a palavra “respeito” foi utilizada para justificar esse comportamento.

Um comportamento social, às vezes sutil, pode trazer o passado ao presente e demarcá-lo mais do que por meio da materialidade.

Quando desaparecem os vestígios de outros tempos, a memória coletiva, o patrimônio compartilhado e as tradições culturais entesouradas por uma determinada comunidade são mais importantes que seus monumentos (SABATÉ, 2004, p. 24).

Essa relação de deferência para com o mar também remete ao fato de que os escravos não eram envolvidos no trabalho da pesca, nem mesmo da baleia. Segundo o Professor Nereu, a pesca era considerada uma atividade nobre, “Jesus e São Pedro eram pescadores, não é mesmo?”³⁹.

A nova concepção introduzida pelo turismo, onde a praia é um lugar público de lazer por excelência, tem sido absorvida pelas gerações mais jovens do Ribeirão e coexiste com o pudor dos mais velhos.

5.2.1 Patrimônio Arquitetônico

O meio ambiente construído é uma concreção da cultura.

(HEIDEGGER, 1951).

As permanências culturais na paisagem do Ribeirão da Ilha destacam-se de forma expressiva na arquitetura, especialmente do núcleo histórico da Freguesia.

Não se pode afirmar existir uma influência açoriana direta na arquitetura que se construiu em Desterro, porque a gênese das edificações luso-açorianas e luso-brasileiras é a mesma – Portugal continental.

A arquitetura comum nas Ilhas dos Açores era a casa coberta de palha ou telhas de barro, mas feita de pedra vulcânica, inexistente na Ilha de Santa Catarina. Aqui os imigrantes construíram casa de pau-a-pique, técnica empregada pelos indígenas, posteriormente substituída pela pedra e cal. Nas casas antigas dos Açores há fogões e chaminés típicos que não são encontrados em Florianópolis, também as divisões internas das moradias são distintas lá e cá (VEIGA, 2004).

Por outro lado, alguns detalhes construtivos de origem portuguesa continental são freqüentes nas moradias açoriano-brasileiras, como o teto de telhas vãs, sem forro, a beira-seveira, espécie de cimalha que funciona como beiral no formato de telhas superpostas, e a terminação em peito de pomba nos beirais das edificações mais requintadas (FIGURA 26).

³⁹ Entrevista, em 24.03.07, com Prof. Nereu do Vale Pereira, realizada no ECOMUSEU da cultura açoriana, no Ribeirão da Ilha, instituição sob sua direção.



FOTO: VEIGA, 2004, ADAPTADA PELA AUTORA.

FIGURA 26 - Beira-seveira e terminação do telhado em peito de pomba, em residência na Costeira do Ribeirão.

Portanto, segundo Veiga (2004), é correto dizer que a cultura de Florianópolis é de base açoriana e que sua arquitetura é luso-brasileira, semelhante à que se produziu em todo o Brasil Colônia.

O modelo arquitetônico encontrado em Florianópolis que remete aos Açores é o edifício do Império do Espírito Santo, fortemente ligado à tradição religiosa do Arquipélago.

A pequena edificação do Império, semelhante a uma ermida, fica ao lado da igreja matriz de Nossa Senhora da Lapa, construída em 1806, ambos são destaques do patrimônio construído do Ribeirão da Ilha⁴⁰ (FIGURA 27 e FIGURA 28).

No Ribeirão da Ilha, o império, ou o “teatro”, é um dos maiores encontrados em Santa Catarina, mas já foi descaracterizado por algumas reformas.

⁴⁰ A Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, com partido arquitetônico colonial, no qual a fachada principal apresenta frontão triangular, atrás do qual se erguem as duas torres, uma delas cega e, a outra, sineira, com dois sinos, com balaustradas no contorno e pináculos no centro da cobertura piramidal.

Sobre a portada, três janelas, todas com vergas arqueadas e requadros em madeira maciça, além de decoração em estuque, na qual a sobreverga afeta de forma triangular. Todas as portas são almofadadas e as janelas apresentam, por fora, guilhotina em vidro de caixilho pequeno. No vértice superior do frontão encimado por cruz de ferro, decoração em volutas. (SOUZA, 1992, p. 41)



FOTO: IPUF, 2008.

FIGURA 27 - Igreja matriz de Nossa Senhora da Lapa e edifício do Império, à direita.



FOTO: FABIANO SANTOS, 2007.

FIGURA 28 - Edifício do Império do Espírito Santo.

O edifício do Império leva esse nome pelo fato dos festejos serem comandados por um “imperador”. No período da Festa do Divino Espírito Santo⁴¹, são expostos à visitação e à veneração símbolos do

⁴¹ As festividades ocorrem durante o mês que antecede aos dois dias de devoção ao Espírito Santo, período que coincide com Pentecostes, no quinquagésimo dia depois da Páscoa, normalmente no mês de maio.

culto, como coroa imperial, cetro e bandeira. A edificação também abriga os membros do cortejo, composto pelo casal imperial e sua corte (FIGURA 29 e FIGURA 30).



FIGURA 29 - Cortejo imperial, 2007.



FIGURA 30 - Corte no edifício do Império, 2006.

FOTOS: DANIELA BUSSOLO

Religiosidade e festividade, por serem portadoras de simbolismos rituais, representam importante manifestação cultural nas comunidades como o Ribeirão da Ilha. Ao inscreverem a vida numa sequência rítmica, de acordo com as datas religiosas, podem conferir sentido e organização à vida das pessoas.

A festa do Divino Espírito Santo consiste fundamentalmente num ciclo de atividades que se inicia após a Páscoa e, seguindo o calendário litúrgico, culmina no Domingo de Pentecostes, data em que se celebra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. É uma das práticas que melhor conserva a influência açoriana no sul do Brasil.

A celebração é organizada por irmandades, e fortalece, além da religiosidade, os laços comunitários. Antecedem à festa novenas, tributos e a passagem da Bandeira do Divino, quando um grupo de festeiros visita as casas da comunidade, para arrecadar donativos para a organização do evento (FIGURA 31).



FOTO: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 31 - Cantoria do Divino na escadaria da Igreja N. S. da Lapa -Ribeirão da Ilha.

A festa dura três dias, de sexta-feira a domingo, com procissões, banquetes e a missa de coroação do casal de “imperadores”, eleitos pela irmandade, que acompanhados de sua corte, conduzem o evento, com roupas luxuosas e adornos, confeccionados durante todo o ano.

Segundo Padre Júlio da Rosa, um especialista açoriano em festividades religiosas, ao presenciar a festa no Ribeirão, comentou: “Isso é muito nosso, esta cantoria, esse ritmo. Só faltam os bodos⁴² para ser uma festa nos Açores” (NEA, 2008).

Memória individual e coletiva fundem-se nas sociedades tradicionais através da festa e do culto, em que episódios significativos do passado coletivo são rememorados, levando cada indivíduo a incorporar essas memórias à sua própria experiência (SERPA, 2007).

“Memória, festa, casa, rua, família, vida armam um campo único de significados” (F. SANTOS, 1986 p. 63). A coexistência com o passado possibilita o reordenar e o recriar do cotidiano presentificando a cultura, redimensionando seu sentido e vigência dentro da estrutura do lugar.

Nos demais dias do ano, o edifício do Império no Ribeirão é utilizado como centro artesanal, onde são confeccionadas e comercializadas as rendas de bilro, cestaria, cerâmica e outros artefatos.

⁴² Bodo é a distribuição de pão, carne e vinho às pessoas carentes, que ocorre nas festas do Divino no arquipélago açoriano (NEA, 2008).

As edificações históricas religiosas, a igreja e o império, congregam o patrimônio material e imaterial e entrelaçam o passado com o presente. Materializam, na paisagem, a memória e o “espírito do lugar”.

No entorno da praça da igreja, destacam-se algumas casas com fachadas ornamentadas e pátios murados dotados de portais. Em sua maioria, as residências do Ribeirão obedecem a um partido simples da casa térrea e do sobrado com cobertura em duas águas, cumeeira paralela à rua, em telhas cerâmicas do tipo capa-e-canal. Das alvenarias de pedra ou tijolos, rebocadas e originalmente caiadas de branco, sobressaem as aberturas contornadas de cores contrastantes (FIGURA 32 e FIGURA 33).



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 32 - Casario histórico da Freguesia do Ribeirão. Hoje, são utilizadas várias cores nas fachadas e nas aberturas.



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 33 - Vida no Ribeirão (Freguesia). As pessoas nas calçadas observam a rua tranqüila.

O casario da Freguesia consiste em forte referência iconográfica do Ribeirão, sua arquitetura marca a memória de seus habitantes e engendra também, de alguma forma, um sistema de auto-referências. Nas entrevistas e nos mapas mentais elaborados pelos moradores a arquitetura foi um destaque.

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação UNESCO, Declaração do México, 1985 (IPHAN, 2010).

A presença do casario colorido, com sua tipologia singela, além de representar um vínculo visível entre gerações, tem a peculiaridade de continuar sendo utilizado como moradia, muitas vezes pelas mesmas famílias. Não se trata aqui de enaltecer algum tipo de saudosismo, ou imobilidade, mas de constatar um inequívoco enriquecimento que a vida cotidiana promove ao patrimônio construído. Trata-se da cultura “viva”.

As pessoas na janela, as cadeiras na soleira da porta, as roupas no varal e o aroma das cozinhas preenchem as casas de *alma*. No Ribeirão, diferente de muitos casos, não há necessidade de revitalização do patrimônio construído, pode-se preservar esta coexistência com o passado.

Pois uma das peculiaridades do Ribeirão está no fato de que o seu casario histórico não se apresentar decadente como em muitos centros urbanos, e o distrito, apesar de distante do centro da cidade de Florianópolis, não possui características de subúrbio.

Ao longo da orla, pode-se ainda encontrar algumas casas de porte imponente e antigos engenhos de farinha de mandioca, como a casa da Costeira do Ribeirão⁴³. A História do período colonial e suas relações

⁴³ A casa, da segunda metade do século XVIII, situa-se a cavaleiro do terreno, acompanhando seu aclave. O pátio externo fronteiro (anteriormente terraço para a secagem do café) situa-se sobre platô. Construída em embasamento de pequena altura, é uma edificação térrea, na qual a fachada frontal apresenta as mesmas características correspondentes ao ciclo do café: a utilização de elementos construtivos usados nos acabamentos (cunhais laterais tratados como pilastras de ângulo) e a perfeita marcação do enquadramento dos vãos. Predomina na volumetria da edificação o perfeito equilíbrio entre os cheios e os vazios, o que ocorre durante todo o século XVIII. Planta simples, de forma retangular, com a maioria da extensão no sentido da profundidade, delimitando, pelo sentido transversal das paredes, três faixas de uso: a anterior, social (sala de visita), a intermediária, uso íntimo (alcova) e, por fim, a familiar (salas de jantar e estar e de serviços – cozinha) (SOUZA, 1992, p. 25).

sociais estão demarcadas nessas edificações (FIGURA 34 e FIGURA 35).



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 34 - Antiga casa de engenho na Costeira do Ribeirão da Ilha.

Dize-me (pois és tão sensível aos efeitos da arquitetura), ao passear por esta cidade, observaste que, dentre os edifícios que a compõem, uns são mudos; outros falam; e outros enfim, mais raros, cantam? (PAUL VALÉRY, 1945).



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 35 - Residência no Ribeirão da Ilha.

Para que essa riqueza não se perca, seria necessário redirecionar o sentido do desenvolvimento imobiliário e turístico da cidade. As casas antigas tendem a se transformar em lojas, pousadas e restaurantes,

perdendo sua função de moradia, configurando-se numa espécie de cenário, similar a outros centros históricos brasileiros, de onde a população tradicional foi expulsa.

Na esfera institucional, a primeira iniciativa para a preservação do conjunto arquitetônico da Freguesia do Ribeirão da Ilha, ocorreu em 1975, quando o centro histórico foi tombado pela Prefeitura de Florianópolis. O reconhecimento deste conjunto como patrimônio histórico do estado de Santa Catarina aconteceu em 1998⁴⁴.

Entretanto, os novos instrumentos legais de preservação – patrimônio imaterial na categoria de lugar e a configuração como paisagem cultural – devem também ser utilizados no reconhecimento dos bens e valores do Ribeirão da Ilha, que muito extrapolam o conjunto histórico edificado.

5.2.2 Conservação da Morfologia Urbana

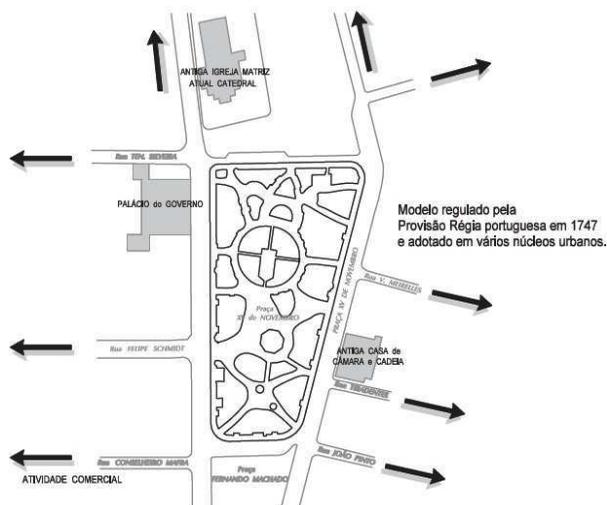
O tecido urbano não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver”, no qual aparecem fenômenos da vida social e cultural.
(LEFEBVRE, 1991, p.11)

O traçado urbano expressa na paisagem do Ribeirão da Ilha o processo histórico da ocupação do território e a adaptação do homem ao meio, para a produção de sua vida.

A forma urbana é o resultado de um trabalho coletivo de gerações. A História se exprime por meio das formas da arquitetura e da organização urbana.

Os núcleos de povoamento açoriano na Ilha de Santa Catarina são semelhantes na estrutura e na disposição das suas praças, que possuem um traçado regular na forma de retângulo, com seu lado maior perpendicular ao mar, tendo a igreja na cabeceira e as habitações distribuídas nas laterais (FIGURA 36).

⁴⁴ Tombamento municipal por meio do Decreto nº 1.341/75 e estadual pelo Decreto nº 2.998/98.



FONTE: IPUF, 2004.

FIGURA 36 - Traçado urbano do centro de Florianópolis.

A praça é o núcleo gerador de onde partem perpendicularmente as demais ruas, interceptadas por outras no sentido contrário, conformando um traçado em grelha. Essa configuração urbana obedece ao padrão fixado pela Provisão Régia de D. João V, a qual dá forma à acomodação dos novos “Povoadores e Povoações”:

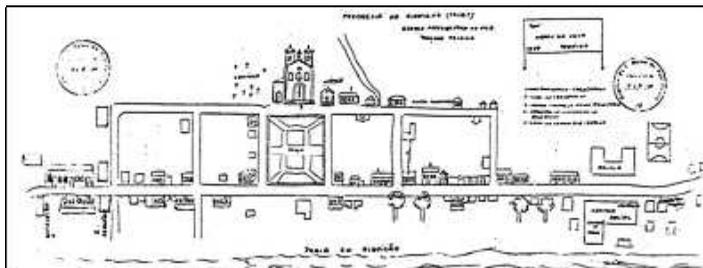
No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face, e em seus lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras para trás lugar suficiente e repartido para quintais, atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro.

Provisão Régia, de 9 de agosto de 1747
(VAZ, 1991, p. 27).

Tais padrões de racionalidade e regularidade dos traçados urbanos se devem às tendências geometrizaras renascentistas, que na época estavam sendo adotadas em quase todas as experiências européias, com base nas “Leyes de Índia”, da política colonial espanhola, que codificava com minúcia o urbanismo formal, a qual foi

amplamente utilizada por holandeses, franceses, ingleses e portugueses (REIS FILHO, 1968).

Na representação da configuração do núcleo urbano do Ribeirão da Ilha (FIGURA 37) é possível perceber a regularidade do traçado, verifica-se a ocupação de estreita faixa de terra, a disposição da igreja e da praça como elementos polarizadores, além do íntimo contato com o mar.



(FONTE: PEREIRA, 1991).

FIGURA 37 - Configuração da Freguesia do Ribeirão no início do século XVIII.

Esta estrutura urbana inicial ainda se apresenta materializada no espaço, mantendo grande parte de sua originalidade, com poucas interiorizações, exercendo ainda a função de centralidade no Ribeirão (FIGURA 38).



FONTE: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 38 - Ocupação atual da Freguesia do Ribeirão.

A igreja e a praça em frente ao mar continuam constituindo importantes marcos espaciais do Ribeirão da Ilha, conformando o núcleo urbano do distrito.

No modelo de ocupação territorial estabelecido pela Provisão Régia de 1747, determinava-se também a configuração dos lotes. Os imigrantes açorianos não receberam sesmarias como os antigos donatários do século anterior, mas quinhões de terra.

[...] os sítios mais próprios para fundar lugares em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando, e no contorno de cada lugar e nas terras que ainda não estiverem dadas em sesmarias assinalará um quarto de légoa em quadra⁴⁵ a cada um das cabeças do casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital.

Provisão Régia, de 9 de agosto de 1747 (VAZ, 1991, p. 27).

A Provisão Régia expressava a perspectiva planejada pela Metrópole de uma colonização com distribuição equitativa de terras e bens, que, no entanto, nunca se cumpriu. O modelo de ocupação territorial proposto sofreu várias alterações, seja no momento inicial de instalação das famílias, seja com o posterior desenvolvimento das povoações. Segundo os relatos do Brigadeiro Silva Paes, os casais satisfaziam-se com muito menos, para ficarem mais próximos de seus patrícios. As dificuldades também se impunham na demarcação das terras por falta de instrumentos e pessoas tecnicamente capacitadas, além das matas que se apresentavam como fortes obstáculos para a exploração (ALTHOFF, 2008).

Do coarto de légua que V. Magestade he servido se dê a cada casal, a mayor parte deste que vierao se contentao com muito menos, porquererem ficar mais perto humz dos outros, o que não conceguirao se o tivessem de o tomar cada hum o que V. Magestade lhe manda dar [...]

(Carta do primeiro governador da Capitania de Santa Catarina, Silva Paes, ao rei de Portugal. PIAZZA, 1992, p.38).

⁴⁵ “Um quarto de légoa em quadra” equivale a 1.650 metros de lado (REIS, 2002).

Além das alterações e ajustes reivindicados pelos casais, houve diferenciação na distribuição das terras, seja na extensão ou na localização, pela existência de grupos privilegiados, alguns portadores de títulos de nobreza, que acabaram beneficiados. Esta diferenciação fez surgir, em alguns anos, pessoas destacáveis nas comunidades: os donos de rede, donos de engenho, donos de barco, ou comerciantes.

De toda sorte, a espacialização dessa ocupação original engendrou a estrutura territorial que perdurou, em suas características principais, até o presente. “Pensar na cidade e no que expressa a partir de suas formas e lugares é ser *morfo-lógico*” (F. SANTOS, 1986, p.60).

Os lotes foram demarcados, perpendicularmente, a partir da orla do mar, ou de caminhos e trilhas pré-existentes, possuíam pequena testada e grande profundidade, configurando ocupações lineares estreitas, que agregavam as habitações, localizadas na testada do lote.

Nos centros das freguesias, as edificações eram construídas no alinhamento da rua, por razões de segurança e economia, eram geminadas, configurando um contínuo correr de casas muito semelhantes. Nos fundos desses lotes, de extensões prolongadas, realizavam-se os usos agrícolas, sendo a área posterior à edificação, chamada de chácara, destinada ao pomar, após o qual iniciava a roça que crescia em direção às encostas dos morros.

O povoamento rúrculo essencialmente linear entre os morros granitóides e as baixadas arenosas, eram preciosos relíquos de ocupação açoriana, com o parcelamento para lavouras morro acima e os campos comunitários para os pequenos rebanhos de gado, nas baixadas; os arruados de casas açorianas, apartadas e dispostas em linhas, com pequenos cafezais ao lado, leira de secagem à frente das casas, com pequenos pomares sobretudo de cítricos (bergamotas); os maridos ausentes na praia ou no mar e as mulheres a frente das casas fazendo suas rendas e bordados. Paisagens de um bucolismo fascinante (MONTEIRO, 2005, p.15).

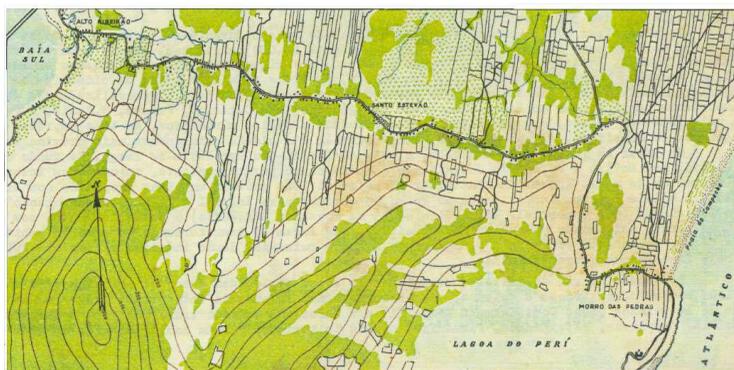
Segundo Campos (1991), todas as comunidades de pequenos produtores da Ilha de Santa Catarina possuíam áreas comunais. A utilização dessas “terras comunais”, também conhecidas como “pastos comuns” ou “matos do povo”, consistia no aproveitamento das ‘terras

sem dono', que serviam para a criação de gado, corte de lenha e madeira, coleta dos galhos e cipós para construção de cercas e produção de balaios e esteiras, bem como na utilização comunal dos caminhos e fontes d'água.

O uso das terras comunais na ilha foi parte integrante da própria formação sócio-espacial açoriana, ocorre que se identifica mesmo como sendo cultural, arraigado ao costume do pequeno produtor. [...] Entretanto, apesar da maioria das terras de uso comum ter desaparecido, a utilização comunal persiste sobre variadas formas (CAMPOS, 1991, p. 151, 152).

Prática comunitária que perdurou até a década de 1980, quando ocorreu o processo de apropriação privada dessas áreas, antes consideradas inviáveis para utilização econômica, acompanhando a gradual transformação de agrícola para urbana que a cidade vivenciou, especialmente com a valorização imobiliária e o interesse do setor turístico.

No Alto Ribeirão, em Santo Estevão, segundo Mamigonian (1958) “as propriedades são divididas de tal maneira que todas as parcelas podem ter um pedaço de terra na baixada arenosa pobre e outro na encosta mais rica”. (FIGURA 39).



Leitura gráfica realizada sobre foto aérea de 1956, por Mamigonian (1958, p.52).
 FIGURA 39 - Alto Ribeirão, habitat rural açoriano.

Mesmo com a gradativa subdivisão das unidades rurais, no processo de crescimento e urbanização, o parcelamento agrícola da Ilha de Santa Catarina, caracterizado por lotes estreitos e profundos, pode ainda ser observado nas imagens aéreas e orbitais mais recentes. Tanto junto às vias como no caso do Alto Ribeirão, como ao longo da orla marítima, na Freguesia do Ribeirão e demais áreas (FIGURA 40 e FIGURA 41).



(Prefeitura Municipal de Florianópolis, Georreferenciamento, 2007)
FIGURA 40 - Parcelamento no Alto Ribeirão.



(Prefeitura Municipal de Florianópolis, Georreferenciamento, 2007)
FIGURA 41 - Parcelamento na Freguesia do Ribeirão.

Em função das inúmeras dificuldades impostas pelo sítio da Ilha de Santa Catarina, a construção de caminhos terrestres foi gradual, partindo da Vila de Desterro e dos principais núcleos ocupados.

Verifica-se, só no século XIX, o início do desenvolvimento de uma rede de vias terrestres, a partir do relacionamento entre as freguesias, complementando aquela inicialmente esboçada pelas fortificações⁴⁶. Muitas vezes, como no caso do Ribeirão, as vias terrestres, na busca das passagens mais favoráveis, estabeleceram-se paralelas às vias aquáticas e junto ao sopé dos morros, ordenando a ocupação extensiva da terra e a acessibilidade às parcelas agrícolas (REIS, 2002).

As condições geográficas do sítio e a cultura do grupo que criou a cidade orientam o arranjo do espaço urbano. Seu traçado é resultado, portanto, da experiência do grupo social através do complexo que constitui sua cultura (PELUSO JR., 1953).

Ainda, como marcos de delimitação do território destacam-se as santas cruzes, ou cruzes caboclas. Uma das primeiras providências tomadas pelos açorianos, uma vez em terras brasileiras, era implantar cruzes dessa maneira, que serviam para fundar e definir as fronteiras de um povoado, utilizadas também como altar para novenas e celebrações religiosas.

Nas encruzilhadas de acesso ao Ribeirão ainda existem duas dessas antigas cruzes, uma delas no trevo do Canto do Rio e outra no trevo do Erasmo (FIGURA 42).

⁴⁶ Entre 1738 e 1742, implantou-se na Ilha de Santa Catarina e nas ilhotas adjacentes um complexo de fortificações, formando basicamente três pontos de defesa, protegendo os acessos às Baías Norte e Sul e à Vila de Desterro (TONERA, 2001).



FOTO DO GOOGLE, ADAPTAÇÃO DA AUTORA, 2010.

FIGURA 42 - Localização das Santas Cruzes, nos acessos ao Ribeirão.

As cruzes são comumente decoradas com torquês e martelo, algumas têm cravos e escadas, são ornamentos simbólicos da crucificação de Cristo. Ao seu redor há, muitas vezes, uma proteção murada (FIGURA 43 e FIGURA 44).

Entre as que eu documentei, pode-se destacar a mais completa de instrumentos era a do Porto do Ribeirão. Ela possuía todos os elementos da morte de Cristo, inclusive a corneta. (FRANKLIN CASCAES, *apud* ARAUJO, 1978)⁴⁷

⁴⁷ Franklím Cascaes documentou 36 cruzes caboclas existentes na Ilha (ARAUJO, 1978, p.54).



GOOGLE, 2010



FOTO DA AUTORA, 2010

FIGURA 43 - Localização e foto da Cruz no Trevo do Erasmo.



GOOGLE, 2010



FOTO DA AUTORA, 2008

FIGURA 44 - Localização e foto da Cruz no Canto do Rio.

A morfologia da estrutura agrária pré-urbana mantém-se conservada na paisagem do Ribeirão. Os antigos caminhos que organizavam o parcelamento rural e conectavam as moradias dispersas, com o tempo, passaram a consolidar características mais urbanas, a partir da localização de atividades comerciais e comunitárias, transformando-se em rodovia, a chamada “estrada-geral”. O Ribeirão

desenvolveu-se ao longo da rodovia Baldicero Filomeno, paralela à orla marinha.

Nos assentamentos urbanos, as inter-relações dos indivíduos realizam-se através de ruas, praças e caminhos traçados ao longo da vida do núcleo (PELUSO JR., 1953). A posição das residências na testada dos lotes, praticamente sem recuos, permite aos moradores o controle do espaço público da rua e da praia.



FOTO: DANIELA BUSSOLO, 2007

FIGURA 45 - Peculiaridade do Ribeirão, os bancos na praça são dispostos de frente para a rua, com o mar ao fundo. Parece que há mais interesse em observar o movimento das pessoas.

A FIGURA 45 demonstra como os comportamentos configuram-se na paisagem, a qual pode conter informações a respeito do grupo social e sua cultura.

Os lugares, por serem como são, apresentam conformações cumulativas. Estão no presente, mas podem demonstrar como já foi e como, talvez, será. Assim, não só *com-formam*. Também *in-formam*. (F. SANTOS, 1986, p. 60)

A subdivisão dos lotes é uma constante. A família cresce e novas casas são erguidas aleatoriamente no terreno, sem divisões, compartilhando o espaço livre (FIGURA 46). A antiga área da chácara torna-se o quintal familiar, muitas das antigas áreas agricultáveis estão

hoje transformadas em áreas de preservação ambiental, devido à declividade das encostas.

[...] mas é uma questão de sobrevivência, eles venderam todas as terras, e eles querem colocar todo mundo lá, os filhos, os netos, os bisnetos e não cabe. Eles vão se amontoando, mas na cultura açoriana eles grudam uma casa na outra, eles gostam, eles acham bom estar próximo (médica do Ribeirão)⁴⁸.



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 46 - Ocupação do lote com várias moradias.

A paisagem do Ribeirão da Ilha pode ser caracterizada pela singularidade, simplicidade formal, continuidade e relevância histórica.

Se a paisagem possibilita uma leitura do lugar e uma interpretação cultural, parece claro que a paisagem do Ribeirão permite acessar as raízes, os costumes de sua gente, com seus símbolos e crenças, o que lhe confere uma potente identidade de paisagem cultural. Nela vislumbra-se o processo de produção da vida e a relação dos homens com a natureza.

⁴⁸ Entrevista concedida em 17 de setembro de 2007.

6 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais [...]

(MARX, 1999a, p.69)

Ao empreender a análise das transformações socioespaciais na área de estudo, é preciso afirmar que as mesmas são concebidas a partir da produção e das escalas nacional e internacional na organização da economia. Entretanto, não significa que o lugar seja resumido ao simples papel de uma engrenagem submetida a uma totalidade impositiva, ou visto como uma manifestação localizada do movimento e das tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista e suas implicações.

As transformações evidenciadas são particularidades, nas quais as tendências gerais manifestam-se como resultado de intencionalidades do capital. Pretende-se compreender a escala local não a partir do universo na sua generalidade, mas a partir do particular na sua universalidade.

Para Harvey (1992), a redução das barreiras espaciais não implica no decréscimo da significação do espaço, ao contrário, aumenta a sensibilidade para o que os espaços do mundo contém. A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de diferenciações geográficas, que ao serem aproveitadas dão a impressão de que as peculiaridades, como disponibilidade de recursos materiais, ou custos marginalmente inferiores, importam muito mais que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais. É o capital que tudo alcança, que é extremamente versátil e direciona a exploração dos lugares segundo seus interesses.

“Para onde quer que vá o capitalismo, seu aparato ilusório, seus fetichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo” (HARVEY, 1992, p.308).

Na pesquisa geográfica cabe investigar como as relações globais, de uma economia de fluxos de capital e de espaço altamente unificado, articulam-se com o espaço social da identidade, do cotidiano, da participação, da decisão política, da administração pública e outros que dão sentido ao território regional.

Para Santos (1997), quando o espaço torna-se uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, ocorrem distintas versões da mundialização, dependendo da história do lugar, das condições existentes no momento da internalização de algo antes externo e das relações que se estabelecem entre o que chega e o pré-existente.

No Ribeirão da Ilha, esta relação pode ser observada no declínio das atividades rurais, nos antigos pescadores que se tornaram maricultores, no processo de urbanização territorial e avanço do capital imobiliário, segundo as diretrizes de um planejamento público que procura viabilizar os investimentos em gastronomia e turismo.

É a materialização local de um fato universal, na atual dinâmica do capitalismo. Assim, o lugar nos possibilita desvendar o *infinito*.

Após, o que se chamou, no âmbito desse estudo, de leitura cultural do Ribeirão da Ilha, com o objetivo de compreender a constituição do lugar e da paisagem, empreendeu-se uma análise voltada para avaliar o efeito das transformações sócio-espaciais, que podem estar colocando em risco os aspectos culturais anteriormente considerados.

Em relação às demais localidades de Florianópolis, o Ribeirão da Ilha tardou em ingressar no processo de transformação em local de veraneio e de visitação turística. Permaneceu certo isolamento, devido à maior distância do centro e dos demais balneários, que contribuiu para que o Ribeirão mantivesse mais preservado seu passado histórico.

Entretanto, as alterações pelas quais o município de Florianópolis passou, e vem passando, refletiram-se e modificaram também as características do Ribeirão da Ilha. Constata-se que, ao longo das últimas décadas, intensificaram-se as modificações no modo de vida da população local, com reflexos na permanência de seus traços culturais.

As transformações, com maior magnitude, foram evidenciadas a partir da década de 70 e ocorreram na esteira do desenvolvimento socioeconômico da cidade de Florianópolis que, nesse período, teve seu crescimento urbano alavancado.⁴⁹

A década de 70 marca o ponto alto detonador de desenvolvimento econômico e urbano de Florianópolis, decorrente da migração de investimentos e de população, alterando significativamente a feição urbana [...] As antigas

⁴⁹ Desenvolvimento evidenciado e reforçado pela criação da Universidade Federal de Santa Catarina (1960), da Universidade do Estado de Santa Catarina (1965), construção do aeroporto Hercílio Luz (1975) e a instalação da Eletrosul (1978) (SUGAI, 1994).

colônias pesqueiras vão sendo, também gradativamente, deslocadas do contato com o mar para dar lugar à ocupação turística da faixa litorânea (PIMENTA, 1998).

Antes disso, o Ribeirão da Ilha permaneceu praticamente alheio à vida urbana, conservou a atividade agrícola e não acompanhou o crescimento de Florianópolis, como evidenciam as imagens aéreas e os dados censitários, apresentados a seguir.

As imagens aéreas da Ilha, com destaque para o Ribeirão, evidenciam algumas das transformações. Na comparação entre as fotografias de 1957 e 1977 (FIGURA 47 e FIGURA 48) verificam-se as manchas de desmatamento nas encostas na foto de 1957, revelando a intensidade da atividade agrícola, bem como seu respectivo declínio após 20 anos, quando a imagem de 1977 apresenta a regeneração da cobertura vegetal em muitos pontos.

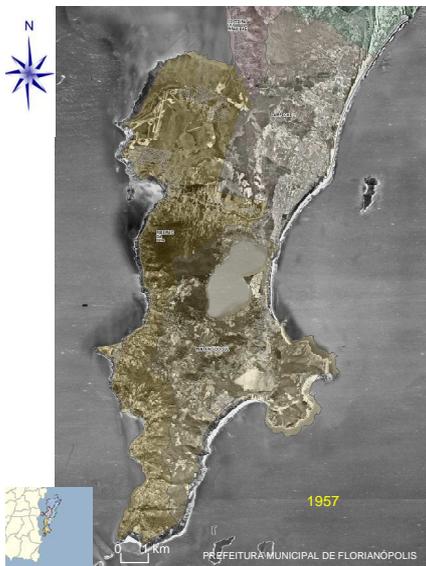


FIGURA 47 - Ribeirão da Ilha - Fotografia aérea de 1957. Atividade agrícola intensa, ocupando as encostas dos morros.

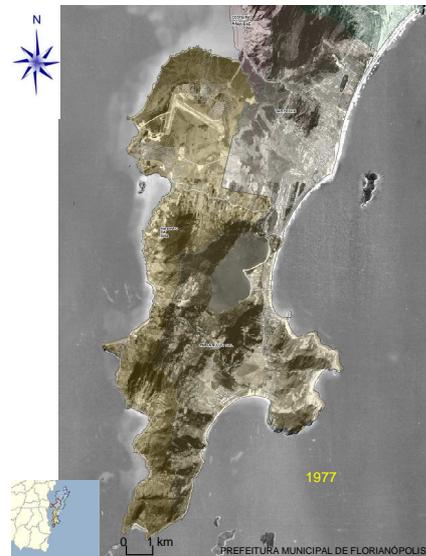


FIGURA 48 - Ribeirão da Ilha - Fotografia aérea de 1977. A produção agrícola perde importância econômica. Observa-se o abandono dos campos de cultivo, ocupados pela vegetação. Percebe-se, em Carianos, a construção da pista do aeroporto Hercílio Luz, inaugurado em 1975.

De acordo com dados dos censos demográficos do IBGE, conforme informações da TABELA 1, entre o período de 1940 a 1970, a população do Ribeirão da Ilha manteve-se praticamente constante, com uma média populacional em torno de 4.600 habitantes. No mesmo período, a população do município de Florianópolis, teve um crescimento da ordem de 195%, passando de 46.771 habitantes para 138.337 habitantes.

TABELA 1 - População de Florianópolis e do Ribeirão da Ilha - 1940 a 2009.

ANO	FLORIANÓPOLIS	RIBEIRÃO DA ILHA
1940	46.771	4.589
1950	67.630	4.365
1960	97.827	5.261
1970	138.337	4.229
1980	187.871	6.404
1991	255.390	14.228
2000	342.315	20.392
2007	396.723	*
2009	408.161	*

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censos Demográficos, Contagem Populacional 2007 e População Estimada 2009.

* Não há dados para os Distritos de Florianópolis na Contagem 2007 e Estimativa 2009.

É válido mencionar que, entre os anos 60 e 70, quando se constata um declínio populacional, muitos moradores saíram do Ribeirão para estudar ou trabalhar no centro da cidade (e vários têm retornando após sua aposentadoria) (IPUF, 2004).

As transformações políticas e econômicas, ocorridas no país, nos anos 60 e início de 70, refletiram-se nas áreas urbanas, que passaram a receber fluxos de migração mais intensos. A nova ordem propunha também uma nova organização viária intra e interurbana como parte da política de consolidação do transporte rodoviário e da indústria automobilística no país (SUGAI, 1994) (FIGURA 49).

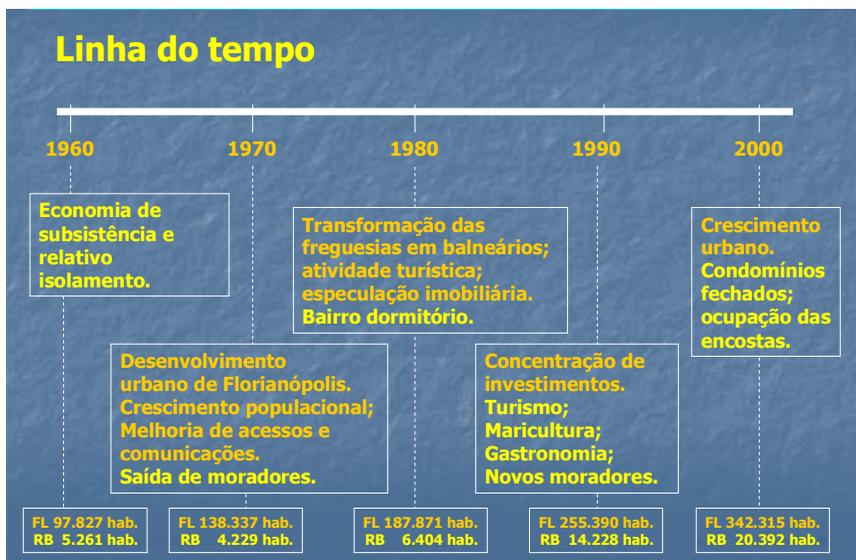


FIGURA 49 - Linha do tempo com destaque para as principais transformações das últimas décadas. Na cor laranja, informações relativas ao município de Florianópolis, e na cor amarela, relativas ao Distrito do Ribeirão da Ilha.

Na década de 70, implantaram-se em Florianópolis, progressivamente, grandes obras de infra-estrutura de transportes rodoviários, como o aterro da baía sul, a Ponte Colombo Sales, a avenida Beira-Mar Norte e ligações com os balneários (VAZ, 1991).

A construção e melhoria das estradas e a implantação da infra-estrutura de comunicação desencadeou um gradativo apagamento da dicotomia socioeconômica e espacial pré-existente, entre o interior da Ilha e a área central. Onde isso se deu mais tardiamente, como no caso do Ribeirão da Ilha, percebe-se melhor a mescla entre passado e presente nas marcas do lugar e da paisagem.

Houve, após esse período, um crescente aumento populacional, com a chegada de pessoas do interior e de outros estados para residir em Florianópolis. Nesse processo, realizaram-se melhorias nas vias de acesso às antigas freguesias açorianas, o que desencadeou dois fluxos: um da população nativa que foi para o centro da cidade em busca de estudo e emprego, e outro formado por pessoas do centro (ou vindas de outras partes do estado e do país) que se dirigiam às praias, à procura de lazer, ou tranqüilidade, pois só a partir dessa época, as praias da Ilha passaram a ser atrativas como balneários.

A partir desse momento, muitos jovens do Ribeirão mudaram-se para estudar, ou à procura de melhores empregos, e grande parte mesmo entre os que permaneceram passavam o dia fora, trabalhando na área central da cidade.

Isso aqui é uma vila-dormitório agora. Na nossa rua, tem duas ou três casas que tem gente. A maioria é assim. Trabalha ou mora fora e vem no final de semana ou à noite [...] É um deserto, fantasma. Até aquele que tinha um mercadinho ali fechou porque não tem população, que não tem nada ali que agüentar. Tinha uma padaria, sempre teve, nem ela agüentou. Havia fábrica de café, fábrica de anzol, porque a maioria era pescador. Todo mundo morava aqui, produzia e vendia tudo aqui. Dava emprego pra muita gente [...] Hoje nem tem mais peixe, rapaz. A gente tem que trazer do Centro pra comer um peixe. (Marilena) (LACERDA, 2003).

Neste contexto, passou a ser comum a conversão das antigas moradias em casas de veraneio, mantendo-se as “casas de família”, herdada dos pais ou avós, para passar finais de semana, ou utilizar em períodos de férias.

Muitas casas e terrenos também passaram a ser vendidos, o que tem contribuído para uma significativa valorização imobiliária⁵⁰. Vale destacar que inicialmente esses imóveis foram negociados a preços módicos. O empobrecimento da população local contribuiu para que os imóveis fossem alienados, facilitando a inserção de pessoas externas à comunidade.

Essa prática é ainda verificada nas áreas mais ao sul do Ribeirão, por serem mais distantes e, portanto, mais desvalorizadas. Entretanto, é de se esperar que em breve existam poucos imóveis desvalorizados em áreas em frente ao mar (FIGURA 50).

⁵⁰ Alguns terrenos de frente para o mar no Ribeirão têm preços que variam de R\$ 250.000,00 a R\$ 600.000,00, a depender das condições da escritura (de posse ou pública).

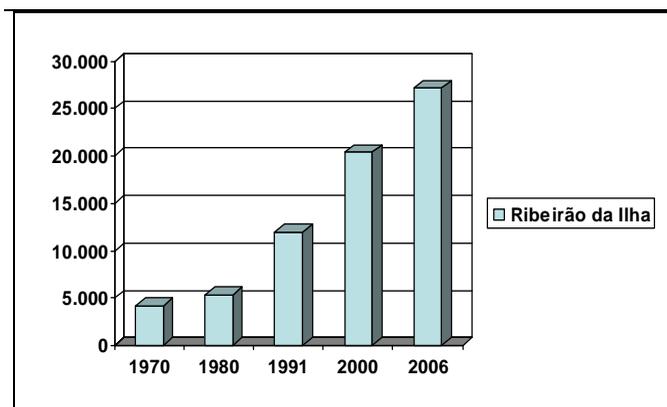


FOTO: ANA PAULA FREITAS, 2008.

FIGURA 50 - Imóvel a venda na orla do Ribeirão da Ilha.

A década de 1970, desse modo, caracterizou-se pela “abertura” do Ribeirão da Ilha em relação à vida urbana de Florianópolis, rompendo assim, seu relativo isolamento rural, característico dos períodos anteriores.

O gráfico da FIGURA 51, elaborado pelo IPUF, representa o crescente aumento da população do Distrito a partir desse período.



(Fonte: PMF/IPUF Pop. projeção sobre dados do IBGE- Censo 2000).

FIGURA 51 - Gráfico da projeção da população do Ribeirão da Ilha.

Santos (1997) afirma que quando algo novo acontece num lugar, mudam as relações pré-existentes e outras são estabelecidas. Todo o lugar muda. O sujeito do lugar está submetido a uma convivência com objetos, trajetos e imagens de cuja construção participou. O novo causa choque quando atores recém-chegados trazem consigo condições para impor perturbações alheias ao sujeito local e aos seus nexos territoriais.

O convívio do Ribeirão com as transformações urbanas, a partir desse período, estabelece o cerne da problemática em questão. Uma vez que as transformações são inevitáveis, e não necessariamente indesejáveis. O desafio está em verificar as possibilidades e interesses em salvaguardar sua constituição como lugar e como paisagem cultural, que podem estar ameaçadas, a depender do efeito e classe das transformações.

Entre os anos 1980 e início dos anos 1990, criaram-se, de forma geral, as bases de transformação dos distritos na zona costeira da Ilha de Santa Catarina, quando as antigas localidades agrícolas e pesqueiras transfiguraram-se em balneários, submetidos à sazonalidade econômica e aos fluxos de consumo da atividade turística.

Houve um significativo incremento do ramo hoteleiro e imobiliário, impulsionando a construção civil e o crescimento do setor terciário da economia do município. Esse processo iniciou no Norte da Ilha⁵¹, estendendo-se gradativamente para as demais áreas do município.

Com o tempo, Florianópolis passou a evidenciar uma elevada concentração de investimentos, que tem alterado o perfil econômico e social da cidade (PIMENTA, 2005).

A chegada de novos moradores, no Ribeirão, começa a ser percebida principalmente a partir dessa década de 1980, quando o censo demográfico evidencia um crescimento populacional de 122% na década seguinte. No mesmo período, a população de Florianópolis cresceu 36% (TABELA 1).

A atratividade turística de Florianópolis, que passa a integrar projetos de desenvolvimento do governo estadual e a ser divulgada pela mídia, faz com que muitas de suas localidades sejam “descobertas”.

Assim, mesmo sem contar com a infra-estrutura dos balneários turísticos, o Ribeirão da Ilha também passou a ser atrativo, num período em que houve maior valorização da vida tranqüila e do contato com a natureza, como refugio à tensão dos grandes centros urbanos do país⁵².

⁵¹ Os balneários de Canasvieiras e Jurerê são os mais notáveis.

⁵² O Ribeirão da Ilha foi inserido no Plano Diretor dos Balneários (Lei 2193/85), considerados área especial de interesse turístico. Antes disso, o Ribeirão era oficialmente classificado como área rural.

Na década de 1990, o Ribeirão também apresentou, proporcionalmente, crescimento populacional superior ao do município, com aumento no número de residentes de 43%, enquanto em Florianópolis o aumento foi de 34% (TABELA 1).

Esse crescimento tem relação com as melhorias no sistema viário, no transporte público e aumento do poder aquisitivo das famílias, que passaram ter a possibilidade de possuir automóvel próprio. Essa maior conexão e mobilidade proporcionou a oportunidade de pessoas de fora da comunidade original fixarem residência no bairro, possibilitou também que os filhos dos moradores mais antigos estudassem e trabalhassem em outros bairros, sem a necessidade de abandonar o Ribeirão.

Ao longo dos anos, o mar deixou gradativamente de ser o limite e, ao mesmo tempo, o caminho, sendo substituído pela conexão viária. A Rodovia Baldicero Filomeno consolidou-se como a “espinha dorsal” do Distrito, compondo com maior força sua presença na paisagem e na vinculação entre as pessoas e as localidades vizinhas (FIGURA 52).



FOTO: ANA PAULA FREIRAS, 2008.

FIGURA 52 - Rodovia Baldicero Filomeno, que margeia o mar até o extremo sul da Ilha.

A partir da década de 90, a maricultura representou um novo impulso para o desenvolvimento, quando passou a se destacar como alternativa econômica para os moradores do Ribeirão da Ilha que, por

meio da organização de cooperativas e associações de maricultores, passaram a desenvolver o trabalho familiar⁵³.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. - EPAGRI, registra a existência de 54 fazendas de cultivo de moluscos no distrito, divididas em 110 lotes de produção de ostras e mexilhões (MACHADO, 2005; LAGA, 2007) (FIGURA 53).



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 53 - Maricultores do Ribeirão da Ilha.

O Ribeirão da Ilha está hoje entre os maiores produtores de moluscos bivalves do país, sendo responsável por 80% da produção de ostras de Florianópolis (LAGA, 2007)⁵⁴.

Os novos usos já materializados representam a nova etapa do capitalismo, que rapidamente ocupa o espaço da forma anterior, a dos pequenos agricultores e pescadores artesanais, e avança com a urbanização e o turismo gastronômico sobre Ribeirão da Ilha.

A implantação da maricultura acelerou e consolidou este processo, a administração pública e os empresários dos restaurantes e empreendimentos imobiliários canalizam seus recursos neste sentido e

⁵³ A Associação de Maricultores do Sul da Ilha - AMASI conta com 152 membros, que participam da cooperativa, a COOPERILHA (MACHADO, 2005). Criada em 2001, a Cooperilha funciona atualmente num prédio de 150 metros quadrados, construído pela Prefeitura de Florianópolis, em área cedida pelo município na Freguesia do Ribeirão, através de comodato por 20 anos. O projeto para implantação da unidade de processamento de moluscos foi elaborado em 2002, com apoio dos técnicos da UFSC e da EPAGRI.

⁵⁴ Outro centro produtor de destaque é o Parque Aquícola implantado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Santo Antonio de Lisboa, localizado na Baía Norte, em Florianópolis (LAGA, 2007).

os resultados esperados são a viabilização do turismo e a expansão urbana.

Assim, a maricultura tem gerado empregos diretos e indiretos, que passaram a se configurar como importantes alternativas econômicas e fonte de subsistência para as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, extrativistas de moluscos e maricultores familiares.

Além da possibilidade de subsistência, essa atividade contribuiu também para a “reaproximação” dos moradores com o mar e para a fixação da população no local (FIGURA 54 e FIGURA 55).

Esse aspecto é considerado bastante relevante para a análise em foco, a maricultura possibilitou a permanência das pessoas e com elas sua cultura.



FIGURA 54 - Trabalho familiar, com as lanternas de ostras.



FIGURA 55 - Reaproximação dos habitantes com o mar.

FOTOS: ANISIO BORGES, 2005

A paisagem do Ribeirão modificou-se com o trabalho, hoje é pontilhada pelas bóias que suspendem as lanternas submersas de cultivo de ostras e mariscos (FIGURA 56 e FIGURA 57)⁵⁵.

⁵⁵ As bóias são uma polêmica constante entre os moradores, muitos ponderam que essa interferência no mar é negativa, desqualifica o lugar. Já os maricultores consideram um atrativo. Há também um conflito em relação à ocupação privada de um espaço público.

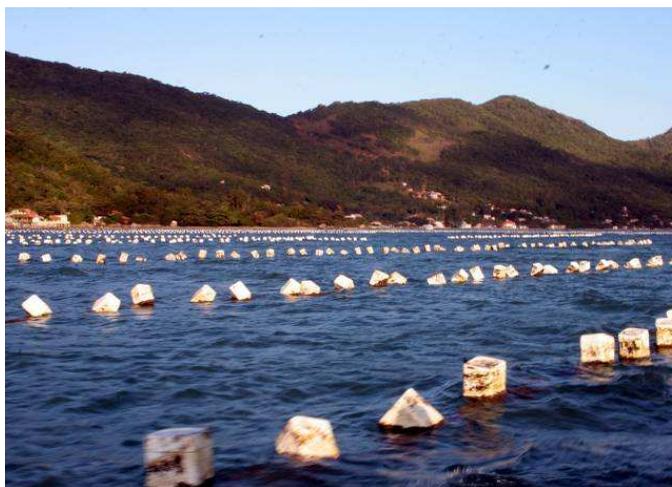


FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 56 - Bóias vistas a partir do mar, no Ribeirão da Ilha.



FOTO: ANISIO BORGES, 2005

FIGURA 57 - Fazendas marinhas na paisagem.

A nova paisagem conformada evidencia o processo de produção da vida, que pode ser reinventada, sem necessariamente aniquilar o existente, sem extinguir o “espírito do lugar”.

Como consequência do cultivo e comercialização de ostras e mariscos, intensificou-se a abertura de restaurantes, tornando o Ribeirão um destacado centro gastronômico especializado em frutos do mar. Essas atividades, associadas às belezas naturais e ao casario histórico preservado têm impulsionando o turismo local.

Antigas residências a beira-mar foram transformadas em restaurantes, alguns sofisticados. Os estabelecimentos instalam trapiches e prolongam o contato com o mar, criam fachadas coloridas, placas, atraindo cada vez mais clientela (FIGURA 58).



FOTO: FELIPE GHISI, 2009, www.panoramio.com

FIGURA 58 - Imagem de divulgação de restaurante no Ribeirão da Ilha.

A gastronomia e a maricultura têm dinamizado o turismo no Ribeirão, inserindo novos hábitos, novas atividades econômicas e atraindo cada vez mais pessoas para o lugar.

Com a atividade turística, as populações locais reinventam seu cotidiano e, nessa reinvenção, corre-se o risco de a lógica turística se sobrepor às tradições locais e à identidade dos lugares, pelo surgimento de novos valores, novas referências e novas expectativas.

Os espaços instrumentalizados pela lógica do capitalismo, com a função de multiplicar a produção e o consumo, em regra, convertem o espaço social e a cultura em mercadorias, modificam as paisagens e acabam por expulsar a memória.

Há, na atualidade, um maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital (HARVEY, 1992). Desse modo, muitos lugares passaram a forjar uma imagem distintiva e a investir numa atmosfera de tradição a partir da diversidade étnica e da cultura local, de forma a servir como atrativos tanto para investidores, como para consumidores com poder aquisitivo.

Assim, busca-se atrair o capital a partir da espetacularização da diversidade étnica e da cultura do lugar, promovendo uma estetização dos sítios históricos, com progressivo esvaziamento de suas populações originais, e a conseqüente elitização (gentrificação) dessas áreas. Desse modo, os lugares acabam por perder sua “alma”, e passam a possuir apenas uma “animação” para turistas.

Muitas vezes, a imagem histórica é cooptada pelo *marketing* turístico e passa a ser interiorizada na percepção dos próprios moradores, que reproduzem uma representação hegemônica do lugar, voltada para sua exposição, segundo a valorização do mercado.

Esse mercado pode eleger quais manifestações culturais devem ser revitalizadas, ou “retradicionizadas”, afastando-as de seu sentido e valor originais.

O distanciamento da experiência e da memória pode acabar por produzir um “Ribeirão embrulhado para presente”, retratado apenas num cenário de fachadas históricas, a dissimular o vazio das casas e dos seus habitantes.

Pode-se, assim, temer que a exploração turística, a exemplo do que ocorre nas demais localidades da Ilha de Santa Catarina, aconteça numa escala cada vez mais empresarial, aliada à continuidade do crescimento urbano, em consonância com as diretrizes das políticas públicas, que são direcionadas para o desenvolvimento econômico, sem muitas vezes considerar com sensibilidade as características culturais e ambientais dos lugares.

A partir da década de 90, com a atratividade promovida pelas novas atividades econômicas, constatou-se que o distrito do Ribeirão começou a vivenciar problemas com o crescimento desordenado, como ocupação de encostas e margens de rios, desqualificando o espaço urbano e representando riscos para a população de baixa renda e para o meio ambiente (FIGURA 59).



FOTO DA AUTORA, 2007.

FIGURA 59 - Ocupação no Alto Ribeirão, em área de preservação permanente.

A subdivisão das propriedades maiores em pequenos lotes para a venda, tem se tornado mais freqüente, originando as servidões (vias estreitas), abertas ao longo do comprimento do lote original, desencadeando o processo de ocupação das encostas dos morros, com crescente interiorização. Em muitos casos são ruas clandestinas e ocupações irregulares, muitas em áreas de risco de desmoronamentos (FIGURA 60).



FOTO: ANISIO BORGES, 2009

FIGURA 60 - Ocupação das encostas dos morros, Caiacangaçu.

A preservação da paisagem cultural e do “espírito do lugar” passa pela questão de controle da expansão urbana desenfreada, que ocorre tanto de forma irregular, como pelo crescente número de condomínios fechados, que estão aumentando sobremaneira no Ribeirão da Ilha.

Desse modo, a tão valorizada tranquilidade do Ribeirão, evidenciada na memória coletiva e na imagem do lugar, pode estar ameaçada.

A falta de afetividade pelos lugares e pelo que representam é um caminho reto para a pobreza cultural. As pessoas ficam desorientadas quando não conseguem mais entender a linguagem espacial que vivem no cotidiano e que lhes diz que, neste presente particular, há passados respeitáveis e futuros esperançosos. Ficam perigosamente desorientadas: perdem um dos mais importantes parâmetros morais (F. SANTOS, 1986, p. 61).

O crescimento do turismo no Ribeirão, alicerçado nas belezas naturais, na gastronomia e no patrimônio cultural, se não for acompanhado de uma consistente e bem direcionada política social, tende a comprometer a sustentabilidade ambiental, a incrementar a especulação imobiliária e a expulsão da população local.

Na década de 2000, um novo fator tem potencializado as transformações no Ribeirão, com o surgimento de diversos condomínios residenciais, voltados para média e alta renda, muitos planejados e alguns já implantados.

A inserção dos condomínios está promovendo uma descaracterização da morfologia e dos modos de vida locais, consiste também numa ameaça à sustentabilidade ambiental, pelo desmatamento crescente e falta de infra-estrutura urbana viária e de saneamento.

Os condomínios, a exemplo do turismo, apelam exatamente para aquilo que estão a ameaçar – a cultura, a paisagem, a memória, a História –, conforme se pode constatar nos textos publicitários, transcritos nos quadros a seguir.

QUADRO 1 - Publicidade do Loteamento Portal do Ribeirão.



Composto por 50 lotes (28 lotes vendidos até 15-07-2009), (sucesso de vendas) com 450.00 m² de área privativa (15 x 30), localizado no Ribeirão da Ilha (sul da ilha) região com cultura açoriana - distância do centro de Fpolis (20 km) tempo de percurso 25 minutos. Condomínio com toda a infra-estrutura, mini campo de futebol suíço, trilhas ecológicas, play ground infantil, totalmente cercado e arborizado. Guarita 24 horas.

O Ribeirão da Ilha é ideal para: passeios, lazer, gastronomia, visitas a patrimônios históricos, entre outros.

As várias e pequenas praias do distrito possuem águas muito calmas e areia grossa. Ribeirão da Ilha possui a paisagem ideal para um passeio familiar ou um belo encontro romântico.

O casario típico açoriano preservado é uma das mais fortes características do Ribeirão da Ilha, sendo um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos históricos da Ilha de Santa Catarina. As ruas estreitas e a vida tranqüila dos moradores dão um charme todo especial ao Ribeirão da Ilha.

Outra grande atração do Ribeirão da Ilha são os vários restaurantes de excelente qualidade que se encontra no local, muitos deles à beira do mar, o que proporciona um visual fantástico para os visitantes. Muitos dos restaurantes do local são conhecidos por estarem entre os melhores de Florianópolis, principalmente no preparo das ostras, já que Ribeirão da Ilha é o maior produtor de ostras do Brasil. Além disso, Ribeirão da Ilha possui um belíssimo pôr-do-sol, que encanta a todos os visitantes com seu espetáculo de cores.

Além dos loteamentos unifamiliareas, a própria Prefeitura Municipal de Florianópolis empreendeu, em parceria com a iniciativa privada, um condomínio fechado de habitação multifamiliar, o Recanto do Ribeirão, com 96 apartamentos de dois dormitórios, para faixa de renda entre seis e 10 salários mínimos, no Alto Ribeirão. Os apartamentos valorizaram rapidamente e incrementam o mercado imobiliário da cidade (QUADRO 2).

QUADRO 2 - Textos publicitários sobre o Recanto do Ribeirão.



PRÓX. PRAIAS DO SUL DA ILHA: Condomínio novo, moderno projeto arquitetônico e paisagístico, pórtico de entrada, bosque com árvores nativas, amplo salão de festas, playground, local tranquilo e de fácil acesso. Apartamento com 2 quartos arejados e ensolarados, vaga de estacionamento interno privativo.

Bairro: RIBEIRÃO DA ILHA
Valor de Venda: R\$ 130.000,00

Anuncio disponível em www.brogno.com.br Acesso em 20/06/10.

O Ribeirão da Ilha que ainda preserva muitas características de sua história é hoje uma das áreas mais disputadas da cidade, tornando-se um bairro nobre tanto para morar quanto para investir. O seu cantinho mais perto do sossego.

Anúncio disponível em www.quebarato.com.br. Acesso em 20/06/10.

No planejamento urbano, a questão da preservação cultural de comunidades tradicionais deveria ser tratada de forma mais criteriosa por parte do poder público.

As cidades carregam uma enorme quantidade de hábitos culturais e atividades econômicas, que nos processos de planejamento são julgados tão desprezíveis que nem são levados em conta. As consequências são destruições irreversíveis em muitos planos (F. SANTOS, 1986).

Não existem parâmetros que contemplem ou considerem o estrato social pré-existente para balizar autorizações e licenças de novos empreendimentos. Não há, atualmente, em Florianópolis análise prévia de impacto de vizinhança, conforme recomenda o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001), uma forma de garantir à população, ao menos, uma oportunidade de reflexão e participação.

Para F. Santos (1986) a renovação urbana só é aceitável se feita em ritmo paulatino. Se respeitar o “timing” da simbiose espaço/população/atividades compatíveis.

É interessante observar que a imagem que os moradores locais e os da cidade de Florianópolis têm do Ribeirão da Ilha é utilizada no *marketing* desses empreendimentos, apesar da contradição que representam.

QUADRO 3 - Texto publicitário do Jardim Ribeirão, enaltece a gastronomia e a cultura local.

PARA AQUELES QUE SE PREOCUPAM COM A SEGURANÇA E TRANQUILIDADE DE SUA FAMÍLIA, SEM DÚVIDAS O JARDIM RIBEIRÃO SERÁ UMA REFERÊNCIA EM MORADIA NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA.



Será um condomínio fechado com: trilhas ecológicas, guarita com segurança 24 horas, quadra de futebol, quiosques, estações de alongamento, playground, rede elétrica subterrânea para as casas e totalmente fechado.

RIBEIRÃO DA ILHA tem várias FAZENDAS MARINHAS, sendo Florianópolis o maior produtor de ostras do Brasil, maior produtor de mexilhões de cultivo das Américas, sendo que 95% dos moluscos do Brasil são produzidos aqui. RIBEIRÃO DA ILHA foi a 1ª comunidade europeia da Ilha de Santa Catarina, guardando o principal relicário dos traços da Colonização Açoriana do século XVII. Região altamente turística, com vistas maravilhosas (mar calmo, montanhas, etc.). Localiza-se a 30 km do Centro de Florianópolis, em estrada pavimentada. INVESTIMENTO COM RETORNO GARANTIDO.

AGENDE UMA VISITA PARA QUE POSSAMOS BUSCÁ-LO, LEVANDO-O PARA CONHECER UM ESPAÇO MARAVILHOSO E SAUDÁVEL, LIVRE DE QUALQUER POLUIÇÃO DAS CIDADES, CURTINDO A NATUREZA, ONDE O ÚNICO RUÍDO É O CANTAR DOS PÁSSAROS. VENHA TAMBÉM INVESTIR/MORAR EM FLORIANÓPOLIS - CAPITAL DA QUALIDADE DE VIDA-, ONDE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS (INCLUSIVE OS RESIDENTES NO EXTERIOR) TÊM INVESTIDO, TAMBÉM PELO ALTO ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS.

Anúncio disponível em www.imoveisfloripa.com . Acesso em 20/06/10.

Em "A Tempestade" de Shakespeare (1611), o personagem Próspero mantinha sobre seu controle a percepção dos demais, de modo que não viam a imagem desolada da ilha onde se encontravam. Em seu lugar, enxergavam uma bela paisagem, habitada por seres amigáveis. A filha de Próspero, Miranda, não contendo a emoção diante das ilusões orquestradas pelo pai, exclama: "Que admirável mundo novo!" Essa expressão celebrizou-se e passou a significar uma percepção equivocada ou, no mínimo, alterada sob a influência de outrem⁵⁶ (CAMPOS *et al*, 2002; SHAKSPEARE, 2007).

A imagem, ao ser manipulada e moldada, possui a capacidade de toldar a realidade. As propagandas imobiliárias de lançamento de condomínios residenciais no Ribeirão da Ilha enaltecem justamente aquilo que estão a destruir, ao "venderem" o lugar, sua natureza e sua história, transformados em mercadoria.

Assim, o lugar e sua identidade são, gradativamente, substituídos por sua imagem em anúncios. Com a proliferação de empreendimentos desse tipo, vai se apagando exatamente o apelo que os vende. Parece haver uma ilusão de que se trata de uma situação particularizada, exclusiva para alguns poucos consumidores (do lugar), como se fossem os únicos a usufruir de um "paraíso" de forma vantajosa, para onde são atraídos como espectadores.

É importante destacar que no âmbito das discussões comunitárias para o Plano Diretor Participativo, a questão da especulação imobiliária, e dos condomínios no caso do Ribeirão, foi destaque, a ponto de ser o mote de discórdia entre as representações comunitárias e Prefeitura.

A tentativa de frear o processo de crescimento, enquanto o planejamento do município estava sendo elaborado coletivamente, foi configurada numa proposta de "defeso" encaminhada pelos núcleos distritais ao poder público. A proposta das representações distritais estabelecia critérios mínimos para que o poder público liberasse construções de grande porte, até que o Plano Diretor estabelecesse as diretrizes de zoneamento urbano e os critérios de risco para a sustentabilidade ambiental.

Entretanto, a Prefeitura Municipal refutou a idéia, culminando com o encerramento do processo de discussão participativa, de forma autoritária. O núcleo distrital do Ribeirão, a exemplo de muitos outros, foi desativado arbitrariamente, no início de 2009.

Segundo Maricato (1996), quando a participação popular não interfere nos rumos preestabelecidos e nem explicita as contradições

⁵⁶ A ficção de Aldous Huxley, publicada em 1932, utilizou essa expressão como título.

entre cidadãos, administração pública e interesses dos grupos econômicos privados, torna-se inócua.

O episódio evidencia o atrelamento do poder público ao mercado imobiliário, que favorece a entrada do Ribeirão da Ilha na esteira de proliferação dos condomínios fechados, como tem acontecido com várias áreas do município.

As cidades modernas são vítimas, em graus diferentes, de uma lógica mercantil de apropriação espacial. Em Florianópolis, a ausência de frações do capital, que se diferenciem do setor imobiliário reforça, certamente, esta tendência de trato do espaço urbano como algo a ser explorado para fins unicamente especulativos direta, ou indiretamente, quer seja pelo parcelamento e comercialização dos terrenos, quer seja, pelo processo de privatização associado à exploração turística da paisagem natural (PIMENTA, 1998, p. 3).

Os espaços da cidade estão, cada vez mais, submetidos às estratégias imobiliárias, e com isso limitam as condições e as possibilidades de uso do espaço pelos habitantes. Cada vez mais os espaços urbanos estão sendo transformados em mercadorias e seus usos subordinados às regras do mercado.

Os condomínios fechados e os conjuntos habitacionais verticalizados excluem a mistura, especializam, isolam e tornam as variações difíceis. Inserem o Ribeirão na tendência de destruição do padrão tradicional de ruas e nas relações sociais baseadas na proximidade, uma característica cultural do lugar, conforme se verificou na força dos laços de vizinhança.

Limitam-se os espaços de lazer e contemplação da natureza. As pessoas estão cada vez mais restritas a lugares fragmentados, vigiados, normatizados e privatizados.

Foucault⁵⁷ (1984, *apud* PEPONIS, 1989) usou o termo heterotopia para descrever a lógica da sociedade atual, onde a dissociação espacial torna-se uma tendência comum. A disposição heterotópica é mais claramente visível nas tentativas de reproduzir a

⁵⁷ Foucault, em seus estudos nas décadas de 1960 e 70, sobre hospitais, asilos e prisões, identificou que as formas fechadas são utilizadas para segregar aqueles que se acredita necessitarem de “melhoramento moral”, ou “disciplina social”, sendo constantemente relacionadas a posturas autoritárias.

variedade característica de áreas urbanas dentro de espaços limitados dos projetos auto-contidos, como nos atuais condomínios fechados, com áreas de lazer e convívio social restrito. Heterotopias dizem respeito à contenção de diferenças.

O resultado é a substituição do espaço genuinamente público por espaços insulares, que fragmentam e segregam o tecido social urbano, onde não há fluxo natural de passagem que possa influenciar a diversificação.

Essa morfologia urbana de territórios delimitados e de enclausuramento dos condomínios fechados impede a integração, além de intensificar as desigualdades sociais. Os ambientes protegidos são projetados para excluir a população do entorno, formada predominantemente por estratos de renda mais baixa. Trata-se de uma estratégia pela qual se segregam diferentes categorias sociais e se estabelece a negação do lugar. Excluindo a mistura, especializam, isolam e tornam as variações difíceis.

A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver e dos padrões que coexistem na cidade (LEFEBVRE, 1991).

A experiência de ambientes urbanos refere-se ao encontro entre pessoas, na maioria das vezes desconhecidas, que podem ser identificadas como pertencentes a diferentes classes sociais, ou origem étnica, refere-se também à exploração do que não é costumeiro, e ao conhecimento de outros modos de vida, ainda que deles não se participe (PEPONIS, 1989).

Partindo do pressuposto que não se pretende associar preservação cultural como reforço de um localismo contido, a forma de inserção de pessoas novas em comunidades tradicionais, como a do Ribeirão da Ilha, deveria ser pautada em mecanismos de planejamento que potencializassem as vantagens da diversidade cultural, promovendo a oportunidade de interação e de trocas sociais.

Os planejadores urbanos deveriam observar cuidadosamente como é a vida onde querem intervir e entrar gradativamente no seu fluxo, levando em consideração os laços entre os espaços e as atividades econômicas e sociais que já suportam, antes de introduzir indiscriminadamente novos usos.

Uma das principais premissas seria manter a dinâmica das ruas. Evitar espaços monofuncionais, pois a mistura entre moradia, comércio, lazer mantém os espaços urbanos vivos e mais seguros (JACOBS, 1973; F. SANTOS, 1986). Desse modo, não permitir a instalação dos condomínios fechados e de conjuntos habitacionais, que segregam a

população, têm áreas de lazer privadas, eliminando os contatos, muitas vezes até os visuais, com seus distintivos muros altos.

No jogo inevitável de se lidar com familiaridade e diferenças, passa-se pela defesa de variedade cultural. No âmbito da preservação das características culturais do lugar, o desafio está em como novas formas de apropriação do espaço poderiam ser avaliadas por comparação, como diferentes idéias e proposições poderiam se comunicar.

Para tanto, seria essencial o envolvimento dos grupos que habitam o lugar nas estratégias de salvaguarda de sua memória, de sua vitalidade e de sua perenidade.

Entretanto, não é o que se assiste, atualmente, no Ribeirão. Experimenta-se a substituição gradativa de sua memória coletiva pela ocupação especulativa do solo promovida pelo setor imobiliário, gerando descaracterização na morfologia urbana, acompanhada do aumento no tráfego de veículos, crescimento da população, incentivo ao turismo predador e constantes danos ao meio ambiente.

É importante examinar estas transformações com um sentido de totalidade, por meio de seu encadeamento, das suas interações, das suas contradições, que lhe conferem uma essencial unidade.

Na análise, até então desenvolvida, constatou-se que, apesar das transformações sócio-espaciais pelas quais tem passado o Ribeirão da Ilha, são ainda significativos os marcos culturais presentes, que se manifestam de múltiplas maneiras e engendram sua identidade cultural. Verificou-se também o andamento, em ritmo acelerado, de uma série de mudanças promovidas pelo capital, que têm descaracterizado a paisagem e o lugar, colocando em risco esse patrimônio cultural.

Os impactos na paisagem são também interferências consideradas significativas e merecedoras de reflexão.

7 ANÁLISE DA PAISAGEM NOS ESTUDOS DE IMPACTO

Apesar da verdadeira explosão por que tem passado o conceito de patrimônio desde os anos 1960, o fato é que se continuou por muito tempo a lidar de forma frequentemente estanque com os patrimônios cultural e natural, demarcando-se as áreas e pouco se pensando em sua conexão (CASTRIOTA, 2009b, p. 12).

A significação e a autenticidade das paisagens culturais envolvem o meio ambiente natural e também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, especialmente o sentido de lugar. Desse modo, com relação aos impactos, no decorrer desse capítulo, será abordada a categoria de paisagem contemplando esse entendimento ampliado do termo.

A partir desta compreensão ampla, parece ser possível propor estratégias integradas de análise que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por contribuir para o complexo desafio da conservação urbana e natural. Entende-se que a análise de interferências, capazes de comprometer a integridade, a percepção e a vivência das paisagens culturais deveria ser objeto de uma avaliação criteriosa e estudos de impacto.

Leonardo Castriota considera que conservar as paisagens culturais é um dos desafios mais complexos com os que se depara a área do patrimônio hoje. “Se a sua conceituação já se mostra uma tarefa difícil, tal dificuldade se aprofunda quando se passa para a formulação de estratégias para o tratamento dessa categoria especial de patrimônio” (CASTRIOTA, 2009b, p.19).

Os impactos sobre a paisagem começaram recentemente a ser também objeto de atenção por parte dos órgãos licenciadores de empreendimentos, entretanto, existem poucos estudos sobre o tema e nenhuma metodologia associada a uma regulamentação específica.

Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, experiências nesta perspectiva, com estudos desenvolvidos para análise da interferência na paisagem, bem como serão propostos procedimentos metodológicos para avaliação de impactos sobre a paisagem, a título de contribuição para licenciamento de empreendimentos.

No processo de avaliação de impactos ambientais⁵⁸, ou de impactos de vizinhança, deve-se analisar, sistematicamente, as conseqüências da implantação de um projeto no meio ambiente, ou no meio urbano, por meio de estudos multidisciplinares, visando o licenciamento do projeto em questão.

Nos vários instrumentos legais que regulamentam os Estudos de Impacto Ambiental no Brasil⁵⁹, bem como nas diretrizes para Estudos de Impacto de Vizinhança, expressas no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), não se encontram métodos, nem dispositivos de avaliação para impactos na paisagem.

Entende-se que há necessidade de melhor articular as estratégias de intervenção no território, sendo preciso estabelecer regras de identificação e avaliação prévia de impactos potenciais à paisagem, da mesma forma que se procede em relação aos impactos ecológicos.

7.1 ESTUDOS DE INTERFERÊNCIA VISUAL NA PAISAGEM

Para realizar estudos sobre interferência na paisagem deve-se, como recurso analítico, realizar a desagregação de sua complexidade e ater-se aos seus aspectos visuais.

Esclarecendo que essa redução a um dos seus elementos deve ser restrita a uma etapa específica da análise, devendo-se buscar uma posterior avaliação integrada com os demais aspectos inerentes ao conceito de paisagem cultural, conforme anteriormente desenvolvido ao longo dessa pesquisa.

Entende-se que a paisagem cultural e o “espírito do lugar” conformam uma unidade, muitas vezes indissociável. Essa relação deve permear todo estudo realizado sobre o tema, em que pese haver etapas mais objetivas, como a apresentada a seguir.

O estudo de impacto compreende a descrição das ações do projeto e suas alternativas, nas etapas de planejamento, construção, operação e, no caso de projetos de curta duração, a desativação.

⁵⁸ Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais (Resolução nº 001, de 23.01.86, do CONAMA).

⁵⁹ Em grande parte contidos nas Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.

Sua metodologia preconiza o desenvolvimento de um diagnóstico da área de influência; a identificação, a medição e a valoração dos impactos; a comparação das alternativas e a previsão da situação ambiental futura, da área de influência, nos casos de adoção de cada uma das alternativas, inclusive no caso de o projeto não ser implantado.

Após a identificação dos possíveis impactos, seleciona-se a alternativa menos impactante e procede-se a recomendação de medidas preventivas, mitigadoras, ou compensatórias, bem como dos programas de monitoramento e de gestão ambiental.

Para a análise de interferências na paisagem, é importante, inicialmente, identificar o campo de visão.

7.1.1 Campo de Interferência na Paisagem

A percepção visual de uma paisagem depende da relação entre o observador e o cenário, a partir das condições de visibilidade, as quais podem ser afetadas pela distância, pelo posicionamento, pela topografia, pelas condições atmosféricas, pela iluminação, entre outros fatores.

As condições atmosféricas e meteorológicas modificam as principais propriedades visuais dos elementos na paisagem, podendo alterar o seu grau de visibilidade e a nitidez da observação.

Quando um observador se distancia de um objeto, os seus detalhes serão percebidos com menor nitidez. Os elementos visuais básicos modificam-se, as cores tornam-se mais pálidas tendendo aos tons mais azulados; as cores claras destacam-se mais do que as escuras; a força das linhas de contorno fica debilitada e a textura perde contraste, mas, por outro lado, a visão se torna panorâmica e ampla.

Considerando as condições atmosféricas, o limite da visão próxima para a visão média pode situar-se entre 200 e 500 metros, e o da visão distante entre 800 e 5.000 metros. A distância crítica a partir da qual se perdem os detalhes varia entre 10.000 e 13.000 metros, dependendo da cor do contraste e do tamanho dos objetos, bem como das condições atmosféricas (PIRES, 1993). Nos estudos de Abati (2010), esse limite crítico foi estabelecido em 8.000 metros.

As observações da paisagem podem ser modificadas também pelas variações de iluminação, pelo movimento do observador e pelo tempo de duração da observação, que determinará a profundidade e o detalhamento da visualização paisagística.

Para delimitar o campo visual de uma paisagem relevante, deve-se delimitar a área de estudo com base nos aspectos visuais considerados como definidores da paisagem. Para tanto, determina-se um elemento

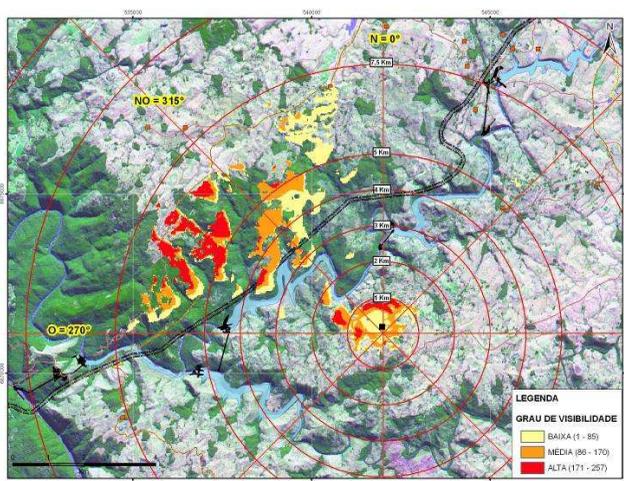
(ou conjunto de elementos) como representativo da área estudada e procede-se o mapeamento dos pontos de interesse.

A partir dos pontos de interesse deve-se delimitar a bacia visual (PIRES, 1993), ou a poligonal de visibilidade (ABATI, 2010), ou seja, a superfície de observação a partir da qual um ponto, ou o conjunto de pontos, de interesse é visível.

A propriedade da superfície de observação é conter um feixe de raios de visão que partem de um ponto de interesse, com a respectiva distância de visibilidade. A distância deve ser estabelecida de acordo com a visibilidade do ponto de interesse, a depender de sua altura e da topografia do sítio.

A representação gráfica simultânea das superfícies de observação de vários pontos (intervisibilidade) proporciona uma idéia muito clara das condições de visibilidade de uma área e pode determinar onde devem ser realizados os estudos de impacto sobre a paisagem.

No estudo desenvolvido por Abati (2010)⁶⁰, foram geradas poligonais de visibilidade a partir de técnicas de geoprocessamento em ambiente tridimensional, com raios de distância em relação ao ponto de interesse (centro) variando de 1 a 15 Km, conforme FIGURA 61.



FONTE: ABATI, 2010.

FIGURA 61 - Poligonal de visibilidade.

⁶⁰ Estudo de visibilidade: análise de intervenção na paisagem. Estudo de caso na Coxilha Rica, Lages - SC. Realizado para avaliar interferências de Linhas de Transmissão da ELETROSUL em fazendas históricas e corredores de taipa.

Os círculos foram divididos em oito setores de 45° cada, a partir do 0° posicionado no norte da quadricula UTM⁶¹.

Para confirmação da técnica e aperfeiçoamento da análise, foram realizadas fotografias e filmagens a partir do ponto de interesse, direcionadas a cada setor, perfazendo os 360°, conforme FIGURA 62.

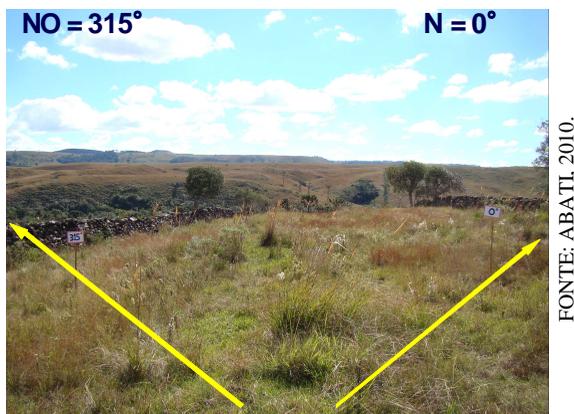


FIGURA 62 - Fotografias dos ângulos de observação.

A partir da comparação dos resultados foi possível proceder a definição do raio de abrangência das poligonais e o grau de visibilidade.

Os avanços no campo da computação gráfica e do sistema de informações geográficas (SIG) representam possibilidades significativas no desenvolvimento de novas ferramentas para antever impactos e orientar a implantação dos objetos na paisagem, como no caso da identificação das poligonais de visibilidade.

7.1.2 Estudo e Interferências na Paisagem do Ribeirão

Um estudo similar, com base fotográfica, foi desenvolvido no Ribeirão da Ilha, realizado com o intuito de antever os efeitos da passagem de uma Linha de Transmissão pela paisagem do centro histórico⁶².

⁶¹ Universal Transversal de Mercator - Projeção cartográfica da superfície da Terra.

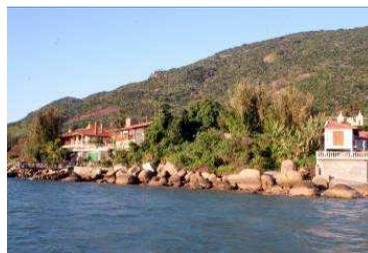
⁶² Estudo de Paisagem – ELETROSUL – DPM, 2007. Realizado pela autora e pelos estudantes de arquitetura: Anelise C. Macari, Fabiano Teixeira dos Santos e Vicente Naspolini.

Para tanto, foi realizada a simulação da instalação das torres nessa área, para avaliar a interferência visual das mesmas em relação às edificações históricas e à paisagem do entorno.

Foram, a princípio, estudadas duas alternativas de passagem da Linha de Transmissão, uma próxima à cota de 60 m e outra próxima à cota de 100m, para ambas foram realizadas as simulações apresentadas a seguir.

Para avaliar as áreas de maior visualização do núcleo histórico do Ribeirão, foram fotografados os percursos a partir do pedestre, do automóvel e do mar – por barco. Constatou-se que a maior apreensão da paisagem se dava a partir da observação do pedestre.

Vale ressaltar que no levantamento fotográfico realizado com pontos de observação a partir do mar, verificou-se que as construções mais recentes da orla bloqueiam em longo trecho a visualização da praça e da igreja, com raros ângulos de visualização parcial dos edifícios históricos (FIGURA 63).



FOTOS: ANÍSIO BORGES, 2005

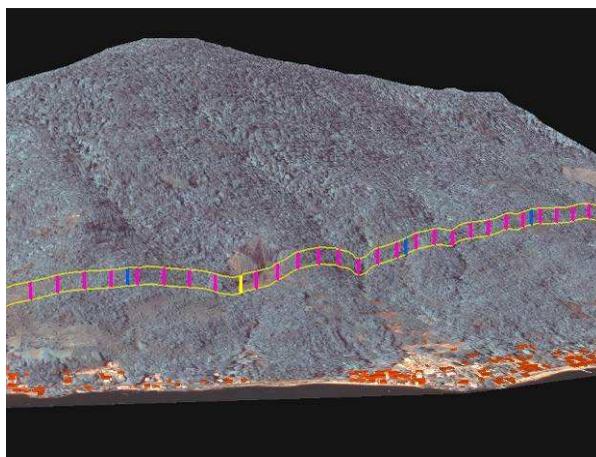
FIGURA 63 - Levantamento fotográfico a partir do mar, de onde se observa a obstrução visual das edificações históricas.

Foram, no passo seguinte, selecionados pontos de visão do observador em posições de maior apreensão da paisagem do núcleo

histórico e, a partir desses pontos, foram feitas as fotografias que serviram de base para as simulações.

Na seqüência, gerou-se um modelo computacional em 3D da torre, que possui 33 metros de altura, e da área abrangida pelo estudo, baseado em restituição aerofotogramétrica elaborada pelo IPUF, com sobreposição de uma imagem orbital de alta resolução (*Quickbird*).

A alternativa de traçado para a Linha de Transmissão foi inserida no modelo tridimensional da área de estudo, com as torres digitais locadas em pontos equidistantes, a cada 50 metros ao longo do percurso, para possibilitar a escolha dos melhores vãos entre torres, os quais têm em média entre 350 e 400 metros (FIGURA 64).



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 64 - Locação e posicionamento das torres, na cota 100, no perfil da encosta.

De posse do posicionamento das torres, definiram-se ângulos da maquete eletrônica que coincidisse o máximo possível com as fotografias panorâmicas da área de estudo. Possibilitando a geração de imagens das torres digitais inseridas nas fotos, em escala (FIGURA 65).



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 65 - Imagem das torres inseridas nas fotografias panorâmicas

Foram então realizadas medições para confirmar gráfica e matematicamente a escala das torres na perspectiva da paisagem (FIGURA 66 e FIGURA 67).

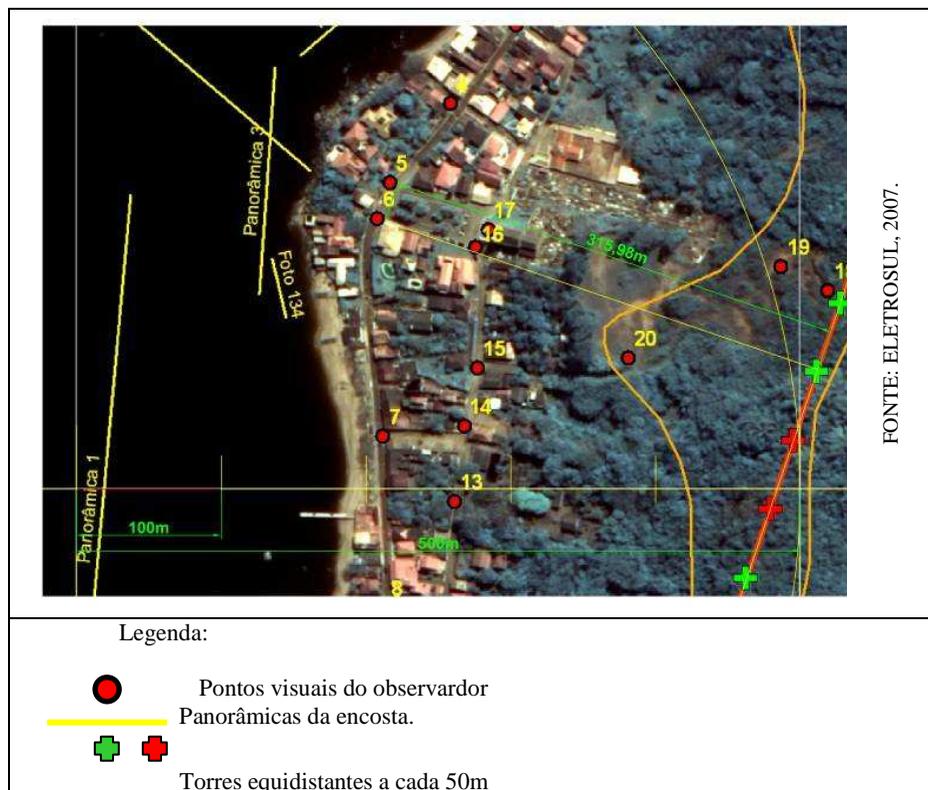


FIGURA 66 - Estudo de perspectiva.



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 67 - Estudos de escala.

Desta forma, foi possível visualizar o posicionamento das torres a cada 50 metros e definir as de menor interferência na paisagem e, a partir destas, estabelecer o conjunto de vãos nos quais as torres eram menos visíveis, segundo ângulo do observador.

Tomando a edificação da igreja como principal referência, observou-se que algumas torres, ficariam atrás da edificação (nos pontos de -8 a -20), a cada uma destas – as menos visíveis – foram relacionados os vãos entre torres, de aproximadamente 350 m, e também avaliadas as interferências visuais com o entorno e com os demais pontos focais (FIGURA 68).



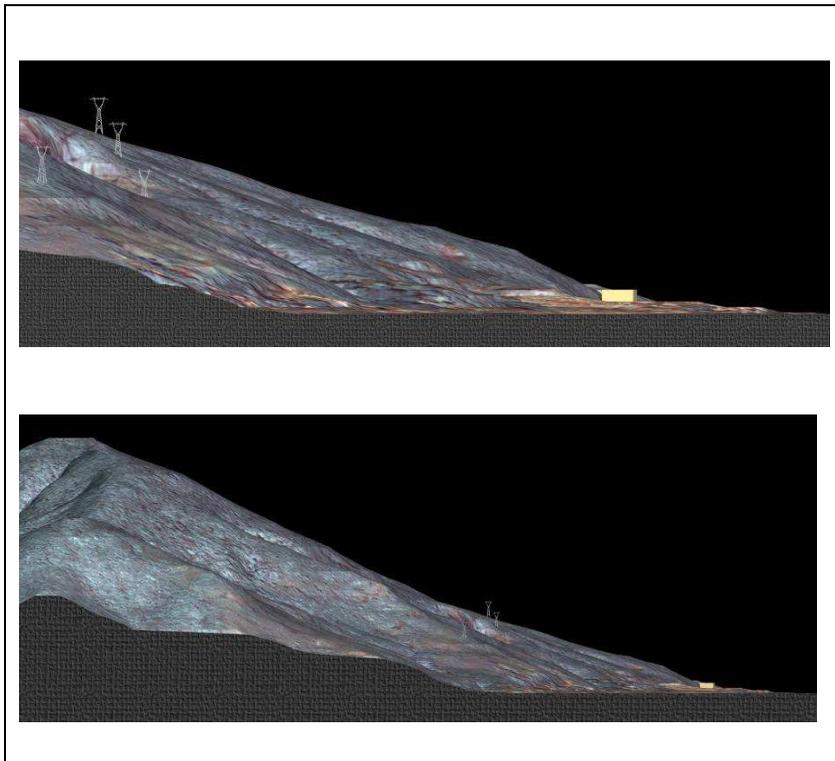
FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 68 - Posicionamento das torres em relação à edificação da igreja.

Após as simulações com os vãos, foram definidas as posições das torres que apresentaram menor interferência visual⁶³. O resultado foi inserido nas fotografias que serviram de referencial para o estudo.

Na FIGURA 69, ao se observar o perfil da encosta em relação à edificação da igreja (volume em destaque na cor amarela) tem-se uma noção da distância entre esta e a Linha de Transmissão, nos vãos selecionados.

⁶³ As torres de número +8, 0, -10 e -17 .



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 69 - Perfis da encosta do Morro do Ribeirão, volume da igreja e Linha na cota 100 m.

A partir do ângulo de observação das fotografias utilizadas como referência, foi representada a simulação da interferência das torres na paisagem em escala, conforme FIGURA 70, FIGURA 71 e FIGURA 72.

Observa-se que na escolha dos vãos, visando minimizar o impacto visual, foram considerados aqueles nos quais as torres ficassem atrás da igreja e que tivessem a encosta ao fundo, uma vez que em contraste com o céu sua visualização seria maior



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 70 - Posicionamento das torres a partir da praça.



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 71 - Posicionamento das torres a partir do edifício do Império.



FONTE: ELETROSUL, 2007.

FIGURA 72 - Posicionamento das torres a partir do adro da igreja, com vista para o cemitério.

Por meio dessa simulação de interferências na paisagem, verificou-se que mesmo com os cuidados na escolha de cotas, dos vãos entre torres e de posicionamentos das estruturas da Linha de Transmissão o impacto visual seria de grande magnitude na paisagem do centro histórico do Ribeirão da Ilha.

Desse modo, apesar de acarretar em significativo aumento de custos na implantação da Linha de Transmissão, a ELETROSUL acabou por projetar uma nova rota, contornando o cume do Morro do Ribeirão, de onde as torres não seriam visíveis dos pontos de observação estudados.

Além de evitar a visualização das torres a partir do centro histórico, houve também necessidade de verificar se o transporte do material para as obras causaria danos às vias e às edificações antigas. Para tanto, foi realizada uma comparação entre os caminhões que transportariam os componentes das torres e os ônibus urbanos que trafegam diariamente pela Freguesia do Ribeirão. Tal comparativo determinou o porte e a velocidade dos caminhões, de modo que o seu tráfego causasse o mínimo impacto (APÊNDICE D).

Após a simulação visual e as análises de tráfego de caminhões, houve também preocupação em evitar que a instalação da Linha de Transmissão servisse como indutora da ocupação das encostas do Morro do Ribeirão. Assim, a ELETROSUL, por determinação do IPUF, pode apenas fazer uso dos acessos já existentes para a montagem das torres. Nos casos de inexistência dos mesmos, os componentes tiveram que ser transportados via helicóptero, para evitar a abertura de novos acessos (FIGURA 73).



FIGURA 73 - Transporte dos componentes da Linha de Transmissão por helicóptero.

FOTOS: ANÍSIO BORGES,
2009

A obra foi implantada em 2009 (FIGURA 744) e não interfere na paisagem cultural do núcleo histórico da Freguesia do Ribeirão.

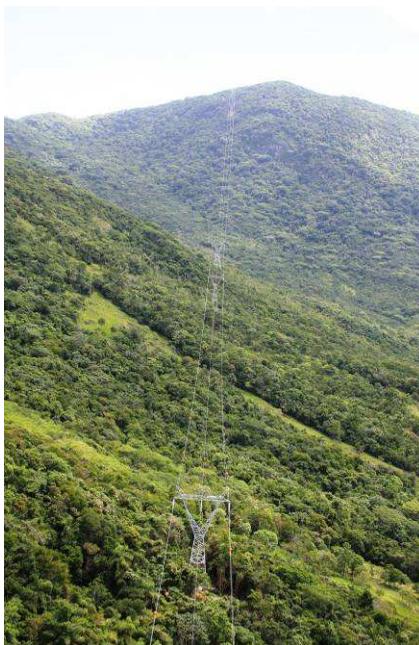


FOTO: ANÍSIO BORGES, 2009.

FIGURA 74 - Linha de Transmissão a leste (atrás) do topo do Morro do Ribeirão.

As análises e as simulações de interferências na paisagem, e o processo de construção e desenvolvimento dos estudos, aqui apresentados de forma breve, possibilitaram uma importante reflexão acerca das implicações em se trabalhar com a paisagem cultural.

A ausência de parâmetros técnicos faz com que as decisões de aprovação e licenciamento sejam, muitas vezes, baseadas no bom senso, ou na capacidade de negociação entre as partes, configurando uma plataforma bastante frágil, considerando que os resultados de projetos que impactam a paisagem são em grande medida irreversíveis.

Nesse sentido, procurou-se desenvolver um método de análise de impactos sobre a paisagem, que complemente os estudos de interferência, mais afetos ao aspecto visual. De modo que ambos sirvam como instrumentos de avaliação e análise prévios à implantação de empreendimentos em áreas de valor paisagístico significativo.

7.2 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DE IMPACTOS NA PAISAGEM

Apesar das mudanças em relação ao conceito de paisagem cultural, as discussões sobre a sua conservação não têm se pautado numa concepção de análise de impacto, ou sobre possíveis interferências visuais. Assim, há dificuldades para justificar claramente a sua proteção nos processos de licenciamento empreendimentos que representem possíveis impactos.

Pode-se perceber que o conceito de paisagem cultural é inovador e engloba discussões paralelas bastante relevantes como o tema do desenvolvimento sustentável. No entanto, tem-se percebido ainda a necessidade de desenvolver instrumentos legais de proteção efetiva das paisagens culturais, assim como novas abordagens para uma gestão mais integrada e que responda aos novos desafios propostos por este conceito (ARAÚJO, 2009, p. 44).

Não há, no âmbito dos estudos de impacto ambiental, nenhum instrumento que pondere, de forma mais objetiva, a avaliação dos efeitos das interferências de novos objetos na paisagem. Considerou-se, assim, oportuno propor, de forma complementar, um roteiro metodológico de análise de impactos visuais na paisagem, por meio de um critério de avaliação e pontuação. Procurou-se, dessa forma, contribuir para introdução dessa prática nos procedimentos de licenciamentos tanto ambientais, como os relativos a estudos de impacto de vizinhança, de cunho mais urbano.

Observa-se que dadas as características específicas de cada lugar, alguns elementos podem descaracterizar de maneira indelével as paisagens culturais, como as torres de linhas de transmissão, apresentadas anteriormente, edificações, *out doors*, antenas de telefonia celular, que podem gerar impactos significativos (FIGURA 75).



FOTO: ANÍSIO BORGES, 2005.

FIGURA 75 - Antena de telefonia celular, no Ribeirão da Ilha.

Para a análise de impactos na paisagem pressupõe-se que haja riscos de que empreendimentos diversos possam ser implantados em áreas com valor paisagístico expressivo, sem que se levem em consideração seus aspectos culturais e ambientais relevantes.

Com o objetivo de desenvolver um procedimento técnico para análise de paisagens, propõe-se a presente metodologia, de modo a instrumentalizar as instituições responsáveis pelo licenciamento de empreendimentos, os profissionais envolvidos com seus projetos, bem como a sociedade, que participa de audiências públicas de aprovação dos mesmos.

Desse modo, os elementos de análise ora propostos, são passíveis de adaptação a várias circunstâncias.

Destaca-se que se considera pertinente proceder a análise dos aspectos paisagísticos de forma independente dos impactos ecológicos, primeiramente por serem de natureza distinta, e também pelo fato desses já serem, no Brasil, amplamente contemplados pela legislação e pela experiência dos órgãos ambientais.

O licenciamento ambiental possui regulamentação e metodologia definida pelo CONAMA para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo Ambiental Simplificado (EAS) a depender do porte do empreendimento, além das leis estaduais e municipais. Da mesma forma, não estão considerados os impactos relativos ao

patrimônio arqueológico, pois o IPHAN possui diretrizes específicas de licenciamento.⁶⁴

Os empreendimentos com potencial impacto paisagístico devem ser criteriosamente avaliados, antes que sejam aprovados e implantados. Mais do que apenas desfigurar um belo cenário, a extensão de seus potenciais impactos pode desintegrar elementos sociais de identidade cultural constituída ao longo do tempo, pode interferir nas referências simbólicas de comunidades e povos, pode ainda afetar atividades econômicas do local, como a atratividade turística, entre outros aspectos.

Nesse sentido, considerando os diversos elementos que possam estar envolvidos na área de estudo, foram propostas três etapas para a avaliação:

- critérios de análise;
- indicadores de impacto;
- elementos de avaliação.

Como primeiro critério de análise estabeleceu-se que a área de intervenção seja caracterizada como de “relevante interesse paisagístico”, pelos órgãos públicos, ou pelas comunidades envolvidas.

Os empreendedores interessados em intervir em uma *área de relevante interesse paisagístico* devem, no processo de licenciamento, elaborar um diagnóstico socioambiental da área e apresentar, no mínimo, duas alternativas para implantação do empreendimento, as quais devem ser comparadas quanto aos seus possíveis impactos negativos.

Os indicadores de impacto são associados a um conjunto de elementos de avaliação, que indicam os prováveis processos impactantes capazes de comprometer aspectos significativos associados à paisagem.

Após a avaliação e comparação entre as alternativas de projeto deve-se selecionar a alternativa menos impactante e estudar medidas de prevenção, mitigação ou compensação dos impactos previstos.

Para que seja possível analisar os indicadores de impacto e atribuir valores aos elementos de avaliação, faz-se necessário empreender a caracterização do sítio no diagnóstico socioambiental da área de estudo, no qual devem ser caracterizados os seguintes aspectos:

⁶⁴ Portaria IPHAN 230/2002 (17/12/2002) - estabelece procedimentos para compatibilizar os estudos arqueológicos com as licenças ambientais de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

- aspectos cênicos;
- aspectos sociais;
- aspectos econômicos.

A partir da caracterização dos aspectos cênicos, sociais e econômicos da área de relevante interesse paisagístico, devem ser atribuídos valores aos elementos de avaliação associados aos indicadores de impacto.

No âmbito dessa metodologia, foram propostos indicadores de impacto e elementos de avaliação, aos quais foi associado um índice. Os índices de impacto foram atribuídos utilizando-se uma escala contínua, que pode variar de *zero* a *um*, onde *zero* indica a ausência de impacto, enquanto o valor *um* representa o impacto máximo do indicador avaliado.

Desse modo, quando há pouca interferência, ou baixo impacto, o valor do índice varia até 0,3; quando o impacto pode significar alteração do aspecto em análise, o valor varia de 0,4 a 0,7 e se o impacto puder causar comprometimento do aspecto analisado o valor varia de 0,8 a 1, conforme TABELA 2.

TABELA 2 - Índices de impacto.

ÍNDICES DE IMPACTO	VALORES DE IMPACTO
Ausência de impacto	0
Baixo impacto	0,1 a 0,3
Médio impacto	0,4 a 0,7
Alto impacto	0,8 a 1

A avaliação dos impactos gerados deve ser analisada para cada alternativa de implantação do empreendimento e a partir dos resultados, pode-se selecionar a alternativa menos impactante, bem como estudar as medidas mitigadoras para os impactos identificados, ou ainda proceder alterações no projeto.

7.2.1 Aspectos Cênicos

As áreas naturais de relevante beleza cênica, compostas por vegetação, lagos, cachoeiras, grutas, vales, praias, etc., são notadamente locais de contemplação, de lazer e de visitação.

Assim como as áreas urbanas, ou rurais, consagradas, que interagem com a identidade e subjetividade dos cidadãos e comunidades, ou os monumentos, lugares e edifícios históricos, que detém a memória de um povo.

Da mesma forma, os elementos ligados à religiosidade, às crenças, às festividades e aos encontros sociais, são locais capazes de abrigar um grande valor sociocultural.

A interferência sobre esses ambientes, ou elementos, pode afetar de forma significativa os processos de identidade, cultura, memória, história e representação simbólica da sociedade.

Os indicadores de impacto e elementos de avaliação para os aspectos cênicos são apresentados no QUADRO 4 .

QUADRO 4 - Indicadores de impacto para aspectos cênicos.

INDICADOR DE IMPACTO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Alteração na configuração da paisagem • Descaracterização da paisagem • Destruição de elementos significativos que conformam a paisagem 	Interferência com edificações históricas ou monumentos
	Interferência em vista panorâmica privilegiada
	Interferência em elementos ou lugares histórica ou culturalmente valorizados
	Interferência na paisagem natural ou em recursos naturais relevantes
	Interferência em paisagem urbana consagrada
	Interferência em paisagem rural valorizada

Para valoração do aspecto cênico propõem-se considerar a interferência sobre os elementos paisagísticos da área de estudo de cada uma das alternativas de implantação do empreendimento, conforme TABELA 3.

TABELA 3 - Valores de impacto para aspectos cênicos.

INTERPOSIÇÃO COM ELEMENTO PAISAGÍSTICO	VALORES DE IMPACTO
Bloqueio parcial dos ângulos de visualização	0,3
Obstrução visual da paisagem	0,5
Inserção direta no cenário paisagístico	0,7
Mutilação ou destruição do elemento paisagístico	1

7.2.2 Aspectos Sociais

Com o propósito de avaliar alterações nos aspectos relativos à vida da população residente, ou de pessoas que possuam relações com a área de abrangência do empreendimento, considerou-se a interferência na paisagem a partir de seus prováveis efeitos na rotina e no padrão de vida da população, como indicadores de impactos.

Os indicadores de impacto e elementos de avaliação para os aspectos sociais são apresentados no QUADRO 5 .

QUADRO 5 - Indicadores de impacto para aspectos sociais.

INDICADOR DE IMPACTO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento da cultura local • Alteração nos sistemas de reprodução social • Interferência com a espiritualidade, crenças e rituais de grupos sociais 	Perda da referência histórica
	Comprometimento da identidade social
	Interferência nos valores e bens culturais
	Interferência com lugares ou monumentos relativos à religiosidade
	Perda de patrimônio histórico, ou de áreas legalmente protegidas
	Interferências em locais que representem lazer e turismo
	Interferência na inter-relação da população com o meio ambiente natural

Para valoração do aspecto social é importante considerar as formas de organização das comunidades, o ambiente e as condições do local onde vivem, bem como os vínculos afetivos e simbólicos estabelecidos com o lugar.

Assim, dependendo do grau de interferência de cada uma das alternativas de implantação de um empreendimento com a paisagem, pode haver maior ou menor impacto.

As interferências em bens e referências culturais, ou em locais de relevante valor paisagístico podem afetar a identidade sócio-espacial de uma população. Muitas vezes representada por lugares ou monumentos relativos aos pioneiros, ou à religiosidade.

Deve-se estabelecer uma área de entorno da área de preservação cultural, que represente uma zona de transição. A dimensão desta faixa de entorno deve ser estabelecida em função das características de cada área. Sua delimitação pode ser proposta e justificada no diagnóstico e aprovada pelo órgão licenciador.

Para avaliação deste indicador foram consideradas as situações apresentadas na TABELA 4.

TABELA 4 - Valores de impacto para aspectos sociais.

PROXIMIDADE COM ÁREA DE PATRIMÔNIO NATURAL, HISTÓRICO OU CULTURAL	VALORES DE IMPACTO
Implantação fora da faixa de entorno	0,3
Implantação na faixa de entorno	0,7
Implantação na área de preservação cultural	1

7.2.3 Aspectos Econômicos

Para avaliar alterações que a implantação de empreendimentos possa desencadear em atividades econômicas vinculadas a locais de paisagem relevante, considerou-se como indicadores de impactos o comprometimento das atividades econômicas e das estratégias de sobrevivência muitas vezes, nesses casos, vinculadas ao turismo, ao lazer e à religiosidade.

Os indicadores de impacto e elementos de avaliação para os aspectos econômicos são apresentados no QUADRO 6, a seguir.

QUADRO 6 - Indicadores de impacto para aspectos econômicos.

INDICADOR DE IMPACTO	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Interferência com atividades econômicas • Comprometimento das estratégias de sobrevivência 	Atividades econômicas afetadas pelo empreendimento
	Perda de produção
	Perda de renda
	Perda de clientela
	Alterações no mercado de trabalho
	Modificação na oferta e demanda de bens, produtos e serviços
	Interferência nas finanças municipais/regionais

Para valoração do aspecto econômico deve-se considerar em que medida a implantação do empreendimento acarretará em alterações nas atividades econômicas existentes no local e qual seu raio de influência.

Se houver probabilidade de perda de produção, renda, ou empregos, o impacto pode alcançar escala mais abrangente do que a local, devido às inter-relações inerentes a esse aspecto e com repercussões de caráter social que podem ser significativas.

O indicador de interferência na economia pode ser expresso pelas situações apresentadas na TABELA 5, a seguir:

TABELA 5 - Valores de impacto para aspectos econômicos.

INTERFERÊNCIA COM ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALORES DE IMPACTO
Remanejamento de atividade econômica	0,3
Diminuição de clientela	0,5
Diminuição de postos de trabalho	0,5
Desestruturação de atividade econômica	0,7
Extinção de atividade econômica	1
Comprometimento de estratégias de sobrevivência de grupos sociais	1

7.2.4 Índice De Impacto

Como resultado, após a avaliação de cada aspecto, realiza-se a somatória e atribui-se um índice de impacto na paisagem, para cada alternativa estudada, conforme TABELA 6.

TABELA 6 - Atribuição de índice de impacto na paisagem.

ASPECTOS	VALORES DE IMPACTO
Aspectos cênicos	
Aspectos sociais	
Aspectos econômicos	
Σ ÍNDICE DE IMPACTO	

A alternativa com menor índice de impacto deverá ser selecionada como a mais viável.

A presente proposta metodológica objetiva, portanto, fornecer parâmetros preliminares de análise, de modo que se expressem algumas das interferências que as paisagens possam sofrer.

A partir da análise dos aspectos propostos – cênicos, sociais e econômicos –, caso a inferência revele-se significativa, pode ser estabelecida uma apreciação mais aprofundada, ou seja, a metodologia apresentada consiste num instrumento preliminar, que não limita, nem encerra a questão. Acredita-se que os resultados da análise possam servir de balizadores para os órgãos licenciadores e a sociedade.

Desse modo, a pontuação obtida deve expor de forma mais objetiva em que medida a alteração afetaria a qualidade da paisagem estudada. A apresentação dos resultados deve traduzir os parâmetros analisados e expressar em que grau estaria comprometida a excelência das características da paisagem.

A depender do nível de impacto deve prevalecer o mérito da paisagem analisada e medidas devem ser adotadas para que sua essência, sua estrutura atual se preserve e não seja alterada ou destruída.

Retomando a ressalva manifesta no início desse capítulo, é imperioso considerar a paisagem e o lugar em sua complexidade e, nesses termos, refletir sobre sua preservação.

8 CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO CULTURAL

A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado.

UNESCO, 1985 (IPHAN, 2010).

Preservar significa a manutenção de um bem cultural em seu estado original, limitando a mudança. É importante demarcar também o alcance do termo conservação, que aponta para uma dimensão mais abrangente que a expressa pela idéia de preservação.

A idéia de conservação considera a inevitabilidade da mudança, com enfoque nas características que apresentem uma maior significação cultural. Conservação é o termo, muitas vezes, mais adequado ao âmbito do patrimônio urbano, dada sua natureza dinâmica (CASTRIOTA, 2009a).

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.

Carta de Burra, 1980 (CASTRIOTA, 2009a).

De forma semelhante, Michael Cozen (2009) aconselha o uso de gestão da paisagem, em seu estudo sobre as paisagens urbanas históricas na Grã-Bretanha.

Ao invés de falar somente de “preservação”, seria melhor usar o termo “gestão da paisagem” por sugerir menor restrição à preservação física dos elementos isolados e particulares da paisagem. Para evitar equívocos, paisagem é utilizada aqui no sentido completo do geógrafo, o que deveria ser também utilizado pelo urbanista (COZEN, 2009, p. 52).

No Ribeirão da Ilha, constata-se que muitos vestígios culturais já desapareceram, e que os remanescentes encontram-se em grande medida também ameaçados. É, portanto, bastante oportuna uma reflexão sobre as formas de preservação, de conservação e de gestão desses bens.

A ação do capital imobiliário e sua pressão sobre a legislação urbana já se fizeram sentir em várias áreas do município de Florianópolis, promovendo profundas alterações em seu contexto sócio-espacial, com mudança da paisagem, causando o apagamento dos traços culturais e a expulsão das populações tradicionais.⁶⁵

Preservar pode significar uma resistência ao processo de expropriação que as forças econômicas efetuam, sistematicamente, sobre os espaços da cidade (PIMENTA, 1998, p.3).

Considera-se, portanto, importante salvaguardar o patrimônio cultural do Ribeirão da Ilha, por entender que sua preservação possa evocar o passado de forma reflexiva, como recuperação de uma identidade social presente e viva e alavancar novas formas de articulação social.

O Ribeirão é o lugar que melhor conservou as características singulares da sociedade local. A força de seus nexos e símbolos extrapola o limite territorial do distrito. Contém, ainda, a possibilidade de proporcionar à cidade de Florianópolis – como um todo –, um retorno às suas origens, evocando os mitos fundadores, promovendo a representação de toda a comunidade urbana, reforçando o processo de constituição de sua identidade cultural.

Os moradores do Ribeirão da Ilha têm sido, por mais de duzentos anos, os guardiães desse patrimônio. Entende-se que o desenvolvimento da cidade deva ser concebido dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los.

8.1 ENFRENTANDO TENDÊNCIAS

Na primeira década do século XXI, frente ao processo de transformações socioeconômicas em escala mundial, constata-se que, em vários níveis, a intensificação das trocas comerciais, a pressão para o rompimento de fronteiras entre nações, a ampliação das possibilidades de mobilidade e interação, acompanhadas pelo crescente

⁶⁵ Os balneários de Jurerê, Ingleses e Praia Brava são alguns exemplos marcantes desse processo.

desenvolvimento das tecnologias de comunicação, parece estar contribuindo para a configuração de uma nebulosa humanidade transcultural, onde se misturam – e se consomem – diferentes costumes, vestimentas, sons, saberes e sabores.

O mundo globalizado é caracterizado cada vez mais pelos amplos contatos interculturais e pelas migrações transnacionais (ICOMOS, 2008).

Resultados da globalização, o ápice do processo de internacionalização (socialização) do capitalismo. Nas interações entre os povos revela seu efeito homogeneizador, que assegura a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes (HARVEY, 1992; SANTOS, 2000).

No Manifesto Comunista, em 1848, Marx descreveu com impressionante atualidade esse processo:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo [...] Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações (MARX, 1999a p.70).

Berman (1986) atribui esta visão atual ao fato de que Marx sentiu a modernidade como um todo, num momento em que apenas uma parte do mundo era verdadeiramente moderna.

Para grande parte da humanidade, o processo de globalização passou a influenciar, direta ou indiretamente, “todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade” (SANTOS, 2000, p.142).

A influência da cultura de massa buscou homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular, indiferente às heranças e às realidades dos lugares. Nesse contexto, a cultura dos povos e os lugares passam também a integrar o mundo da mercadoria, podendo, dessa forma, serem produzidos e consumidos.

De tal modo que, quando a UNESCO debate diversidade cultural⁶⁶, mesmo com a intenção de proteger a fragilidade de alguns povos nessa dinâmica, o enfoque é o mercado e o vocabulário é o econômico competitivo.

Frente aos desequilíbrios que se produzem atualmente nos fluxos e intercâmbios de bens culturais em escala mundial, é necessário reforçar a cooperação e a solidariedade internacional destinada a permitir que todos os países, em particular os países em desenvolvimento e os países em transição, estabeleçam indústrias culturais viáveis e competitivas nos planos nacional e internacional.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

Usa-se, de forma prosaica, o termo “indústria cultural” como se a cultura estivesse afeta ao setor secundário da economia. Entretanto, para essa classificação ser pertinente seria necessária uma matéria-prima a ser transformada em mercadoria. Seriam os povos e seus valores culturais essa mercadoria?

Com o enquadramento da cultura nesses termos, a partir dessa formulação, abre-se espaço para o empobrecimento dos valores de referência cultural. Desse modo, os lugares e as paisagens têm sido “vendidos”, especialmente relacionados à atividade turística, com importância crescente no desenvolvimento econômico atual, mas também como atrativos do mercado imobiliário, como observado no caso do Ribeirão.

Faz-se necessário encontrar caminhos para a conservação do patrimônio cultural, a exemplo do existente no Ribeirão da Ilha, sem reduzi-lo ao mundo da mercadoria.

A sociedade urbana tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria. Para Lefebvre (1991), o urbano, lugar do encontro, baseia-

⁶⁶ 31ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, em 2001 (IPHAN, 2009).

se no valor de uso. O valor de uso relaciona a cidade e a vida urbana, o tempo urbano, cujo uso principal é das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos (é a Festa). O urbano comporta também um aporte da vida, uma parcela de emoção e constitui um abrigo.

Já o mundo da mercadoria tem sua própria lógica, a do dinheiro e do valor de troca, a qual não se identifica com a lógica urbana. A troca reduz a simultaneidade e o lugar do encontro, próprios da cidade, ao lugar onde se conclui um contrato, restringe-se ao mercado.

O valor de troca refere-se aos espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. É um outro mundo, o conflito é inevitável (LEFEBVRE, 1991).

Em relação à conservação do patrimônio histórico, há necessidade que o urbano persista, pois a cidade histórica (morta) “não é nada mais que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco” (LEFEBVRE, 1991, p.104).

Há cidades que deixaram de se transformar através dos diálogos, nem sempre mansos, entre espaço e tempo. A rigor, não deveriam mais ser chamadas de cidades, transmutaram-se em museus, cemitérios, cenários de turismo (F. SANTOS, 1986).

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita, ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana (LEFEBVRE, 1991, p 117).

Entende-se que a vida urbana para Lefebvre contém o que anteriormente foi identificado como o *espírito* do lugar, e o que confere à paisagem a designação de *cultural*.

Desse modo, é preciso ampliar as possibilidades de eleição de formas de expressão cultural, que não visem apenas o crescimento econômico, mas também como um meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

A lógica do mercado é diferente da lógica da vida. O apagamento das culturas tem sido experimentado no processo de acumulação capitalista. Persistir nessa lógica, nessa trajetória, é estar fadado aos artifícios de reprodução do capital.

Em outras palavras, tentar salvar a cultura por meio, e como refém, da geração de receita é incorrer na contradição. Turismo, promoção de imóveis, venda de produtos (mesmo artesanais), hotelaria, gastronomia, pertencem à esfera do mercado, têm os objetivos do mercado – consumo, competitividade, lucro. Não podem, portanto, conduzir a cultura ao seu patamar. Cultura confere sentido à vida, – a distância é imensa.

Entretanto, essa relação, muitas vezes, acaba por parecer “natural”, de tal modo que nas reuniões comunitárias do Ribeirão da Ilha, as discussões sobre preservação cultural foram, na maioria das abordagens, apresentadas a reboque do turismo. A cultura (e também a natureza) foi seguidamente convertida em *atração* turística⁶⁷.

As leis de mercado criam o mundo a sua imagem e semelhança, fazem parecer que para solucionar os problemas de preservação cultural basta agregar custo e preço à cultura, numa postura simplista e utilitarista dos lugares.

Desse modo, evita-se também a possibilidade de questionamento quanto ao modelo de desenvolvimento econômico vigente fruto da globalização, que tudo abarca, conforma comportamentos, fazendo-nos crer na sua inevitabilidade, conforme elucida Milton Santos.

É muito difundida a idéia segundo a qual o processo e a forma atuais da globalização seriam irreversíveis. Isso também tem a ver com a força com a qual o fenômeno se revela e se instala em todos os lugares e em todas as esferas da vida, levando a pensar que não há alternativas para o presente estado das coisas. (SANTOS, 2000, p. 160)

Entretanto, a cidade-mercado do capitalismo está longe de existir como um absoluto. Além da produtividade de mercado e da disciplina, continua abrigo de muitas outras vocações. “Técnicos, especialistas e o *status quo*, de um modo geral, costumam classificar essa persistência como anacrônica e desviante. São desordens frente à ordem” (F. SANTOS, 1986, p. 4).

É possível negar a camisa de força do mercado e considerar a cultura como um potencial, como o “outro” da racionalidade econômica, que pode encontrar caminhos próprios e constituir-se no porvir. Considerar a humanidade como foco é uma alternativa nesse sentido.

[...] Daí o repúdio às idéias e às práticas políticas que fundamentam o processo socioeconômico atual e a demanda, cada vez mais pressurosa, de

⁶⁷ Considera-se o turismo uma importante atividade econômica, que muitas vezes é vinculada a aspectos culturais. Entretanto, não consiste objetivo desse estudo discorrer sobre esse tema, mas sim relativizar sua importância a partir da ótica dos valores culturais, onde se constata uma inversão de importância.

novas soluções. Estas não mais seriam centradas no dinheiro, como na atual fase da globalização, para encontrar no próprio homem a base e o motor da construção de um novo mundo (SANTOS, 2000, p. 118).

Se o patrimônio cultural existente no Ribeirão da Ilha fosse potencializado por diretrizes de políticas públicas centradas no homem seria, talvez, possível alicerçar um novo espaço social e uma economia mais solidária. Capazes de permitir a satisfação das necessidades materiais e simbólicas da população.

Em locais como o Ribeirão, há um maior dinamismo intrínseco, maior movimento espontâneo, mais encontros gratuitos, maior complexidade, mais combinações, mais riqueza. “A riqueza e o movimento dos homens lentos” (SANTOS, 2000, p. 147).

Condição capaz de ensejar novas formas de produção da vida, diferentes da opção de serem empregados de restaurantes, hotéis, condomínios e residências de luxo, via “desenvolvimento” trazido pelo turismo, que utiliza do lugar como um recurso.

A cultura do Ribeirão, por ser baseada no cotidiano, no trabalho, nas crenças, tem condições de confrontar o impacto desse mercado. Sua tradição de vizinhança valoriza a experiência da convivência e da solidariedade, dessa condição endógena seria possível fundar as bases de uma economia não destrutiva. “A existência é produtora de sua própria pedagogia” (SANTOS, 2000, p. 116).

Os caminhos para a conservação do Ribeirão passam pela continuidade e vitalidade dos sistemas tradicionais de cultura e de produção, que criaram, ao longo do tempo, um sentido único de lugar.

Assim, o interesse social deveria suplantar a atual precedência do interesse econômico e direcionar o foco das políticas públicas e do planejamento territorial na cidade.

Para preservar e reconstruir a memória urbana deve-se coibir a ocupação especulativa do solo e promover a preservação da paisagem que representa a identidade do lugar, num processo cuja lógica do mercado seja secundada pelo real valor de uso.

“O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade” (SANTOS, 1994, p.126). Para tanto, a princípio, seria preciso que a vontade fosse contrária às tendências (do mercado).

8.2 PATRIMÔNIO VIVO

Faz-se urgente manter as comunidades vivas. Para tanto, considera-se essencial o envolvimento dos grupos que habitam o lugar nas estratégias de salvaguarda de sua memória, de sua vitalidade e de sua perenidade.

Dessa maneira, o conteúdo social, em face às mudanças advindas do desenvolvimento, do progresso tecnológico e da convivência com o novo, poderia ser coletivamente criado, reconhecido, comparado, questionado, assimilado.

Para que isso ocorra, primeiramente, por parte do poder público e dos planejadores urbanos, significa a necessidade de um constante contato com moradores e usuários, esclarecendo-os, levando-os a descobrir e cultivar os valores do lugar, permitindo que participem das decisões sobre seu futuro (F. SANTOS, 1986).

Os próprios moradores constituem recursos culturais bem importantes, realmente essenciais, por seus conhecimentos, suas recordações, sua história. É preciso promover o reforço de sua autoestima e estabelecer um diálogo de saberes.

A consciência do valor das referências culturais é dificultada pelo fato de nossa sociedade estar acostumada a dar maior importância às questões econômicas do que às sociais, e também pelo presente contexto dominado pela homogeneização proporcionada pelos meios de comunicação de massa e pelo consumo.

Assim, os recursos patrimoniais não estão habitualmente reconhecidos pela consciência coletiva. Por isso despertam pouca atenção e se tem uma vaga idéia dos perigos que os ameaçam. Daí a necessidade imperiosa da descoberta de seus valores, procurando atrair a atenção dos moradores e usuários, como também das esferas administrativas. “A conscientização é consequência em última instância do conhecimento, da educação para apreciar os valores da cultura” (SABATÉ, 2004, p. 30).

Uma vez que os moradores do lugar reconheçam o valor do patrimônio acumulado, seu entusiasmo talvez possa ser um filão para encontrar novos argumentos e novas maneiras de conservação.

É por meio da consciência coletiva que uma sociedade mantém viva sua memória, e mediante a memória que o cidadão reconhece a si mesmo e pode se mobilizar pelo direito à cidade, uma conquista a ser empreendida, em contraposição aos interesses do capital.

Com esse (re)conhecimento aliado aos novos instrumentos legais, como patrimônio imaterial do lugar e da paisagem cultural, vislumbra-se a possibilidade de constituírem-se diretrizes de gestão urbana que atuem na conservação desses bens culturais, aliadas ao fomento de condições inovadoras que propiciem a subsistência da população de forma digna.

Um primeiro passo, no caso do Ribeirão, seria promover a documentação rigorosa das várias formas de expressão do patrimônio cultural. Lançando mão dos recursos da história oral, capazes de trazer à tona o legado do passado que ainda se encontra vivo no presente.

É preciso conhecer as memórias das pessoas e compreender o conjunto dos saberes que se organizam, produzem e são produzidos nas práticas sociais. Articular essas práticas ao entrelaçamento das escalas geográficas, extrapolando o local.

A participação da população envolvida não pode se restringir à fonte de conhecimento, mas é igualmente imprescindível na gestão dos bens culturais e nas atividades relacionadas à sua conservação. Essa é uma maneira de manter o patrimônio vivo.

Os projetos bem sucedidos são impulsionados por agentes locais, que surgiram das bases. Sem base local, sem as iniciativas dos melhores conhecedores de um território, não há êxito possível (SABATÉ, 2004, p. 24).⁶⁸

No Ribeirão da Ilha seria necessário, também, discutir o enfrentamento do crescimento urbano e do desenvolvimento do turismo, como condição de não destruírem o irrecuperável.

Desse modo, a conservação desejável, segundo os parâmetros adotados nesse estudo, passaria pela valorização da vida urbana e, conseqüentemente, evitaria o consumo do lugar e da paisagem, como simples mercadorias turísticas e imobiliárias.

⁶⁸ Refere-se ao estudo “Cultural landscape and regional development” realizado por pesquisadores e professores da Universidad Politécnica de Cataluña e do Massachusetts Institute of Technology, no qual foram analisados centenas de parques patrimoniais, sendo a maioria localizada nos Estados Unidos. Uma das importantes conclusões do estudo foi que os melhores projetos analisados são amplamente participativos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a paisagem e o lugar como referências culturais, estudou-se o Ribeirão da Ilha, por entender que esse foi o local que melhor conservou, até o presente, a herança cultural da conformação social da cidade de Florianópolis.

O processo histórico da ocupação da Ilha de Santa Catarina, pelos colonizadores açorianos, com base no que estabeleciam as Provisões Régias do século XVIII, fundou a conformação do território, especialmente no que se refere à constituição de núcleos agrícolas de povoamento, distantes um dos outros. Por um longo período, o modo de vida nesses núcleos transcorreu na manutenção da cultura com base nos conhecimentos herdados e transmitidos por sucessivas gerações.

Poucas influências foram sentidas, capazes de alterar a fisionomia do Ribeirão da Ilha, que se encontrava num estado de relativo isolamento, até a década de 1970. Esse quadro possibilitou que se preservassem, em grande medida, o conjunto arquitetônico edificado nos séculos XVIII e XIX, a morfologia urbana, que remonta à divisão de terras do período colonial, e o significativo panorama natural, constituído pelos de morros, a cobertura vegetal e o mar. Bem como, as práticas e as relações sociais dessa comunidade tradicional.

Foi só no final do século XX, com a intensificação da urbanização de Florianópolis, a ocupação da zona costeira da ilha pelas estruturas balneárias e o advento do turismo, que os moradores testemunharam uma maior velocidade nas transformações sócio-espaciais, as quais passaram a ameaçar a manutenção de sua memória e identidade cultural.

Verifica-se, nesse período, a crescente influência do capital imobiliário e do setor terciário da economia, particularmente, as áreas de turismo e lazer, que têm pressionado o poder público na aprovação e viabilização de seus projetos. Essas transformações sócio-espaciais vivenciadas no lugar são compreendidas como vinculadas a escalas que ultrapassam a local (e alcançam a global), em consonância com o processo de evolução do modo de produção capitalista.

Procurou-se, ao longo do estudo realizado, compreender as categorias de lugar e paisagem, por meio da evolução de seus conceitos. Passando pela História, pela memória coletiva, pelas imagens e símbolos e pela identidade.

A memória foi compreendida a partir do tempo e constatou-se que ambos são saberes socialmente construídos. Percebeu-se nas

expressões da memória coletiva o quanto há de afirmação identitária, as quais estão fortemente vinculadas à dimensão espacial, no lugar e na paisagem, produzidos historicamente.

Em lugares e paisagens, a materialidade e a imaterialidade são indissolúveis. A sua constituição é determinada pelo processo histórico e permeada pelos sentidos humanos a eles dados, povoada pelo imaginário, dos quais emanam vivências e convivências, como revelaram os depoimentos dos entrevistados na pesquisa.

Considerou-se pertinente, apesar de se constatar amplas sobreposições em relação aos conceitos espaciais de lugar e paisagem, demarcar nuances mais apropriadas de análise. Desse modo, relacionou-se lugar com o sistema de ações e paisagem com o sistema de objetos, segundo Milton Santos (1999).

Assim, o lugar e a paisagem apresentaram-se como categorias espaciais reveladoras dos modos de viver e conceber a vida, ancorados no processo histórico de produção e interação com o meio natural, que se deu a partir das tradições culturais do Ribeirão.

O lugar e a paisagem contribuem para a complexa construção das identidades culturais e também para a maneira de apreendê-las, relacionando-as a outras dimensões da vida social com as quais estão direta, ou indiretamente, conectadas. Em muitos dos depoimentos colhidos, essa vinculação foi expressiva.

O “espírito do lugar” foi compreendido como a essência de seus valores imateriais, que revela a relação dialógica entre passado e presente, por meio das permanências. Na análise da paisagem cultural, por sua vez, foi possível observar a manifestação da História, da memória e do “espírito do lugar”, na interação entre cultura e natureza.

Ao se examinar a evolução das noções de cultura e patrimônio, no âmbito dos organismos internacionais e nacionais, observou-se a consolidação de um olhar atento para a diversidade cultural no interior de cada sociedade. As diferenças não são mais encaradas como imperfeições ou incompletudes, ou mesmo obstáculos ao desenvolvimento econômico, mas sim como expressões da singularidade humana.

Nessa perspectiva, tem-se buscado instrumentos para promover a proteção e a preservação cultural, ampliando o leque do que se consideram bens culturais, assim como as referências para sua identificação. Num esforço para que sejam respeitadas as diferenças e superadas as desigualdades sociais.

Ao se vincular as categorias espaciais com a noção de patrimônio, emerge a preocupação com a salvaguarda da cultura, por meio dos

novos mecanismos e instrumentos para a preservação, a conservação e a gestão dos bens culturais. Entre os quais, destacam-se o lugar como patrimônio imaterial e a paisagem cultural.

Acredita-se que a preservação da paisagem cultural e do “espírito” de lugar no Ribeirão da Ilha seja capaz de exercer uma influência educativa e revitalizadora para a sustentação do grupo social, proporcionando, na perspectiva temporal, um importante sentido de continuidade histórica. Posto que a preservação é uma via de mão dupla, que alimenta e é alimentada pela consciência do valor.

Entretanto, a pesquisa constata também que esse patrimônio cultural encontra-se ameaçado. Sua natureza é frágil e vulnerável.

O planejamento urbano, pressionado pelo capital, tem priorizado outros requisitos, atribuindo à manutenção do patrimônio cultural como de baixa prioridade, ou apenas vinculado à atratividade turística.

A transformação da paisagem cultural em mero atrativo turístico, como se fosse uma mercadoria, faz com que a *paisagem cenário* passe adquirir, gradativamente, uma existência individualizada, diferenciada da sociedade que a produziu.

Da mesma forma, o lugar, no sentido imaterial de patrimônio, pode deixar de existir. Seu “espírito” pode sucumbir às tendências globalizantes do mercado.

Se não houver uma efetiva política de conservação da cultura urbana, a paisagem do Ribeirão, no futuro, perderá sua originalidade e irá se configurar dominada pelos condomínios e *resorts* que se proliferam em Florianópolis, como tem acontecido com outras localidades da cidade e do país. Embora, contraditoriamente, o *marketing* desses empreendimentos faça uso da cultura local e das belezas naturais, que estão a destruir.

Há, portanto, uma necessária conexão do planejamento urbano e da gestão da cidade com a conservação cultural e natural. É preciso incluir uma contribuição efetiva para avaliar e controlar a ocupação do solo, os novos usos e a inserção de interferências visuais em lugares tradicionais, como o Ribeirão. Faz-se necessário um novo enfoque.

Seguramente, no século XXI, as propostas de planejamento territorial de maior interesse estarão baseadas em um novo binômio: natureza e cultura. Natureza e cultura como integrantes de um conceito único, patrimônio (SABATÉ, 2004, p. 32).

Deve-se, para isso, procurar reconhecer a continuidade espacial dos sítios históricos e do meio ambiente natural e identificar a estrutura morfológica histórica e social da paisagem urbana, relativa aos espaços, seu uso e seu valor simbólico e cultural.

Para tanto, as unidades de planejamento e gestão devem ser constituídas a partir de sua configuração paisagística, em consonância com seu conteúdo histórico, social e ambiental. Com a efetiva participação da população envolvida.

No campo da conservação urbana, que admite a mudança permanente da cidade, entende-se que sejam ainda necessários novos instrumentos de avaliação de impactos visuais na paisagem. É preciso que interferências de maior magnitude sejam previamente avaliadas, para que a inserção de novos objetos na paisagem não a destitua de seus valores como referência cultural.

Desse modo, ao promover a vinculação de paisagem e lugar com as novas perspectivas no âmbito do patrimônio, que se fundamentam nas interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial, no entrelaçamento de campos até então estanques, entendeu-se que o Ribeirão da Ilha, conforme a leitura cultural empreendida, apresenta as possibilidades de ter reconhecida sua paisagem cultural e ser caracterizado como lugar de memória, nos termos do patrimônio imaterial, conforme expresso nesse estudo.

Acredita-se que as novas concepções de patrimônio sejam instrumentos importantes capazes de alavancar um significativo movimento em direção à salvaguarda da cultura do Ribeirão, com envolvimento da população local, favorecendo iniciativas educativas e de produção da vida.

Se esses instrumentos forem potencializados por diretrizes de políticas públicas cuja primazia seja o homem, e o valor de uso da cidade, talvez se torne possível assentar as bases para a conservação do lugar Ribeirão da Ilha, por meio de uma economia mais solidária e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ABATI, Samuel. **Complexo de PCHs do rio Pelotinhas - Estudo de visibilidade**: análise de intervenção na paisagem. Florianópolis: ELETROSUL, 2010. 147p.

ABREU, Regina. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural: notas sobre a experiência francesa. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense**. Núcleo de Estudos Açorianos - NEA, disponível em www.nea.ufsc.br. Acesso em 22/06/2008.

ARANTES, Otilia B. F. **Urbanismo em fim de linha**: e outros estudos sobre o colapso da modernização. São Paulo: EDUSP, 1998. 220p.

ARAUJO, Adalice M. **Mito e magia na arte catarinense**. Primeira Bienal Latino-Americana de São Paulo. Curitiba: UFPR, 1978. 121p.

ARAUJO, Guilherme. Paisagem cultural: um conceito inovador. In: CASTRIOTA, L. (Org.) **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 24-45.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994. 111p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.

BLACKBURN, Simon. Dicionário Oxford de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 437p.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992. 427 p.

BRASIL. Decreto 3.551, 04.08.2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro
CAMPOS, Nazareno. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991. 168 p.

CAMPOS, Paulo; FERREIRA, Renato. Imagem mental e representação social na arquitetura. In DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane R.; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto de lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa / PROARQ, 2002. p. 79-87.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. 207p.

CARDOSO, Paulino. Nem tudo era açoriano: algumas experiências de populações de origem africana na Ilha de Santa Catarina no século XIX. In: PEREIRA, Nereu (Org.). **A Ilha de Santa Catarina**: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. p. 229 - 244.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. 8 e. São Paulo: Contexto, 2005. 98p.

CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis**: roteiro da ilha encantada. Florianópolis: Expressão, 1987. 287 p.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009 (a). 380 p.

_____. (Org.) **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009 (b). 233 p.

CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1997. p.56-63.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de e FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13e. São Paulo: Ática, 2005. 424p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001. 282p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. 3e. Florianópolis: UFSC, 2007. 453 p.

_____. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. **Revista Geosul**, Florianópolis, v.18, n. 35 jan-jun. 2003. p. 7 a 26. UFSC.

COELHO, José Geici. **O saber fazer açoriano**: observando o calendário religioso e profano. 2007. Núcleo de Estudos Açorianos - NEA, disponível em www.nea.ufsc.br. Acesso em 20 junho 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa e Corrêa, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

CORRÊA, Carlos H. **História de Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2004. 376 p.

COZEN, Michael. As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada. In: CASTRIOTA, L. (Org.) **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 46-67.

DUARTE, Luiz Fernando. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 305-316.

F. SANTOS. Carlos Nelson. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto**. n.6. São Paulo: Projeto, 1986. p. 59-63.

FERREIRA, Sergio. **Nós não somos de origem: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil**. Florianópolis, 2006. 261 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORES, M. Bernardete. Entre a casa e a rua: memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. **Cadernos Pagu**. n.4. 1995. p.117-142. FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Georreferenciamento corporativo. Disponível em: <http://189.90.55.58/geo_fpolis/>. Acesso em: 10 abril 2008.

FONSECA, M. Cecília Londres. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio Imaterial**: o registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN, 2000. 208p.

_____ Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, L. (Org.) **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 83-94.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 324 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.

HARO, Martin A. P. (Org.) **Ilha de Santa Catarina**: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996. 236 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 e. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

_____ **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.
ICOMOS Brasil – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
Disponível em: <<http://www.icomos.org.br>>. Acesso em: 23 julho 2008.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
- IPUF. **Atlas de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2004. 166p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL - IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**:
manual de aplicação. Introdução de Antonio Augusto Arantes Neto.
IPHAN, 2000. 156p.

_____ Patrimônio imaterial. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 julho 2008.

_____ Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009: estabelece a chancela da
paisagem cultural brasileira. Diário Oficial da União, dia 05 de maio de
2009, n 83, p.17.

_____ Cartas Patrimoniais. Disponível em:
<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 abril 2010.

JACOBS, Jane. **Muerte y vida de las grandes ciudades**. 2 ed. Madrid:
Península, 1973. 468p.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 1990. 146p.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural -
Os Pensadores, 1999. 511p.

LACERDA, Eugênio P. **O Atlântico açoriano**: uma antropologia dos
contextos globais e locais da açorianidade. Florianópolis, 2003. 290 f.
Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de
Santa Catarina.

LAGA - Laboratório de Gestão Ambiental na Indústria - UFSC.
Disponível em: <<http://www.laga.ufsc.br>>. Acesso em: 20 novembro
2007.

LAGO, Mara C. S. **Memórias de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996. 274p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5e. Campinas: UNICAMP, 2003. 541p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 206p.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda**: estudo de caso para o Distrito do Ribeirão da Ilha. Florianópolis, 2005. 200 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção), Universidade Federal de Santa Catarina.

MAMIGONIAN, Armem. Habitat rural açoriano. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1958.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: igualdade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. 104p.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999 (a). 151p.

_____. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (b). p.25-48. (Os Pensadores).

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In Arantes. A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 177-185.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia patrimônio cultural**: estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Florianópolis, 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

MONTEIRO, C. A. F. Florianópolis: o direito e o avesso. In: Pimenta, Margareth de Castro Afeche (org). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 7-36.

PELUSO JR., Vitor A. **Tradição e plano urbano**: cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1953. 43p.

PEPONIS, John. Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio e além dele. **EKISTICS**, vol. 56, n. 334/5, Athens Center of Ekistics, jan-abr.1989. pp. 93-108.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Ribeirão da Ilha**: vida e retratos. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. 502p.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. São Paulo: Abril Cultural - Os Pensadores, 1978. 64p.

PIAZZA, Walter. **A epopéia açóricu-madeirense**: 1748 - 1756. Florianópolis: UFSC; Ed. Lunardelli, 1992. 490 p.

PIMENTA, Margareth C. A. **Projeto patrimônio vivo**: revitalização do centro histórico de Florianópolis. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, 1998.

_____. Florianópolis como espaço público. In: **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 35-60.

PIRES, Paulo dos Santos. Procedimentos para análise da paisagem na avaliação de impactos ambientais. In: Maia. PIAB, 1993.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro**: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina. São Paulo, 2002. 287 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo.

REIS FILHO, Nestor G. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira; USP, 1968. 235p.

RICCI, Ângelo. **Mitologia**. v1. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 272p.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152p.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 306p.

SABATÉ, Joaquín. Paisajes culturales: El patrimonio como recurso básico para um nuevo modelo de desarrollo. **Revista Urban** n.9. Madrid, 2004.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural - Os Pensadores, 1999. 416p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 86p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

_____. **Por uma outra globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 174 p.

SCHIER, Raul Alfredo – Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n.7, p.79-85, 2003. Editora UFPR.

SERPA, Ângelo. As manifestações da cultura popular. In: **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 151-171.

SHAKESPEARE, William. **A tempestade**. Porto Alegre: L&PM, 2007. 120p.

SOUZA, Alcídio M. **Guia dos bens tombados**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano:** a Via de Contorno Norte-Ilha. Dissertação de Mestrado FAU/USP, São Paulo, 1994.

TONERA, Roberto. **Fortalezas Multimídia.** Florianópolis: UFSC, Projeto Fortalezas Multimídia, 2001 (CD-ROM).

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VALÉRY, Paul. **Eupalinos ou L'Architecte.** Paris: Gallimard, 1945. 89p.

VAZ, Nelson P. **O centro histórico de Florianópolis:** espaço público do ritual. Florianópolis: UFSC, 1991. 112 p.

VEIGA, Eliane. Análise histórico-cultural do município de Florianópolis. In: **Atlas de Florianópolis.** Florianópolis: IPUF, 2004. p. 79 - 85.

WHITROW, G. J. **O tempo na história:** concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 242p.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316p.

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: UFSC, 2002. 192p.

ARANTES, Otilia B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia **A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

BERMAN, M. A fundação e os fundamentos das novas cidades. In: **Revista Tântalo**, nov - dez 1993; jan/1994.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Revista RA Ë GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. UFPR.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 215 p.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro: Memória**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 573 p.

_____. **Nossa Senhora do Desterro: Notícia**. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 515 p.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

COELHO NETO, José Teixeira. **Moderno pós moderno**: modos e versões. 4 ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. 227 p.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAHL, Zeny (Org.) **Geografia cultural**: um século (1). Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 168 p.

_____ **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 112p.

CURY, Isabelle. Parati. **Jornal da Paisagem**, Rio de Janeiro, novembro 2005.

DA MATA, Roberto. Você tem cultura? In: **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 121-128.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane, RHEINGANTZ (Org.) **Projeto do lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa; PROARQ, 2002. 392 p.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 191 p.

F. SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? **Revista do IBAM**. Rio de Janeiro, 1980. p. 07-29.

FIGUEIREDO, Lauro Cesar. **Memória e experiência de uma cidade do Paraná**: o caso de Maringá. Florianópolis, 2005. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

FONSECA, Selva G. História local e fontes orais. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. v. 9, n. 1, jan. - jun 2006. p. 125-142.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia *Fin-De-Siècle*: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. 1997. p. 13 a 42.

_____. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

GONÇALVES, J. Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GUIMARÃES NETO, Regina. Memória, relatos e práticas de espaço. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. v. 9, n. 1, jan. - jun 2006. p. 49-68.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 - 1991. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995. 598 p.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **A cultura do dinheiro**: ensaio sobre a globalização. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 207 p.

JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.157p.

_____ Revitalização petrifica cidades. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 06/07/05.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. In DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane R.; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto de lugar**: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa / PROARQ, 2002. p. 31-43.

LANDIN, Paula. **Desenho de paisagem urbana**. São Paulo: UNESP, 2004. 132p.

LEACH, Edmund. Cultura/Culturas. In: **Enciclopédia** Einaudi: Anthropos - Homen. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 102 - 135.

LEDRUT, Raymond. **Sociologia urbana**. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 208p.

LEFEBVRE, Henry. Notas sobre a cidade nova. In: **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p.137-148.

_____ Propositiones para un nuevo urbanismo. In: **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1974. p.173-184.

_____ **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1988. 159 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LIMA, Evelyn Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 20 setembro 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 146p.

LUCHIARI, Maria Tereza. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. GEOUSP - **Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 17, 2005. p. 95-105.

MARTINS, Cristina Maria Torres. **Abordagem dos impactes paisagísticos da actividade extractiva no âmbito do sistema de auditoria ambiental**. Comunicações do 1º Seminário de Auditorias Ambientais Internas. Divisão de Minas e Pedreiras do Instituto Geológico e Mineiro, Portugal, 1998. Disponível em http://e-eo.ineti.pt/geociencias/edicoes_online/diversos/auditorias_amb. Acesso em 20 julho 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (c). v. 1 e 2.

MEDEIROS, Wilton. **Novo patrimônio: decifração da cidade e iniciação urbana**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 17 setembro 2005.

MENEGUELLO, Cristina. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 17 setembro 2005.

MORALES, Manuel de Sola. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. 196p.

MURTA, Stela; GOODEY Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela; ALBANO (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-46.

OLIVEN, Ruben G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 77-80.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 19. 1984. p. 112-123.

PEREIRA, Nereu do Vale **Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense**. Florianópolis: Ed. Papa Livros, 2003. 287p.

_____. **Os engenhos de farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina**: etnografia catarinense. Florianópolis: Fundação Cultural Açoriana, 1992. 208p.

PIMENTA, Margareth C. A. (Org.) **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005. 163p.

RENIER, Alain. L'Architecture immatérielle dès représentation d'une ville. In: SANSON, Pascal (Org.) **Le paysage urbain**: représentations, significations, communication. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 237-266.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA, 2006. p.

RIMBER, Sylvie. **Les paysages urbains**. Paris: Armand Colin, 1973. 240 p.

ROCHA, Yuri T. Fontes históricas e pesquisas geográficas: Relatos de viajantes, iconografia e cartografia. GEOUSP - **Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 17, 2005. p. 135-151.

SABATÉ, Joaquin. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. **Revista Ensayos**. Universidad Politécnica de Catalunya. 2004. p. 15-33.

SANSON, Pascal (Org.) **Le paysage urbain: représentations, significations, communication**. Paris: L'Harmattan, 2007. 367 p.

SANTOS, Célia Rodrigues. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 17 outubro 2005.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: UNESP, 2002. 218p.

SANTOS, Fabiano T. dos. **Generalidades e particularidades nas arquiteturas açoriana e luso-brasileira: considerações sobre os Impérios do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.nea.ufsc.br>>. Acesso em: 17 outubro 2009. 25p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 64p.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Rio de Janeiro: **Cadernos do IPPUR**, 1999, ano XIII, n. 2. p. 15-26.

SILVA, Maria da Gloria L. **A imagem da cidade turística**: promoção de paisagens e de identidades culturais. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 10 novembro 2004.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

TELLES, Augusto C. S. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 19. 1984. p. 29-32.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços públicos da orla marítima do centro histórico de Florianópolis**: o lugar do mercado. Florianópolis, 2002. 95f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

TOLEDO, Benedito L. Bem cultural e identidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 20. 1984. p. 29-31.

TORELLY, Luiz. Paisagem cultural: uma contribuição ao debate. **Revista Minha Cidade**. v. 4, nov. 2008. p. 240-248.

TURNER, V. et al. Social dramas and stories about them. MITCHELL, W. J. T. (Ed.). *On Narrative*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981. p. 137-164.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985. 240p.

VOGEL. Le paysage est-il un concept opérationnel d'aménagement?. In: SANSON, Pascal (Org.) **Le paysage urbain**: représentations, significations, communication. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 321-330.

VOLKMER, José Albano. **Memória cultural e patrimônio intangível**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 20 setembro 2005.

WISNIK, Guilherme. Fabricação da cidade. **Revista Sexta feira**, n.6, São Paulo: Editora 34, 2001, p. 85-102.

APÊNDICES

APÊNDICE A

a) ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com moradores do Ribeirão da Ilha e aconteceram entre os anos de 2007 e 2008.

Foram realizados dois tipos de entrevista, um primeiro modelo com 10 pessoas notáveis do lugar. As pessoas notáveis foram indicadas por moradores, ou conhecedores do Ribeirão, entre os notáveis estão as pessoas mais idosas, consideradas “memórias vivas” e profissionais que residem e trabalham com a população local.

Essas entrevistas foram mais longas, algumas com cerca de quatro horas de duração, outras ocorreram em mais de um encontro.

Buscou-se seguir um roteiro de perguntas pré-estruturado, mas a conversa não se limitou ao mesmo, o entrevistado foi incentivado a extrapolar o roteiro e a falar livremente sobre o Ribeirão da Ilha e sua experiência de vida.

O segundo tipo de entrevista baseou-se num questionário. Foi realizada uma pré-entrevista para verificar a disposição do entrevistado em falar sobre o tema, a sua disposição em conversar por um tempo determinado de uma hora, em média, e com o uso do gravador. Geralmente, as conversas transcorreram na residência do entrevistado.

Após o questionário, o entrevistado foi convidado a elaborar um mapa mental do Ribeirão, 20 pessoas aceitaram elaborar o desenho.

A pesquisa buscou considerar moradores de todas as oito localidades do Ribeirão da Ilha.

Os questionários foram aplicados pela autora e pela acadêmica Ana Paula Plácido de Freitas, do curso de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Número de pessoas entrevistadas: tipo 1 - 10 pessoas e tipo 2 - 44 pessoas.

Equipamento: caderno de campo com o questionário guia e anotações complementares, gravador tipo MP3 e máquina fotográfica digital.

A entrevista foi organizada atendendo as seguintes exigências:

- 1 - Ser focalizada na relação com o Ribeirão;
- 2 - Considerar as reações sentimentais e emocionais dos entrevistados;
- 3 - Certificar-se de que os entrevistados são capazes de compreender as questões e as informações pertinentes à pesquisa;
- 4 - Considerar a opinião dos entrevistados sobre o que eles pensam ou acreditam sobre os temas apresentados;
- 5 - Evitar influências sobre o entrevistado, não emitir opinião de aprovação ou negação às declarações apresentadas.

b) EXEMPLO DE QUESTIONÁRIO

24.06.08

PESQUISA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL – RIBEIRÃO DA ILHA

Suas respostas contribuirão para a Tese de Doutorado na UFSC intitulada "Ribeirão da Ilha: um estudo do espaço como referência cultural" (arquiteta Soraya Nôr).

Os resultados dessa pesquisa serão fornecidos para o Núcleo Distrital do Plano Diretor Participativo.

1. NOME (OPCIONAL): DORVALCIO MARTINHO
2. IDADE: 82 PROFISSÃO: PESCADOR
3. LOCAL DE NASCIMENTO: CAIACANGA - ACU
4. ENDEREÇO: R. BALDICERO FILOMENO
5. HÁ QUANTO TEMPO RESIDE NO RIBEIRÃO? 82 ANOS

6. VOCÊ ACHA O RIBEIRÃO UM LUGAR ESPECIAL? SIM, MUITO.
 POR QUE? AINDA TEM ALGO PARA OLHAR, A MATREZA.
DESMONTAMENTO NÃO EXISTE.
TEM MANUSCO, TEM OSTER, TEM BERRIGÃO.

7. QUAIS SÃO, PARA VOCÊ, OS LUGARES MAIS IMPORTANTES DO RIBEIRÃO?
TODOS OS LUGARES SÃO IMPORTANTES.

8. ALÉM DA BALDICERO FILOMENO, VOCÊ UTILIZA OUTROS CAMINHOS DE LIGAÇÃO DO RIBEIRÃO COM OUTRAS LOCALIDADES? (pode ser por terra ou pelo mar)
POE MAR, PARA OS DOIS LADOS, ENSEADA DO BRITO E
PRAIA DE FORA.

9. VOCÊ SE SENTE PARTE DESSE LUGAR? SIM POR QUE?
CONHEÇO TODO MUNDO.

10. VOCÊ ACHA QUE O RIBEIRÃO CORRE O RISCO DE PERDER SUA MEMÓRIA?
NÃO. PORQUE O QUE FAZ O RIBEIRÃO SÃO AS PESSOAS.

11. TEM ALGO NO RIBEIRÃO QUE VOCÊ GOSTARIA QUE OUTRAS GERAÇÕES CONHECESSEM, OU GOSTARIA DE "GUARDAR" PARA SEUS FILHOS E NETOS?
OS ENQUINHOS DE FRIQUINHA E DE ARUCAR.
TUDO UMAS CANCHINHAS GUARDADAS PARA SEUS NETOS.

PESQUISA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL – RIBEIRÃO DA ILHA

Suas respostas contribuirão para a Tese de Doutorado na UFSC intitulada "Ribeirão da Ilha: um estudo do espaço como referência cultural" (arquiteta Soraya Nôr).

Os resultados dessa pesquisa serão fornecidos para o Núcleo Distrital do Plano Diretor Participativo.

12. QUANDO VOCÊ OUVIU "RIBEIRÃO DA ILHA", QUAL A PRIMEIRA COISA QUE LHE VEM À MENTE?

CULTURA.

13. QUAIS SÃO AS LOCALIDADES QUE FAZEM PARTE DO RIBEIRÃO?

COSTEIRA DO RIBEIRÃO, PREGUESIA, COIACANGA,
TAPERA DA BARRA, COSTEIRA, NAUFRAGADOS.

E O SERTÃO DO

RIBEIRÃO? SIM. ATÉ OS 40 ANOS ERA LUGAR DE MUITA LAVOURA,
CRIAÇÃO. HOJE PASSO POUCO POR LÁ, TÁ MUITO ABANDONADO.

E CARIANOS E TAPERA DA

BASE? PERTENCEM A OUTRO LUGAR.

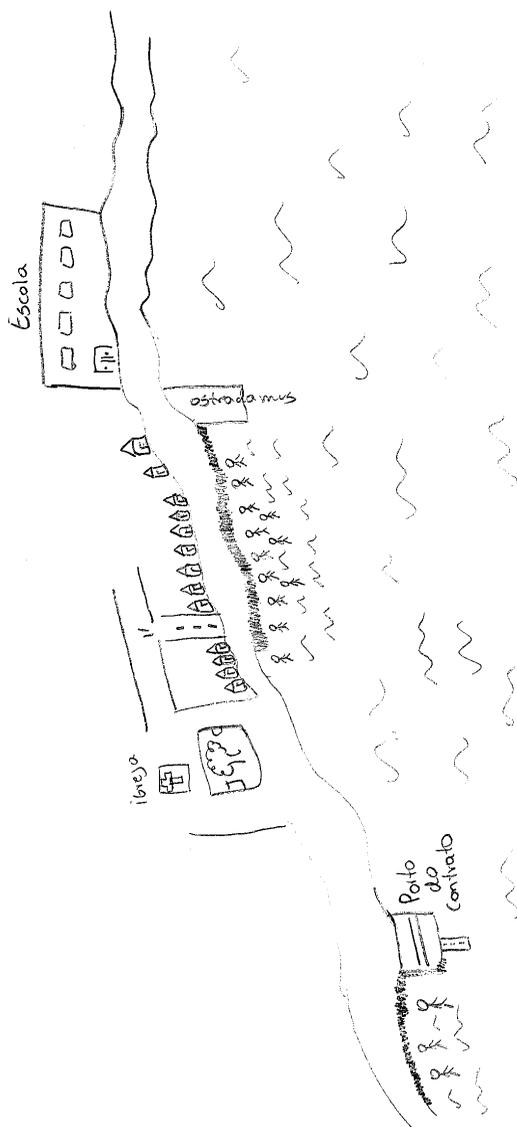
14. ONDE INICIA E ONDE TERMINA O RIBEIRÃO?

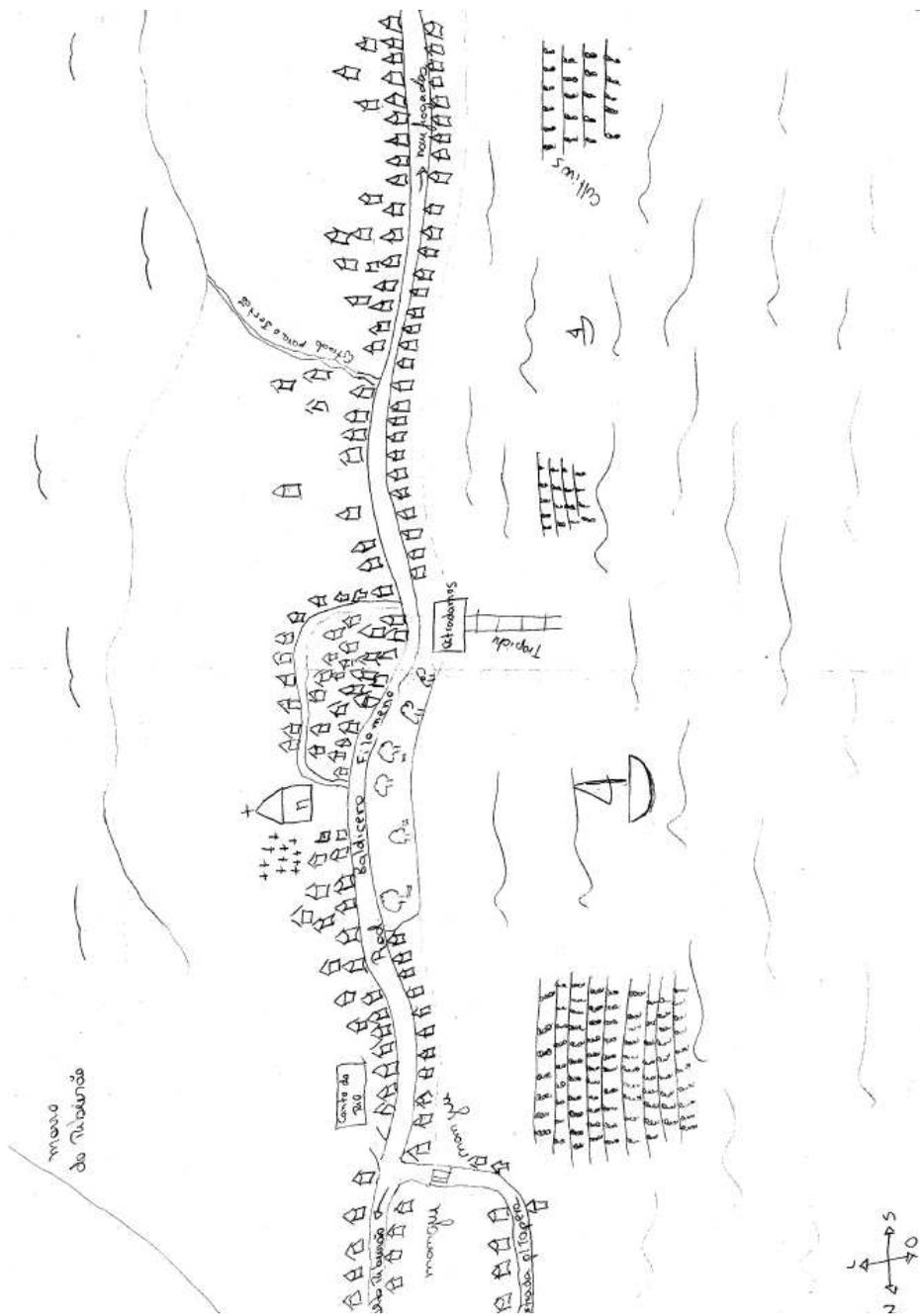
COMEÇA NO TREVO DO ERASMO E VEM ATÉ NAUFRAGADOS.

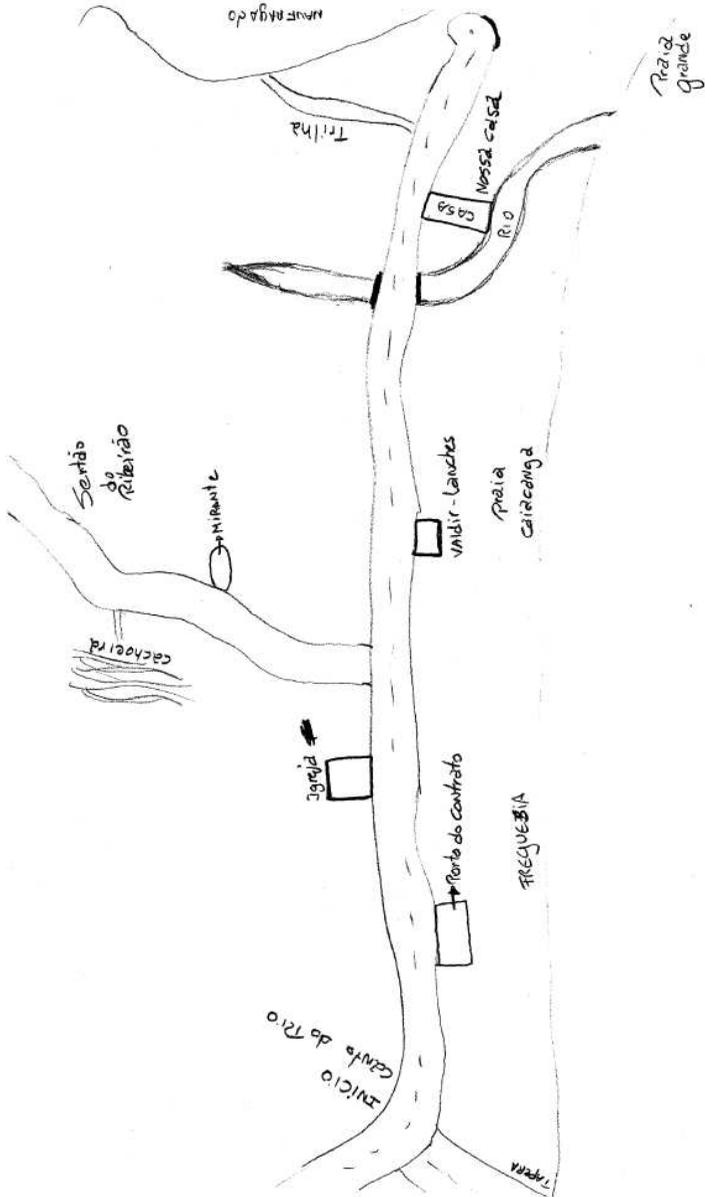
COMENTÁRIO SOBRE SUAS ATIVIDADES:

"CARREGAVA AQUI E LEVAVA PARA O CENTRO (BANANA, LARANJA,
FARINHA, MILHO E OUTRAS COISAS.
NÃO TINHA DINHEIRO, MAS TINHA PARTURA DE COMIDA.
O QUE A GENTE FAZIA ERA TROCAR, CARNE, PEIXE, COMIDA.
NADA DE DINHEIRO."

c) EXEMPLOS DE MAPAS MENTAIS





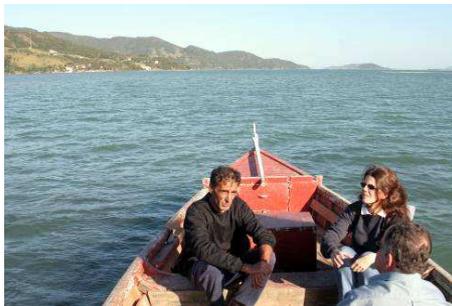


PRAIAS

Quilômetro
CASA - 16106



d) REGISTRO FOTOGRÁFICO - MOMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO.



14.07.2005 – LEVANTAMENTO DA
PAISAGEM POR MAR.



18.07.2008 – ENTREVISTA NO CARRO,
SERTÃO DO RIBEIRÃO.



24.07.2008 – CASA NA PRAIA DE
NAUFRAGADOS.



18.07.2008 - CONVERSA COM
MORADORES, NA VENDA.



24.11.07 - ARQUITETA SILVIA LENZI, DO IPUF, EM OFICINA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, NO RIBEIRÃO.



24.11.2007 - VERA BRIDI, REPRESENTANTE DO NÚCLEO DISTRITAL DO RIBEIRÃO, EM OFICINA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.



03.10.2007 - REUNIÃO NO NÚCLEO DISTRITAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.



09.04.2008 - REUNIÃO NO NÚCLEO DISTRITAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.



24.03.2007 - PRIMEIRA ENTREVISTA COM PROF. NEREU NO ECOMUSEU, COSTEIRA DO RIBEIRÃO.



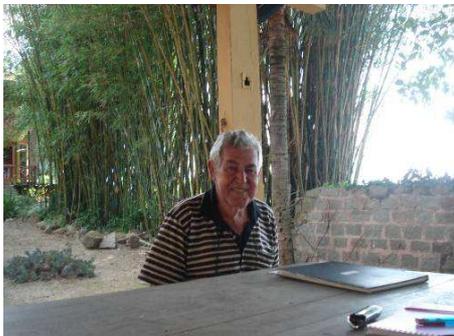
07.08.08 - SEGUNDA ENTREVISTA COM PROF. NEREU DO VALE PEREIRA, NO IHGSC.



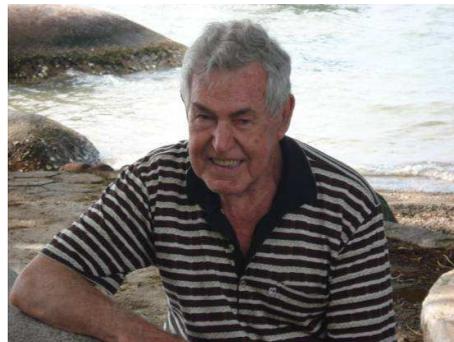
18.07.2008 - ENTREVISTA COM JOEL E VISTA DO SERTÃO DO RIBEIRÃO.



05.12.2007 - ENTREVISTA COM O HISTORIADOR PROF. RODRIGO PEREIRA.



08.12.2007 – SR. ALÉCIO HEIDENREICH, EM SUA CASA NA FREGUESIA, COM SEU CADERNO DE MEMÓRIAS.



08.12.2007 – SR. ALÉCIO HEIDENREICH, O ÚLTIMO CONSTRUTOR DE BALEIRAS DO RIBEIRÃO.



18.07.2008 - D. ANITA PEDIU PARA SER FOTOGRAFADA EM FRENTE A SUA CASA, NA FREGUESIA..



APÊNDICE B

PROVISÃO REGIA DE 1746

(CARNEIRO, 1987 p. 92).

“El Rei Nosso Senhor, Atendendo às Representações dos Moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar delas o Número de Casais, que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer seus Moradores, reduzidos aos males, que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em fornecer de cultores alguma Parte dos Vastos Domínios do dito Estado: foi servido por Resolução de 31 de agosto do presente ano, posta em Consulta ao seu Conselho Ultramarino de 8 do mesmo mês, fazer mercê aos casais das ditas Ilhas que se quiserem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte, e Estabelecimento, mandando transportar à custa da Sua Real Fazenda, não só por mar mas também por terra até os sítios, que lhes destinarem para as suas habitações, não sendo os homens de mais de quarenta anos de idade e não sendo as mulheres de mais de trinta; e logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada Mulher que para ele for das Ilhas de mais de doze anos, e de menos de vinte e cinco, casada ou solteira, se darão dois mil e quatrocentos réis de ajuda de custo, e aos Casais que levarem filhos se lhe darão para ajuda de os vestirem um mil réis por cada filho; E logo que chegarem aos sítios, que hão de habitar, se dará a cada Casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas, uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha, que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês de cada pessoa, assim dos homens como das mulheres, mas não as crianças, que não tiverem sete anos. E aos que tiverem até os quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês. Os homens que passarem por conte de Sua Majestade, ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos no sitio que lhes destinarem onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadra para principiar a sua cultura sem que se lhe levem Direitos, nem salário algum por esta Sesmaria. E quando pelo tempo adiante tenham família com que possam cultivar mais terra, a poderão pedir ao Governador do Distrito, que lhes concederá na forma de ordens que tem nessa matéria. Todas as pessoas e Casais que quiserem na forma do Edital acima, alistarem-se, acudirão a Casa do Doutor Juiz de Fora Manuel Sarmiento, e em sua ausência, a Casa do Capitão Maior Manuel da Câmara Coutinho Carreiro, para se lhes formar seu assento na forma de Ordem de Sua Majestade, apresentando clareza, por que conste o estado, ofício e idade, que cada um tem, e as pessoas, que pretende levar em sua companhia com as mesmas clarezas. Ponta Delgada, vinte e dois de novembro de mil setecentos e quarenta e seis.”

APÊNDICE C

RELAÇÃO DAS CARTAS PATRIMONIAIS

1. Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, de outubro de 1931.
2. Carta de Atenas - CIAM - Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas, novembro de 1933.
3. Recomendação de Nova Delhi - 9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, ocorrida em 05 de novembro de 1956.
4. Recomendação Paris – dezembro de 1962 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962.
5. Carta de Veneza – II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964.
6. Recomendação Paris – novembro de 1964 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em 19 de novembro de 1964.
7. Normas de Quito - Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico em nov/dez de 1967.
8. Recomendação Paris 1968 - 15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de novembro de 1968.
9. Compromisso Brasília 1970 - I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, de abril de 1970.
10. Compromisso Salvador - II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil de outubro de 1971.
11. Carta do Restauro - Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 06 de abril de 1972.
12. Declaração de Estocolmo Assembléia Geral das Nações Unidas, de 05 a 16 de junho de 1972.
13. Recomendação Paris 1972 - Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 16 de novembro de 1972.
14. Resolução de São Domingos - I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA, de dezembro de 1974.
15. Declaração de Amsterdã - Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, de outubro de 1975.
16. Carta do Turismo Cultural - Seminário Internacional de Turismo, em 8 e 9 de novembro de 1976.
17. Recomendações de Nairóbi - 19ª Sessão da UNESCO, em novembro de 1976.

18. Carta de Machu Picchu - Encontro Internacional de Arquitetos, em dezembro de 1977.
19. Carta de Burra - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, realizado a Austrália, em 1980.
20. Carta de Florença - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em maio de 1981.
21. Declaração de Nairóbi - Assembléia Mundial dos Estados, de 10 a 18 de maio de 1982, no Quênia.
22. Declaração Tlaxcala - 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental, de outubro de 1982.
23. Declaração do México - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, de 1982.
24. Carta de Washington 1986 - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1986.
25. Carta Petrópolis - 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987.
26. Carta de Cabo Frio - Encontro de Civilizações nas Américas, em outubro de 1989.
27. Declaração de São Paulo - Por ocasião da Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza, em 1989.
28. Recomendação Paris 1989 - 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 15 de novembro de 1989.
29. Carta de Lausanne - Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico, de 1990.
30. Carta do Rio - Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 13 a 14 de junho de 1992.
31. Conferência de Nara - Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 06 de novembro de 1994.
32. Carta Brasília - Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade, em 1995.
33. Recomendação Europa de 1995 - Conservação integrada das áreas de paisagens culturais, setembro de 1995.
34. Declaração de Sofia - XI Assembléia Geral do ICOMOS, de 09 de outubro de 1996.
35. Declaração de São Paulo - II Recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS, de 1996.
36. Carta de Fortaleza - Seminário Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, de 10 a 14 de novembro de 1997.
37. Carta de Mar del Plata - Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível, de junho de 1997.
38. Cartagena de Índias - Colômbia Decisão 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina, de 25 de maio de 1999.
39. Recomendação Paris - 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003.

APÊNDICE D

ESTUDO DE TRÁFEGO NO RIBEIRÃO DA ILHA⁶⁹

O presente estudo visa minimizar os impactos da implantação da Linha de Transmissão, especialmente, evitar danos às edificações históricas e às vias que pudessem ser causados pelo tráfego de caminhões da obra na área do núcleo histórico do Distrito.

Para tanto, realizou-se um estudo comparativo entre o tráfego de caminhões e ônibus urbanos. Considerou-se o trecho da Linha de Transmissão, da Ponta do Caiacangaçu até a Freguesia do Ribeirão da Ilha, área do núcleo histórico, que possui 7 km de extensão.

Neste trecho de 7 km, foram estimadas 20 torres, considerando-se que o vão médio entre torres é de 350 metros.

São necessários cerca de três dias para instalação de uma torre, resultando num total de 60 dias para instalação completa das torres no trecho.

QUADRO 1 - Quantidade e frequência de caminhões para instalações das torres.

- Para cada torre seriam necessários **5** caminhões carregados a cada **3** dias.
- Para os cabos seriam necessários **2** caminhões carregados, após a instalação das torres, por 2 dias.

- Total: $(5 \times 20 + 2) = 102$ caminhões, por 62 dias
- Média = 1,6 caminhões/dia

A linha de transporte público nº 561 - Caieira da Barra do Sul, da Empresa Insular Transportes Coletivos, que faz o trajeto que passa pela Freguesia do Ribeirão da Ilha. De segunda a sexta-feira, a frequência de passagem dos ônibus urbanos é de 39 horários por dia, no sentido Terminal (TRIRIO) – Bairro e de 34 horários no sentido Bairro – Terminal, num total de 73 viagens diárias.

Comparando com os ônibus que trafegam diariamente pelo local, constatou-se que os caminhões para transporte dos componentes teriam frequência bem inferior.

Seria, então, preciso garantir uma tonelagem similar às dos ônibus.

⁶⁹ Estudo elaborado pela autora e pelo estagiário Fabiano Teixeira dos Santos. ELETROSUL – DPM, 2007.

Segundo informações dos fabricantes, os ônibus vazios pesam entre 16 e 20 toneladas, desse modo, esses limites foram considerados para determinar o peso dos caminhões, que vazios pesam nove toneladas.

A carga para o transporte do material necessário à construção da Linha de Transmissão foi calculada conforme quadro a seguir:

QUADRO 2 - Peso e quantidade de caminhões para instalações da Linha de Transmissão.

Para instalação de **1 torre**, foram estabelecidos:

- 3 caminhões de concreto, com 4,7 m³ de concreto cada, cujo peso é de **11,75 T** cada caminhão.
- 1 caminhão com fôrmas e armaduras, com peso de **10,5 T**
- 1 caminhão com estrutura metálica da torre, com peso de **13,5 T**

No trecho, foram necessárias 2 praças de lançamento de cabos.

Para cada praça estabeleceu-se:

1 caminhão para 2 bobinas de cabos e equipamentos de lançamento, com **19T**.

T = Toneladas

Os caminhões não ultrapassaram as 20 toneladas dos ônibus vazios.

Desse modo, procurou-se adequar o incremento de tráfego ocasionado pelos caminhões da obra, dimensionando sua tonelagem, procurando não causar impactos significativos às edificações e às vias do Ribeirão.